



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO

Relatório de Desempenho da Gestão

2021

junho/2022



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO

GOVERNADORA
MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO

SECRETÁRIO	RONALDO LIMA MOREIRA BORGES
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE GESTÃO	ADRIANO SARQUIS BEZERRA DE MENEZES
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	FLÁVIO ATALIBA FLEXA DALTRO BARRETO
SECRETÁRIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA	SANDRA GOMES DE MATOS AZEVEDO
COORDENADOR ESPECIAL DE GESTÃO ESTRATÉGICA DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	REGIS MEIRELES BENEVIDES
COORDENADORA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PARA RESULTADOS	MARIA APARECIDA G. RODRIGUES FAÇANHA
COORDENADORA DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	LUCIANA CAPISTRANO DE FONSÊCA MOURA
COORDENADORA DE GESTÃO FINANCEIRA E PROJETOS	KARINE MACHADO CAMPOS FONTENELE
COORDENADORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E ALIANÇAS COM PÚBLICO E PRIVADO - COCAP	TICIANA DA MOTA GENTIL PARENTE
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE COMBATE À POBREZA - CPCOP	JOSÉ DE LIMA FREITAS JÚNIOR
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS - CODES	SILVANA MARTINS RODRIGUES DOURADO
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS - COGEP	FÁBIO DA SILVA MIRANDA BRUNO ALEXANDRE BRAGA
COORDENADORIA DE GESTÃO DOS SERVIÇOS TERCEIRIZADOS – COSET	RAIMUNDO NONATO RODRIGUES SILVA
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DO APOSENTADO - COPAI	GUIRLANDA DE FÁTIMA TÁVORA PONTE
COORDENADORIA DE PERÍCIA MÉDICA - COPEM	FRANCISCO DE ASSIS BARRETO DIAS DE CARVALHO
COORDENADORIA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DO ESTADO - COMGE	VANESSA MACHADO ARRAES
COORDENADORIA DE GESTÃO DE COMPRAS - COGEC	VALDIR AUGUSTO DA SILVA
COORDENADORIA DE GESTÃO PATRIMONIAL E RECURSOS LOGÍSTICOS – COPAT	ANDRÉ THEÓPHILO LIMA
COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO -	LÍCIA MARIA VIANA BEZERRA

COGET	
COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE LIDERANÇAS - COGEL	SILVANA MARTINS RODRIGUES DOURADO
COORDENADORIA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - COTEC	JOÃO ALCIDES GUERRA
COORDENADORIA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA - COAFI	OTÁVIO NUNES VASCONCELOS
COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E PLANEJAMENTO - CODIP	SILVIANE TORRES DA COSTA
ASSESSORIA JURÍDICA - ASJUR	ALYNE ARRUDA DE ALENCAR COIMBRA
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO E OUVIDORIA - ASCOI	LUCIANO DE SOUSA PONTES
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO - ASCOM	DHAFINE MAZZA NUNES

Sumário

- 1 - Apresentação
- 2 - Fundamentação Legal
- 3 - Missão
- 4 - Competências
- 5 - Estrutura Organizacional
- 6 - Recursos Humanos
- 7 - Recursos Orçamentários e Financeiros
- 8 - Custeio de Manutenção
- 9 - Recursos Patrimoniais
- 10 - Transferências Voluntárias
- 11 - Estratégias
- 12 - Execução dos Programas

Apresentação

No exercício de 2021, ainda em meio a pandemia da Covid-19, o Governo do Estado do Ceará seguiu no enfrentamento da crise mantendo os protocolos sanitários, buscando orientação com base na ciência, escutando as autoridades sanitárias, e usando de forma intensiva as tecnologias de informação e comunicação.

As decisões do Governo continuaram a ser tomadas de forma compartilhada no âmbito do Comitê Estadual de Enfrentamento à Pandemia do Coronavírus, instância que acompanha e propõe medidas no sentido de contribuir para o combate à pandemia e para a transparência das ações relacionadas ao painel epidemiológico e aos recursos aplicados no enfrentamento do novo coronavírus no Estado.

Em 2021, o Governo buscou viabilizar, em conjunto com autoridades competentes, os recursos e demais meios necessários para realizar a vacinação da população cearense contra o novo coronavírus.

Em meio a essa conjuntura, a Secretaria do Planejamento e Gestão (Seplag), no papel de órgão de execução instrumental do Poder Executivo Estadual, desempenhou sua missão institucional, nas políticas públicas de sua competência.

O trabalho presencial no órgão prosseguiu de forma combinada com o teletrabalho. Os casos de testes positivos de Covid-19 eram comunicados à área de pessoas institucional e os servidores/cedidos/comissionados/terceirizados eram afastados temporariamente do ambiente laboral. Dessa forma, preservou-se a saúde da força de trabalho da Seplag e a continuidade da prestação dos serviços.

Em 2021, a Seplag realizou o Projeto de Atualização do Planejamento Estratégico da Seplag para o horizonte temporal 2021 a 2023. O trabalho foi realizado de fevereiro a junho, por meio da Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional e Planejamento (Codip), da Coordenadoria de Modernização da Gestão (Comge) e com a participação de todas as áreas de assessoramento, programáticas e de execução instrumental da Seplag. A divulgação dos produtos para a força de trabalho da Seplag foi realizada em 22/06/2021, por meio de vídeoconferência.

Merece destaque a revisão do PPA 2020-2023, por meio da qual a Seplag coordenou junto aos membros da Rede de Planejamento (Renop-CE) o trabalho de órgãos e entidades dos três poderes para revisar o Plano, incluindo a expectativa de realização de indicadores de eixo, bem como as metas de indicadores de tema e programa; a revisão dos programas de governo, das iniciativas, entregas e ações orçamentárias, em preparação ao processo de elaboração da LOA 2022, e a reprogramação de metas das iniciativas e entregas para 2022 e 2023.

Em 2021, a Seplag prosseguiu com o aperfeiçoamento dos sistemas de informação por meio da implantação de novas regras de controle, a exemplo do sistema gerencial Webmapp, melhorando

a identificação dos bens e serviços públicos entregues pelo Estado, nos municípios, com o objetivo de facilitar a comunicação para a população.

Cita-se também, o trabalho de assessoramento da Seplag junto ao Grupo Técnico de Contas (GTC) do Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal (Cogerf), com a inclusão de regras em sistemas de informação, a exemplo do Sistema de Planejamento e Gestão (SPG)/Programação Operativa Anual (POA), por meio do qual é realizada a programação financeira dos órgãos e entidades do poder executivo estadual, em razão da necessidade de controlar alguns grupos de itens de despesa.

No que diz respeito aos contratos de gestão, foram assessorados 34 contratos em 2021, dos quais 5 celebrados nesse exercício e 9 celebrados no ano anterior, que somam R\$2.410.513.063,82 (dois bilhões, quatrocentos e dez milhões, quinhentos e treze mil, sessenta e três reais e oitenta e dois centavos), dos quais R\$1.342.774.357,97 (um bilhão, trezentos e quarenta e dois milhões, setecentos e setenta e quatro mil, trezentos e cinquenta e sete reais e noventa e sete centavos) contratados em 2021 e R\$1.067.738.705,85 (um bilhão, sessenta e sete milhões, setecentos e trinta e oito mil, setecentos e cinco reais e oitenta e cinco centavos) no ano anterior.

Quanto às operações de crédito, destacam-se os assessoramentos à negociação de contratos que somados resultam no valor de R\$1.903.122.869,60 (um bilhão, novecentos e três milhões, cento e vinte e dois mil, oitocentos e sessenta e nove reais e sessenta centavos), considerando o câmbio de 31 de dezembro de 2021 (Dólar = R\$ 5,5805).


Ao longo do ano a Seplag realizou o monitoramento físico dos projetos do Fecop, e foram ampliados os trabalhos relativos às avaliações ex ante e ex post, promovidas pelo Centro de Análise de Dados e Avaliação de Políticas Públicas (CAPP), do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – Ipece, obtendo resultados significativos em função das boas práticas adotadas (ver Prestação de Contas Anual do Fecop 2021).

Com objetivo de aperfeiçoar os processos de realização de concursos públicos, a Seplag por meio da Coordenadoria de Gestão de Pessoas (Cogep) registra a publicação da Lei 17.732, de 29 de outubro de 2021, que dispõe sobre a Comissão Central de Concursos Públicos e as Comissões Coordenadoras de Concursos Públicos realizados no âmbito do Poder Executivo do Estado do Ceará.

Destaque-se, também em 2021, o trabalho da Seplag/Cogep no assessoramento a 57 órgãos e entidades nos processos de nomeação e exoneração de cargos efetivos e comissionados, cessão de servidores, e folha de pagamento.

A Seplag, por meio da Coordenadoria de Promoção da Qualidade de Vida do Aposentado - Copai, a qual completou 30 anos de existência em 2021, desenvolveu ações para o público de servidores aposentados e pensionistas por meio do Programa de Ação Integrada para o Aposentado (PAI) e para servidores aptos à aposentadoria por meio do Projeto Integrado de Preparação para Aposentadoria (PIPA).

As ações, executadas em parceria com órgãos públicos, comunidade científica, entidades de classe dos servidores e setores privados, possuem foco nos quatro pilares do envelhecimento ativo: Saúde, Aprendizagem ao longo da vida, Participação e Segurança/Proteção. Ressalte-se aqui o voluntariado, com sua valiosa força de trabalho.



No papel de inclusão e discussão de pautas de interesse do idoso, a Seplag, por meio da Copai, participa do Conselho Estadual dos Direitos do Idoso (CEDI), do Fórum Permanente do Idoso e da Pessoa com Deficiência Física (FID), e de outros nesse tema.

Ao enfrentar o desafio, diante das medidas restritivas impostas pela pandemia, no sentido de garantir o dever especial de proteção ao idoso, a exigência do isolamento social demandou a migração das atividades presenciais para as plataformas virtuais.

A estratégia, denominada Plataforma Paidencicasa, conduziu a equipe a mobilizar-se para estimular e capacitar seus associados ao novo formato, garantindo, assim, sua participação nos cursos, palestras e demais atividades colocadas à sua disposição.

Aqueles que não se ajustaram ao formato virtual receberam atendimentos por meio do Projeto Revendo Amigos, com a equipe de acolhimento mobilizada para oferecer escuta aos associados cuja única forma de comunicação passou a ser o telefone. O esforço pode ser constatado com a ampliação do número de atendimentos realizados em 2021.

No trabalho voltado à preparação para a aposentadoria, o PIPA vem se ajustando para oferecer um melhor serviço aos servidores em abono de permanência. Em 2021 foi iniciado o planejamento de uma nova versão do projeto, tendo em vista torná-lo uma ação contínua e capaz de chegar, via online, aos servidores de todo o estado do Ceará.

O PIPA se desenvolve por meio de três linhas de atuação: na permanência do servidor na organização, mesmo com tempo suficiente para se aposentar; na decisão do servidor pela aposentadoria, com desligamento definitivo do serviço público; na decisão pela aposentadoria, com retorno ao trabalho em novo formato, a exemplo do trabalho formal (com carga horária reduzida ou não), trabalho voluntário, mentoria ou trabalho autônomo.

No âmbito legal, a Política Nacional do Idoso, Lei 8.842, de 4 de janeiro de 1994, institui a obrigatoriedade dos programas de preparação para a aposentadoria, sendo regulamentada pelo Estatuto do Idoso, Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003. Além de assegurar os direitos das pessoas com idade igual ou superior aos 60 anos, inclusive em situação formal de trabalho, a lei recomenda a adoção de programas de preparação para a aposentadoria nos setores público e privado com antecedência mínima de dois anos antes do efetivo afastamento do trabalho.

No contexto da Reforma da Previdência as ações do PIPA se tornaram complementares na Educação Previdenciária, tendo em vista promovê-la, diante da obrigatoriedade dos entes públicos que realizaram a reforma dos seus Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS).

A Educação Previdenciária do PIPA busca auxiliar preventivamente na reflexão sobre as mudanças que serão enfrentadas num contexto de aposentadoria e, sobretudo, apresentar as oportunidades de capacitação colocadas à disposição dos servidores.

As ações seguem as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) para uma Política de Envelhecimento Saudável, e foca no planejamento para a aposentadoria, na participação social, na mobilidade, na longevidade e independência do idoso.

Em 2021, foi instituído pelo Decreto 34.097, de 8 de junho, o Sistema Único Integrado de Tramitação Eletrônica (Suite), relacionado ao Projeto Papel Zero, uma solução 100% digital para

autuação, tramitação e apensação, arquivamento e controle de processos eletrônicos, permitindo a criação, a edição, a anexação, a juntada e a assinatura eletrônica de documentos, que irá contribuir para dar mais eficiência e eficácia aos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual.

A fase inicial, sob a liderança da Seplag por meio da Coordenadoria de Modernização da Gestão do Estado (Comge), focou nas principais funcionalidades necessárias para abertura, trâmite e arquivamento de processos, sendo homologado em maio de 2021 e, em agosto, realizado piloto do sistema na Seplag no ambiente de produção.

De outubro a dezembro, foram treinados e implantados os seguintes órgãos: Seplag, Sedet, CE-Prevcom, Cearapev, CGE, EGP, Etice, Ipece, Issec, CBMCE, CC, Cohab, PGE e Sesa (sede). A estimativa é que, a partir de janeiro de 2022, os demais órgãos/Entidades do Poder Executivo até meados do ano sejam treinados. A implantação do sistema está ocorrendo de forma gradativa.

No contexto da gestão corporativa de compras, destacou-se a publicação no DOE 277, de 13 de dezembro de 2021, o Decreto 34.450, de 9 de dezembro de 2021, que regulamenta o disposto no art. 20, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, para estabelecer o enquadramento dos bens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da administração pública estadual nas categorias de qualidade comum e de luxo.

Vale ressaltar a continuidade do Projeto Cuidar da Gente, com a execução de ações junto aos colaboradores do órgão, a exemplo dos protocolos sanitários no ambiente físico da Seplag, o monitoramento e rastreamento do vírus em meio a força de trabalho no sentido de conter a disseminação da infecção pelo novo coronavírus (Covid-19).

Ressalte-se, no sentido da modernização e fortalecimento da estrutura e gestão da tecnologia da informação e comunicação institucional, em março, o desenvolvimento e a implantação do novo Guardião V4 - SSO da SEPLAG - Sistema de Segurança e autenticação para as demais aplicações corporativas e, em novembro, a implantação do Suite Google Workspace - Suite de e-mail corporativo da Seplag.

O Relatório de Desempenho da Gestão da Seplag contém informações sobre as principais ações e os resultados do órgão, em 2021. A estrutura do documento é composta pelos itens missão institucional, competências, estrutura organizacional, recursos humanos, orçamentários-financeiros, patrimoniais e transferências voluntárias, esse último sem registro no exercício.

Em seguida, apresenta-se a estratégia e a execução dos programas de governo do Plano Plurianual 2020-2023, com as iniciativas e entregas do órgão executor Seplag.

São comentados os indicadores estratégicos, temáticos e programáticos do Eixo Ceará da Gestão Democrática por Resultados, que são acompanhados pelas áreas finalísticas do órgão, bem como pelo órgão EGPC e entidades vinculadas da Seplag (Issec, Cearaprev, Ipece e Etice), os quais também atuam no papel de responsável pelos dados.

Ao final, apresenta-se no Eixo Ceará da Gestão do Conhecimento, o acompanhamento do órgão Seplag na iniciativa de qualificação física e tecnológica para a oferta de serviços de transporte de dados e acesso à internet por meio do Cinturão Digital do Ceará, no Programa de Governo Gestão Estratégica de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Fundamentação Legal

A Seplag é órgão da Administração Direta do Estado do Ceará, de natureza instrumental, criado pela Lei 13.875, de 7 de fevereiro de 2007, com competência redefinida pela Lei 16.710, de 21 de dezembro de 2018, publicada no DOE 239, de 21 de dezembro de 2018, que dispõe sobre o modelo de gestão do poder executivo e altera a estrutura da Administração Estadual para 2019-2022.

A Lei 16.863, de 15 de abril de 2019, publicada no DOE 072, de 16 de abril de 2019 alterou a Lei 16.710 corrigindo no §4º do Art. 18, do modelo de gestão 2019-2022, o vínculo do Fundo Estadual de Combate à Pobreza ao órgão Seplag.

A estrutura organizacional e os cargos de provimento em comissão da Seplag foram formalizados por meio do Decreto 32.951, de 13 de fevereiro de 2019, publicado no DOE 032, de 13 de fevereiro de 2019. E o regulamento aprovado por meio do Decreto 33.267, de 13 de setembro de 2019, publicado no DOE 174, de 13 de setembro de 2019.

A estrutura organizacional da Seplag foi alterada em 30 de dezembro de 2020 por meio do Decreto 33.880, de 30/12/2020, publicado no DOE 290, de 30 de dezembro de 2020. Naquela ocasião foi criada a Coordenadoria Especial de Gestão Estratégica do Planejamento e Orçamento (Coplo), a qual ficaram subordinadas às Coordenadorias de Planejamento e Gestão para Resultados (Cpger), Coordenadoria de Gestão Orçamentária (Cogeo) e a Coordenadoria de Gestão Financeira e de Projetos (Cofip), com suas respectivas Células.

Nessa mesma alteração de estrutura foi incluída na Coordenadoria de Planejamento e Desenvolvimento de Pessoas (Codes) a Célula de Qualidade de Vida e Bem-Estar (Ceqvi). Na Coordenadoria de Gestão de Pessoas (Cogep) foi incluída a Célula de Provimento de Pessoas (Cprov); aperfeiçoadas denominações das Células da Coordenadoria de Gestão Patrimonial e Recursos Logísticos (Copat); e transferidas as competências da Coordenadoria de Gestão Previdenciária (Cprev) para a Cearaprev.

No tocante aos órgãos colegiados, registra-se em 2021 o Decreto 33.916, de 02 de fevereiro de 2021, publicado no DOE 027, de 3 de fevereiro de 2021, o qual dispõe sobre o Conselho Estadual de Políticas de Previdência Social (CEPPS), que integra a estrutura organizacional da Fundação de Previdência Social do Estado do Ceará (Cearaprev).

Em seguida, o Decreto 33.968, de 8 de março de 2021, publicado no DOE N°056, de 9 de março de 2021, aprovou o regulamento da Seplag e promoveu a alteração da estrutura organizacional aperfeiçoando o nome da Célula de Virtualização de Processos (Cevip) para Célula de Gestão da Tramitação de Processos e Documentos (Ceprod), na Comge. Foi revogado o Decreto 33.267/2019.

Em 15 de junho de 2021 foi publicada a Lei 17.527, no DOE 139, que alterou e acrescentou dispositivos à Lei 16.710/2018, entre os quais as competências dos Secretários Executivos, e corrigiu no Art. 18, os incisos III e V.

O Decreto 34.325, de 5 de novembro de 2021, publicado no DOE 250 de 8 de novembro de 2022, alterou a estrutura organizacional da Seplag e dispôs sobre a denominação de cargos de provimento em comissão.

Por meio do referido decreto foi excluída a Coordenadoria de Planejamento e Desenvolvimento de Pessoas (Codes), transferida parte das competências para a Coordenadoria de Gestão de Pessoas (Cogep) e a criada em 2021 a Coordenadoria de Gestão Estratégica de Lideranças (Cogel).

Todas as alterações realizadas buscam aperfeiçoar a estrutura da Seplag e melhorar a gestão, tendo em vista cumprir a missão institucional do órgão.

Missão

A missão institucional da Seplag, estabelecida por meio do Decreto 33.968, de 8 de março de 2021, publicado no DOE 056 de 9 de março de 2021 é "promover e coordenar o planejamento e a gestão do Estado, contribuindo para a efetividade dos serviços públicos prestados à população".

Competências

A Lei 16.710, de 21 de dezembro de 2018, estabelece as competências da Seplag:

Art.18. Compete à Secretaria do Planejamento e Gestão:

- coordenar a implementação do Modelo de Gestão para Resultados do Estado do Ceará;
- coordenar os processos de planejamento, orçamento e gestão no âmbito da Administração Estadual voltado ao alcance dos resultados previstos da ação do Governo;
- coordenar a elaboração e promover a gestão dos instrumentos de planejamento do Governo Estadual (Plano de Governo, Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual e Programação Operativa Anual);
- coordenar a formulação e o monitoramento de acordos de resultados, visando à efetivação das estratégias de governo;
- coordenar o processo de definição de diretrizes estratégicas para a formulação e o planejamento territorial das políticas públicas;
- coordenar a formulação de políticas públicas e de agendas estratégicas setoriais;
- coordenar o processo de alocação dos recursos orçamentários, compatibilizando as necessidades de racionalização dos gastos públicos com as diretrizes estratégicas, para viabilizar a execução dos investimentos públicos prioritários;
- acompanhar os planos de ação e a execução orçamentária em nível dos programas governamentais;
- coordenar o planejamento, monitoramento e avaliação dos projetos de investimento; coordenar a elaboração de estudos, pesquisas e a base de informações gerenciais e socioeconômicas para o planejamento do Estado;
- coordenar, em articulação com demais órgãos estaduais, o processo de viabilização de fontes alternativas de recursos e de cooperação para financiar o desenvolvimento estadual;
- assessorar os órgãos e entidades na celebração de contratos de gestão e monitorar as respectivas execuções financeiras;
- assessorar a estruturação de propostas e metodologias de controle e gestão de resultados em projetos estratégicos;

- coordenar a formulação e a implementaço do Programa de Alianças com o Privado, no âmbito das Parcerias Público-Privadas – PPP, e Concessões de grande porte;
- definir políticas, diretrizes e normas, assim como coordenar, controlar e avaliar as ações dos Sistemas de Gestão de Pessoas, de Modernização Administrativa, de Planejamento e Orçamento, de Material e Patrimônio, de Tecnologia da Informação e Comunicação, de Gestão Previdenciária, de Gestão Corporativa das Compras e de Gestão dos Custos, desenvolvendo métodos e técnicas, a normatização, padronização e ferramentas tecnológicas necessárias à sua aplicação nos Órgãos e Entidades Estaduais;
- coordenar a promoção de concursos públicos e seleções, salvo nos casos em que essa atribuição seja outorgada por lei a outros Órgãos e Entidades;
- planejar, coordenar, monitorar e estabelecer critérios de seleção para a mão de obra terceirizada do Governo;
- supervisionar a execução dos planos, programas e projetos para o Sistema Único de Previdência Social do Estado do Ceará - Supsec;
- supervisionar as ações de educação em gestão pública para servidores públicos;
- supervisionar as atividades de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- supervisionar as ações da gestão da Assistência à Saúde do Servidor Público;
- exercer outras competências necessárias ao cumprimento de suas finalidades nos termos do regulamento.

Estrutura Organizacional

A seguir apresenta-se a estrutura organizacional básica da Secretaria do Planejamento e Gestão (Seplag), estabelecida no Decreto 34.325, de 5 de novembro de 2021, publicado no DOE 250, de 8 de novembro de 2021:

DIREÇÃO SUPERIOR

- Secretário do Planejamento e Gestão

GERÊNCIA SUPERIOR


- Secretaria Executiva de Planejamento e Orçamento (Sexec-PLO)
- Secretaria Executiva de Gestão (Sexec-GES)
- Secretaria Executiva de Planejamento e Gestão Interna (Sexec-PGI)

ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO

1. Assessoria Jurídica (Asjur)
2. Assessoria de Controle Interno e Ouvidoria (Ascoi)
3. Assessoria de Comunicação (Ascom)

ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO PROGRAMÁTICA

4. Coordenadoria Especial de Gestão Estratégica do Planejamento e Orçamento (Coplo)
 - 4.1. Coordenadoria de Planejamento e Gestão para Resultados (Cpger)
 - 4.1.1. Célula de Formulação de Políticas e Planos de Desenvolvimento (Cepod)
 - 4.1.2. Célula de Gestão para Resultados (Ceger)
 - 4.1.3. Célula de Monitoramento e Avaliação de Políticas e Planos (Cemap)
 - 4.2. Coordenadoria de Gestão Orçamentária (Cogeo)
 - 4.2.1. Célula de Planejamento Orçamentário (Ceplo)
 - 4.2.2. Célula de Gestão das Alterações Orçamentárias (Cealo)
 - 4.3. Coordenadoria de Gestão Financeira de Projetos (Cofip)
 - 4.3.1. Célula de Planejamento e Avaliação de Projetos (Cepad)
 - 4.3.2. Célula de Assessoramento ao Cogerf (Ceaco)
 - 4.3.3. Célula de Monitoramento do Investimento Público (Cemip)
 - 4.3.4. Célula de Gestão do Custeio (Cecust)
5. Coordenadoria de Captação de Recursos e Alianças com Público e Privado (Cocap)
 - 5.1. Célula de Captação de Recursos Onerosos (Cecar)
 - 5.2. Célula de Alianças Público-Privadas (Ceapp)
 - 5.3. Célula de Contratos de Gestão (Cecge)
 - 5.4. Célula de Convênios e Congêneres (Cecoc)

- 
6. Coordenadoria de Promoção de Políticas de Combate à Pobreza (Cpcop)
 - 6.1. Célula de Análise de Programas e Projetos de Superação da Pobreza (Ceasp)
 - 6.2. Célula de Monitoramento de Programas e Projetos (Cempp)
 - 6.3. Célula de Controle e Acompanhamento Financeiro (Cecaf)

 7. Coordenadoria de Gestão de Pessoas (Cogep)
 - 7.1. Célula de Movimentação de Pessoas (Cemop)
 - 7.2. Célula de Provimento de Pessoas (Cprov)
 - 7.3. Célula de Desempenho e Desenvolvimento de Pessoas (Ceded)
 - 7.4. Célula de Carreiras (Celca)
 - 7.5. Célula de Gestão da Folha de Pagamento (Cefop)
 - 7.6. Célula de Planejamento da Força de Trabalho (Ceplaf)

 8. Coordenadoria de Gestão dos Serviços Terceirizados (Coset)
 - 8.1. Célula de Gestão da Contratação dos Serviços Terceirizados (Ceget)
 - 8.2. Célula de Monitoramento e Controle de Terceirização (Cemoct)

 9. Coordenadoria de Promoção da Qualidade de Vida do Aposentado (Copai)
 - 9.1. Célula de Planejamento e Desenvolvimento (Cedes)
 - 9.2. Célula de Capacitação (Cecap)

 10. Coordenadoria de Perícia Médica (Copem)
 - 10.1. Célula de Apoio Psicossocial (Ceapi)
 - 10.2. Célula de Perícia Itinerante (Cepei)
 - 10.3. Célula de Perícia Médica (Cepem)

 11. Coordenadoria de Modernização da Gestão do Estado (Comge)
 - 11.1. Célula de Reestruturação Organizacional (Ceorg)
 - 11.2. Célula de Gestão por Processos (Cepro)
 - 11.3. Célula de Gestão da Tramitação de Processos e Documentos (Ceprod)

 12. Coordenadoria de Gestão de Compras (Cogec)
 - 12.1. Célula de Gestão Estratégica de Compras (Cegec)
 - 12.2. Célula de Gestão de Registro de Preços (Cgrep)
 - 12.3. Célula de Gestão dos Sistemas de Compras (Cgesc)

 13. Coordenadoria de Gestão Patrimonial e Recursos Logísticos (Copat)
 - 13.1. Célula de Gestão do Patrimônio Mobiliário Corporativo (Cepam)
 - 13.2. Célula de Gestão do Patrimônio Imobiliário e de Infraestrutura (Cepai)
 - 13.3. Célula de Gestão da Logística Corporativa (Celoc)

 14. Coordenadoria de Gestão Estratégica da Tecnologia da Informação e Comunicação (Coget)
 - 14.1. Célula de Governança Corporativa de TIC (Cegot)
 - 14.2. Célula de Gerenciamento de Aquisições e Recursos de TIC (Cetic)
 - 14.3. Célula de Gestão de Programas e Serviços Digitais (Cesed)

 15. Coordenadoria de Gestão Estratégica de Lideranças (Cogel)

ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO INSTRUMENTAL

16. Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional e Planejamento (Codip)

16.1. Célula de Planejamento (Ceplan)

16.2. Célula de Desenvolvimento Institucional (Cedin)

17. Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (Cotec)

17.1. Célula de Governança Interna de TIC (Cegoi)

17.2. Célula de Gestão de Aplicações (Cegap)

17.3. Célula de Gerenciamento de Serviços de TIC (Ceset)

18. Coordenadoria Administrativo-Financeira (Coafi)

18.1. Célula Contábil e Financeira (Cecof)

18.2. Célula de Registros Funcionais (Ceref)

18.3. Célula de Desenvolvimento de Pessoas (Cedep)

18.4. Célula de Contratos e de Aquisições Institucional (Cecai)

18.5. Célula de Logística Institucional (Celo)

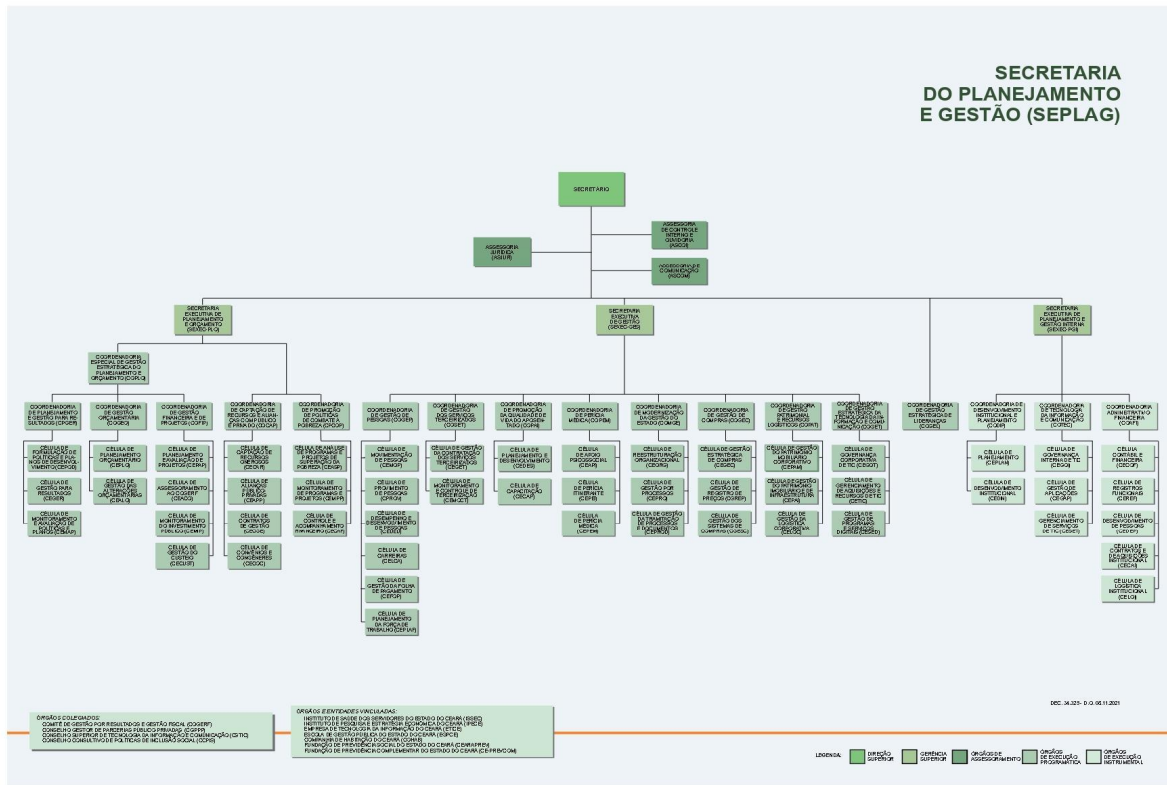
ÓRGÃOS COLEGIADOS

- Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal (Cogerf)
- Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas (CGPPP)
- Conselho Superior de Tecnologia da Informação e Comunicação (CSTIC)
- Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social (CCPIS)

ÓRGÃOS E ENTIDADES VINCULADAS

- Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará (Issec)
- Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece)
- Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará (Etice)
- Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará (EGPCE)
- Companhia de Habitação do Ceará (Cohab)
- Fundação de Previdência Social do Estado do Ceará (Cearaprev)
- Fundação de Previdência Complementar do Estado do Ceará (CE-Prevcom)

Figura 1 - Organograma da Seplag – 2021



Fonte: Seplag/Comge.

Disponível em: https://www.seplag.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/14/2021/12/4_Organograma_Seplag_34325_2021.pdf

Recursos Humanos

A composição da força de trabalho do órgão Seplag, em 2021, foi a seguinte:

Tabela 1 – Estrutura de Cargos e Funções do Quadro de Servidores - em 31/12/2021

CARGOS EFETIVOS	CRIADOS	OCUPADOS
Analista de Gestão Pública (AGP)	62	31
Analista de Planejamento e Orçamento (APO)	60	38
Analista Auxiliar de Gestão Pública (AAuxGP)	05	02
Auxiliar de Gestão Pública (AuxGP)	01	01
TOTAL CARGOS EFETIVOS	128	72
FUNÇÃO		QTDE. EXISTENTE
Analista de Gestão Pública (AGP)	-	19
Analista Auxiliar de Gestão Pública (AAuxGP)	-	53
Auxiliar de Gestão Pública (AuxGP)	-	03
Analista de Planejamento e Orçamento (APO)	-	26
Analista Assistente de Planejamento e Orçamento (AAPO)	-	25
Auxiliar de Planejamento e Orçamento (AuxPO)	-	05
Agente de Administração	-	06
Auxiliar de Administração	-	01
Auxiliar de Serviços Gerais	-	02
TOTAL FUNÇÃO	-	140
TOTAL GERAL DE SERVIDORES		212

CARGOS COMISSIONADOS	CRIADO	OCUPADO
Secretário	1	1
Secretário Executivo de Planejamento e Orçamento	1	1
Secretário Executivo de Gestão	1	1
Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna	1	1
Assessor Especial IV – DNS 2	2	2
Coordenador Especial – DNS 1	2	2
Coordenador – DNS 2	20	20
Articulador – DNS 3	29	28
Orientador de Célula – DNS 3	51	46
Assessor Técnico – DAS 1	43	37
Assistente Técnico – DAS 2	5	4
Auxiliar Técnico – DAS 3	17	16
TOTAL CARGOS COMISSIONADOS	173	159

Fonte: Seplag/Coafi.

Tabela 2 – Estrutura do Quadro de Terceirizados - em 31/12/2021

TERCEIRIZADOS	QUANTIDADE
Tecnologia da informação	75
Apoio Administrativo	133
Limpeza, Asseio e Conservação	70
Vigilância 24 horas e Noturna	26
TOTAL TERCEIRIZADOS	304

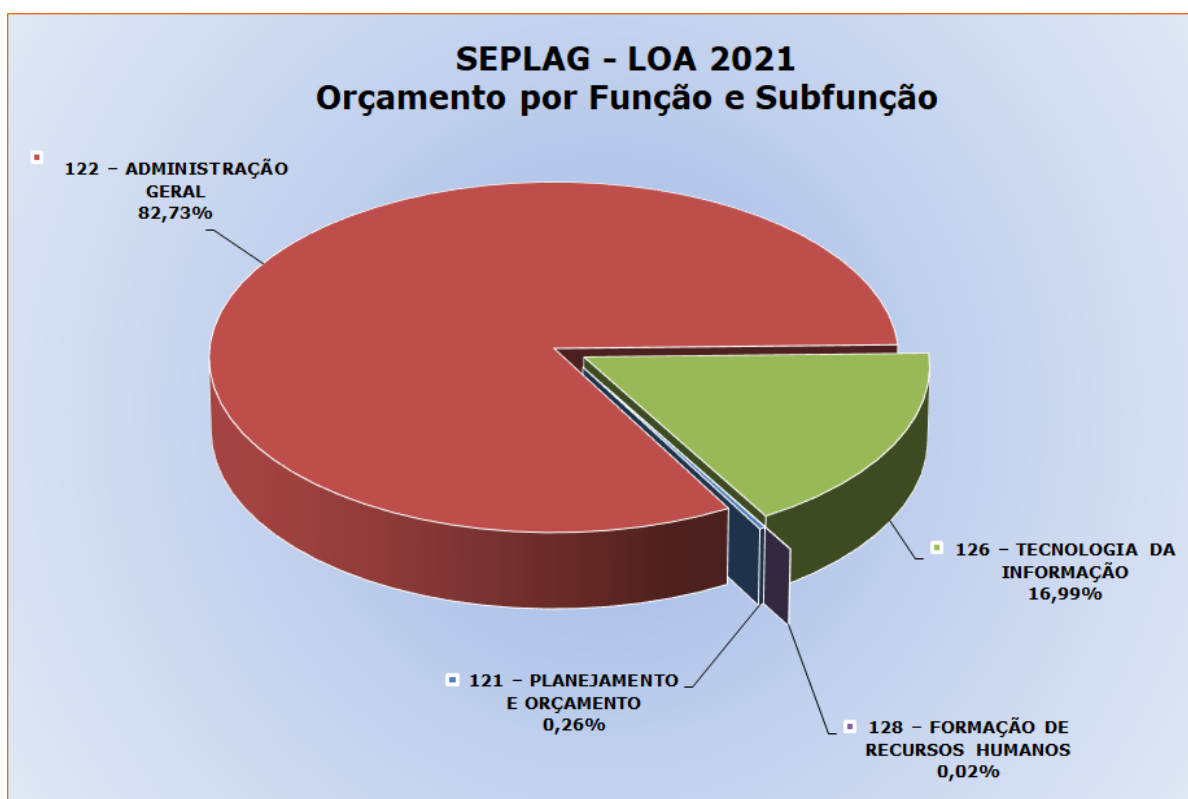
Fonte: Seplag/Coafi.

Recursos Orçamentários e Financeiros

No orçamento da Seplag, exercício de 2021, observa-se, como maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público, a representatividade única da Função 04 – Administração, refletindo, sobremaneira, as atividades-meio desempenhadas pelo órgão, evidenciando sua competência institucional e ratificando a missão de promover e coordenar o planejamento e a gestão estadual.

Logo, na partição da Função 04 - Administração, é esperado que a Subfunção 122 – Administração Geral, também seja predominante neste órgão, tanto que no exercício de 2021 deteve 82,7% do total dos recursos orçamentários aportados. Considerando a importante atuação corporativa da Seplag nas atividades relacionadas à tecnologia da informação e comunicação no âmbito do Poder Executivo Estadual, verifica-se que na Subfunção 126 – Tecnologia da Informação, foram alocados cerca de 17% do montante orçamentário, restando algo em torno de 0,3% destinados às outras subfunções classificadas no orçamento do órgão, para o exercício em análise.

Gráfico 1 – Orçamento por Subfunções da Função 04 - Administração – Seplag - 2021



Fonte: Seplag / Coafi.

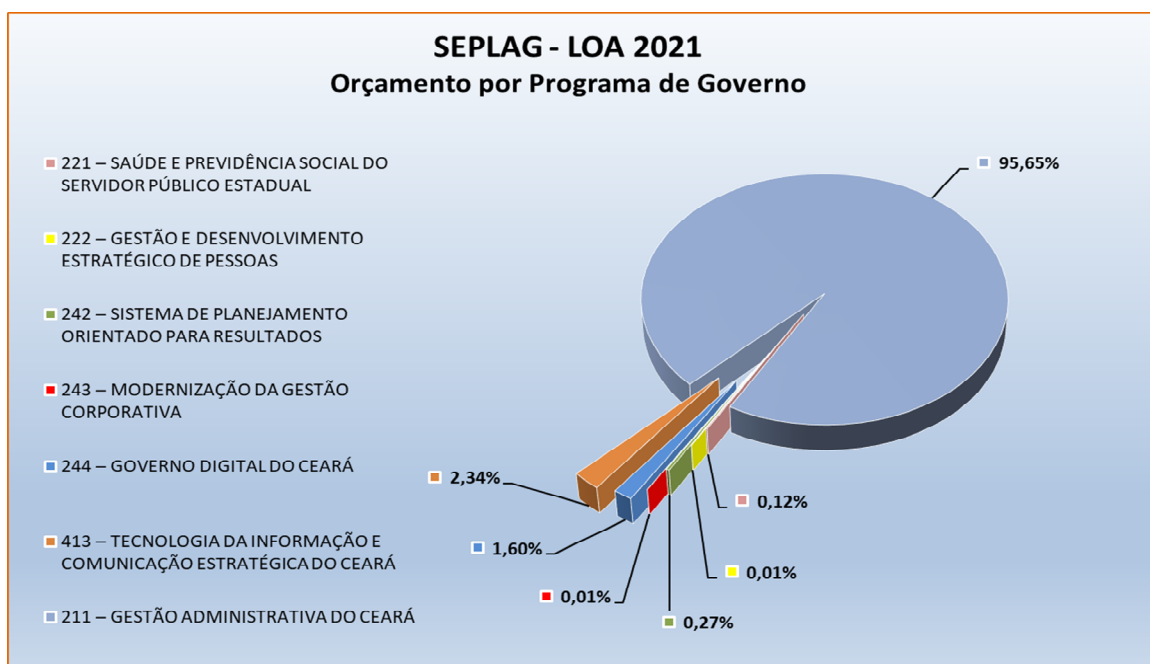
Tabela 3 – Execução Orçamentária por Função e Subfunção – Seplag – 2021

Subfunções	Lei + Crédito	Empenhado	Pago	(b)/(a)	(c)/(b)
	(a)	(b)	(c)		
121 – Planejamento e Orçamento	282.000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
122 – Administração Geral	88.374.361,50	85.915.673,01	83.293.376,19	97,22%	96,95%
126 – Tecnologia da Informação	18.146.898,48	16.326.838,18	14.564.675,30	89,97%	89,21%
128 – Formação de Rec. Humanos	20.000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Total Função 4 - Administração	106.823.259,98	102.242.511,19	97.858.051,49	95,71%	95,71%

Fonte: Seplag / Coafi.

Em 2021, o orçamento da Seplag foi distribuído em 07 (sete) programas de governo. Considerando sua natureza instrumental, cerca de 95,65% do total dos recursos foram alocados no programa administrativo para a gestão e manutenção deste Órgão, ficando 4,35% distribuídos nos demais programas finalísticos desta setorial.

Gráfico 2 – Orçamento por Programa de Governo – Seplag - 2021



Fonte: Seplag / Coafi.

No total, para o exercício de 2021, foram consignados no orçamento da Seplag recursos da ordem de R\$106.823.259,98 (cento e seis milhões, oitocentos e vinte e três mil, duzentos e cinquenta e nove reais, e noventa e oito centavos), em valores de Lei + Créditos.

Desse montante, foram empenhados R\$102.242.511,19 (cento e dois milhões, duzentos e quarenta e dois mil, quinhentos e onze reais, e dezenove centavos), o que corresponde a uma execução de 95,7% do total dos recursos orçamentários destinados ao órgão, sendo liquidado e pago cerca de 95,7% dos valores empenhados.

Tabela 4 – Execução Orçamentária por Programa de Governo – Seplag - 2021

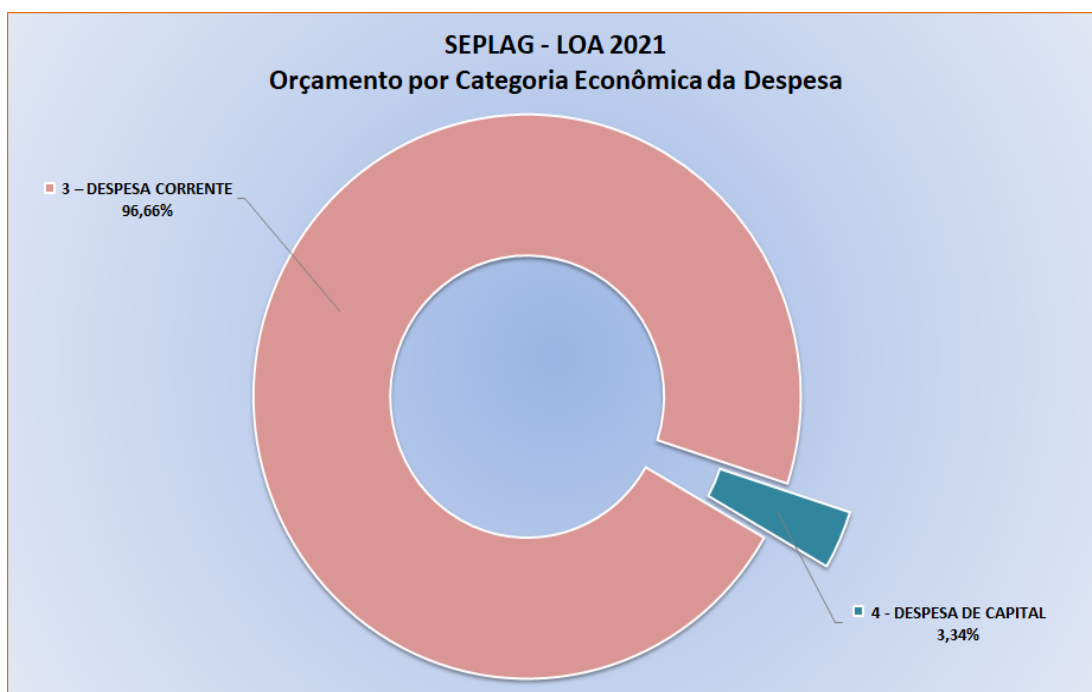
Programas	Lei + Crédito	Empenhado	Pago	(b)/(a)	(c)/(b)
	(a)	(b)	(c)		
211 – Gestão Administrativa do Ceará	102.177.661,82	98.845.638,03	95.021.538,33	96,74%	96,13%
221 – Saúde e Previdência Social do Servidor Público Estadual	130.000,00	50.000,00	50.000,00	38,46%	100,00%
222 – Gestão e Desenvolvimento Estratégico de Pessoas	11.000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
242 – Sistema de Planejamento Orientado para Resultados	285.000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
243 – Modernização da Gestão Corporativa	12.000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
244 – Governo Digital do Ceará	1.704.598,16	845.164,54	284.804,54	49,58%	33,70%
413 – Tecnologia da Informação e Comunicação Estratégica do Ceará	2.503.000,00	2.501.708,62	2.501.708,62	99,95%	100,00%
Total	106.823.259,98	102.242.511,19	97.858.051,49	95,71%	95,71%

Fonte: Seplag / Coafi.

Sob o aspecto da classificação da categoria econômica das despesas, no orçamento do órgão Seplag para o exercício de 2021, quase 97% dos recursos orçamentários foram destinados aos gastos com **Despesas Correntes - 3**, aquelas empregadas na manutenção e funcionamento dos serviços públicos em geral, de modo que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital, pontuando a natureza instrumental da Secretaria.

Desse modo, no exercício em apreço, restaram algo em torno de 3% dos recursos orçamentários, que foram alocados para os gastos com **Despesas de Capital - 4**, aquelas que contribuem para a produção ou geração de novos bens ou serviços e integram o patrimônio público, ou seja, contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital do órgão Seplag.

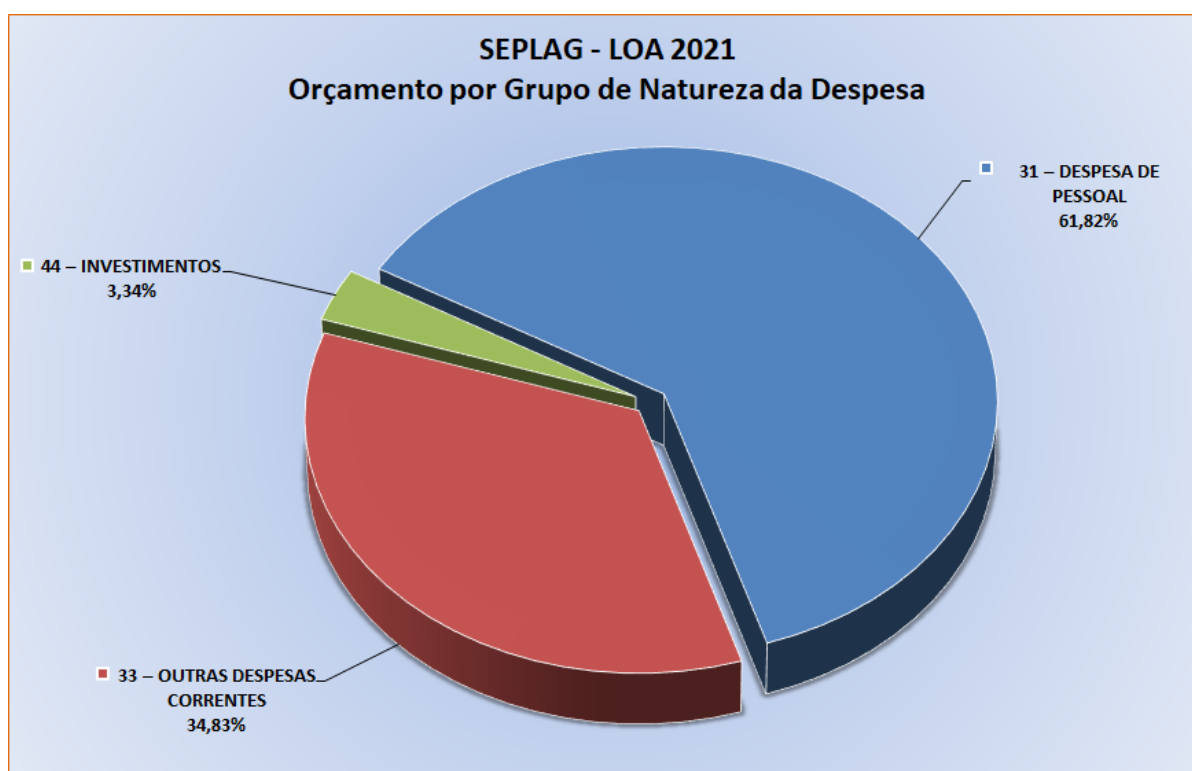
Gráfico 3 – Orçamento por Categoria Econômica da Despesa – Seplag - 2021



Fonte: Seplag / Coafi.

Sob a ótica da classificação por Grupo de Natureza da Despesa (GND), no orçamento do órgão Seplag para o ano de 2021, verifica-se que cerca de 62% do total dos recursos foram destinados aos gastos com pessoal e encargos sociais (GND:31) e quase 35% alocados para acobertar gastos com outras despesas correntes (GND:33), ao passo que para os gastos com investimentos (GND:44) foram disponibilizados algo em torno de 3%, como representado a seguir:

Gráfico 4 – Orçamento por Grupos de Natureza de Despesa – Seplag - 2021



Fonte: Seplag / Coafi.

Tabela 5 – Execução Orçamentária por Grupos de Natureza de Despesa – Seplag - 2021

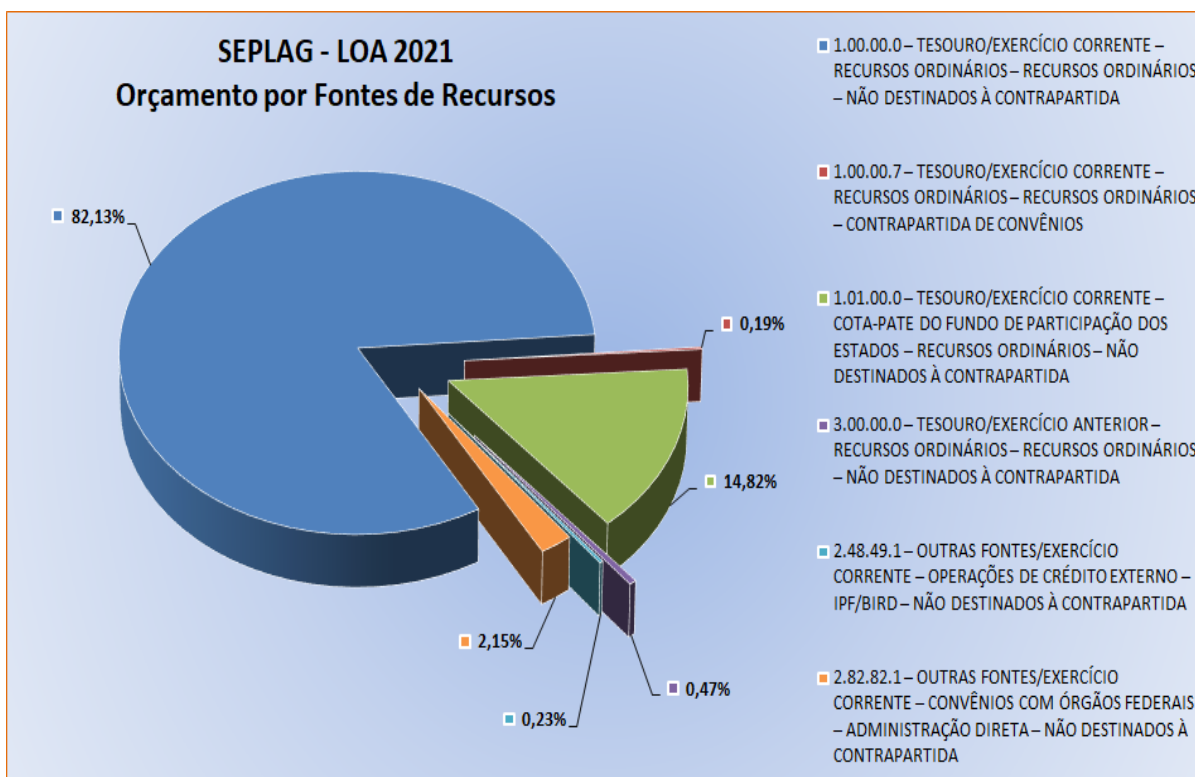
Grupos de Natureza de Despesa	Lei+Crédito (a)	Empenhado (b)	Pago (c)	(b)/(a)	(c)/(b)
31 – Despesa Corrente / Pessoal e Encargos Sociais	66.040.737,73	64.969.842,07	64.748.624,26	98,38%	99,66%
33 – Despesa Corrente / Outras Despesas Correntes	37.211.367,05	34.207.223,24	30.246.179,13	91,93%	88,42%
44 – Despesa de Capital / Investimentos	3.571.155,20	3.065.445,88	2.863.248,10	85,84%	93,40%
Total	106.823.259,98	102.242.511,19	97.858.051,49	95,71%	95,71%

Fonte: Seplag / Coafi.

Analisando as fontes de recursos que financiaram as atividades do órgão Seplag no exercício de 2021, observa-se que a soma dos recursos ordinários oriundos do tesouro estadual (os arrecadados no exercício ou resultantes de superávit de exercício anterior, destinados ou não à contrapartida de convênios; e os procedentes da cota-parte do Fundo de Participação dos Estados – FPE) representaram cerca de 97,6% do total das fontes de recursos do órgão.

Já os recursos provenientes de outras fontes (como aqueles originários de repasses de convênios com órgãos federais e aqueles obtidos através de operações de crédito externo) simbolizaram apenas algo em torno de 2,4% do orçamento total da Seplag, no exercício de 2021, como demonstrado a seguir:

Gráfico 5 – Orçamento por Fontes de Recursos – Seplag - 2021



Fonte: Seplag / Coafi.

Tabela 6 – Execução Orçamentária por Fontes de Recursos – Seplag - 2021

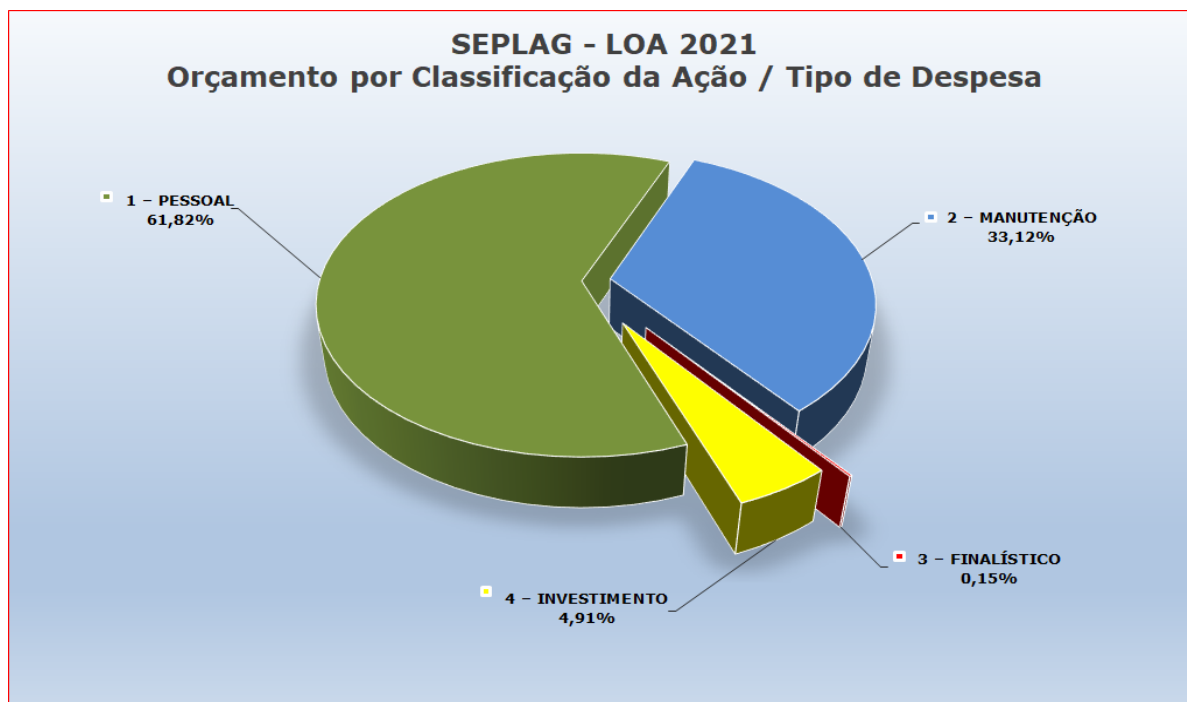
Fontes de Recursos	Lei+Crédito (a)	Empenhado (b)	Pago (c)	(b)/(a)	(c)/(b)
1.00.00.0 – Tesouro/Exercício Corrente – Recursos Ordinários – Recursos Ordinários – Não Destinados à Contrapartida	87.735.908,00	86.132.644,08	84.769.047,23	98,17%	98,42%
1.00.00.7 – Tesouro/Exercício Corrente – Recursos Ordinários – Recursos Ordinários – Contrapartida de Convênios	208.000,00	207.693,28	207.693,28	99,85%	100,00%
1.01.00.0 – Tesouro/Exercício Corrente – Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados – Recursos Ordinários – Não Destinados à Contrapartida	15.829.345,58	13.395.324,19	10.559.361,84	84,62%	78,83%
3.00.00.0 – Tesouro/Exercício Anterior – Recursos Ordinários – Recursos Ordinários – Não Destinados à Contrapartida	505.006,40	212.834,30	27.933,80	42,14%	13,12%
2.48.49.1 – Outras Fontes / Exercício Corrente – Operações de Crédito Externo – IPF/BIRD – Não Destinados à Contrapartida	250.000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
2.82.82.1 – Outras Fontes / Exercício Corrente – Convênios com Órgãos Federais – Administração Direta – Não Destinados à Contrapartida	2.295.000,00	2.294.015,34	2.294.015,34	99,96%	100,00%
Total	106.823.259,98	102.242.511,19	97.858.051,49	95,71%	95,71%

Fonte: Seplag / Coafi.

Na elaboração do orçamento, as ações devem ser classificadas com um maior nível de detalhamento. O agrupamento dessas ações permite um melhor controle dos custos e da avaliação dos resultados do programa do Governo bem como propicia uma maior eficiência e eficácia da gestão pública, atendendo ao disposto no art. 18 da LDO 2022. Dessa forma, durante o cadastramento, as ações deverão ser classificadas, de acordo com a prevalência dos gastos.

No orçamento de 2021, a distribuição dos recursos de acordo com o agrupamento das ações orçamentárias da Seplag, mediante a destinação das despesas ali vinculadas, também reflete a natureza administrativa do órgão, conforme demonstrado a seguir:

Gráfico 6 – Orçamento por Classificação da Ação por Tipo de Despesa – Seplag - 2021



Fonte: Seplag / Coafi.

Tabela 7 – Execução Orçamentária por Classificação da Ação por Tipo de Despesa – Seplag - 2021

Tipo de Despesa	Lei+Crédito (a)	Empenhado (b)	Pago (c)	(b)/(a)	(c)/(b)
1 – Pessoal	66.040.737,73	64.969.842,07	64.748.624,26	98,38%	99,66%
2 – Custeio de Manutenção	35.384.768,89	33.346.092,18	29.945.408,07	94,24%	89,80%
3 – Custeio Finalístico	155.000,00	50.000,00	50.000,00	32,26%	100,00%
4 – Investimentos	5.242.753,36	3.876.576,94	3.114.019,16	73,94%	80,33%
Total	106.823.259,98	102.242.511,19	97.858.051,49	95,71%	95,71%

Fonte: Seplag / Coafi.

Exceto as despesas de pessoal (por tratar-se de gastos obrigatórios), no exercício de 2021, a administração da execução financeira dos demais recursos orçamentários da Seplag foi gerenciada através da ferramenta MAPP - Monitoramento das Ações e Projetos Prioritários, conforme demonstrado a seguir:

Tabela 8 – Execução Financeira por Tipo de Despesa – Seplag - 2021

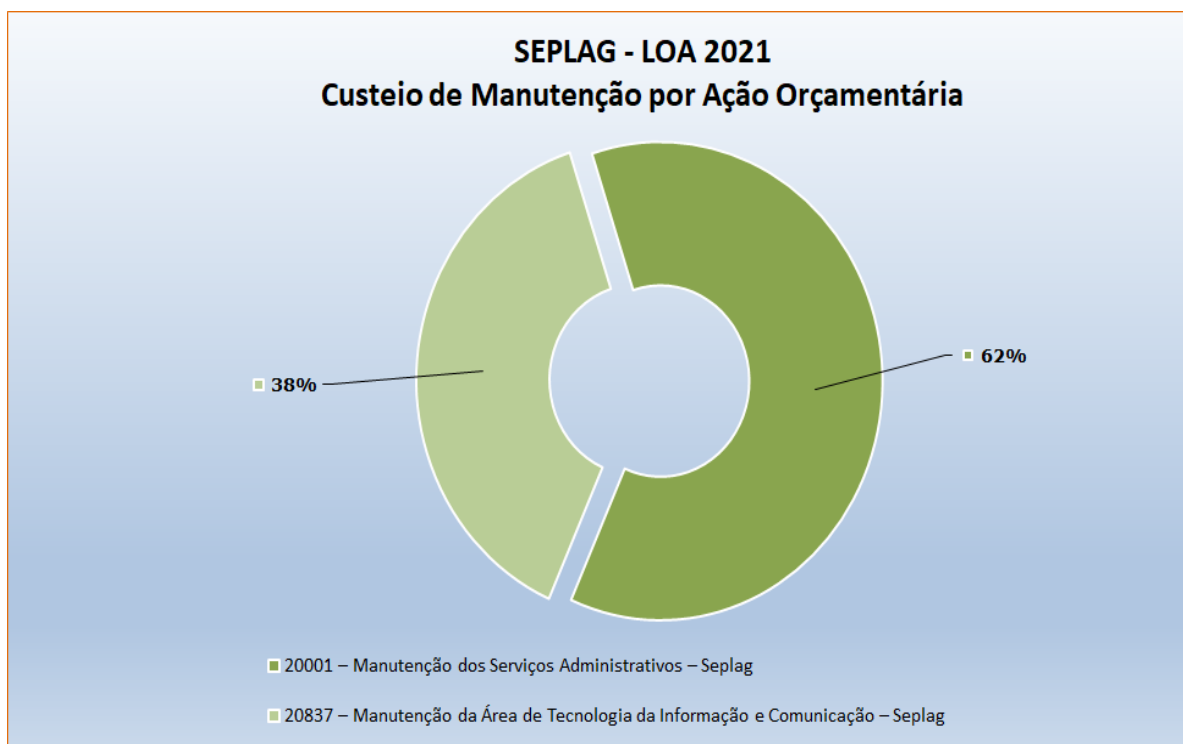
Tipo de Despesa	Mapp Nº e Descrição	Executado / Empenhado
1 – Pessoal		64.969.842,07
2 – Custeio de Manutenção	800 – Manutenção - Seplag	33.346.092,18
3 – Custeio Finalístico	4609012020 – Programa de Ação Integrada para o Aposentado - PAI	50.000,00
4 – Investimentos	178 – Cinturão Digital do Ceará - CDC - Backbone DWDM	2.501.708,62
	503 – Modernização da Infraestrutura da Seplag	202.197,78
	569 – [GovDigital] - Implantação, evolução e sustentação do Portal Único de Serviços do Governo do Estado do Ceará	645.164,54
	570 – [GovDigital] - Projeto Papel Zero/SUITE - Desenvolvimento, implantação e sustentação do Sistema Único Integrado de Tramitação Eletrônica do Governo do Estado do Ceará	200.000,00
	574 – [GovDigital] - Modernização das instalações e aquisição de equipamentos de TIC para sustentação dos projetos do Governo Digital	327.506,00
Total		102.242.511,19

Fonte: Seplag / Coafi.

Custeio de Manutenção

No exercício de 2021, os recursos necessários para realizar as despesas com a manutenção e funcionamento administrativo do órgão, importaram na soma de R\$35.384.768,89 (trinta e cinco milhões, trezentos e oitenta e quatro mil, setecentos e sessenta e oito reais, e oitenta e nove centavos). Desse montante, cerca de 62% foram alocados para custear os gastos essencialmente administrativos, enquanto 38% foram destinados para acobertar os gastos da área de Tecnologia da Informação e Comunicação, no âmbito institucional da Seplag.

Gráfico 7 – Custeio de Manutenção por Ação Orçamentária – Seplag - 2021



Fonte: Seplag / Coafi.

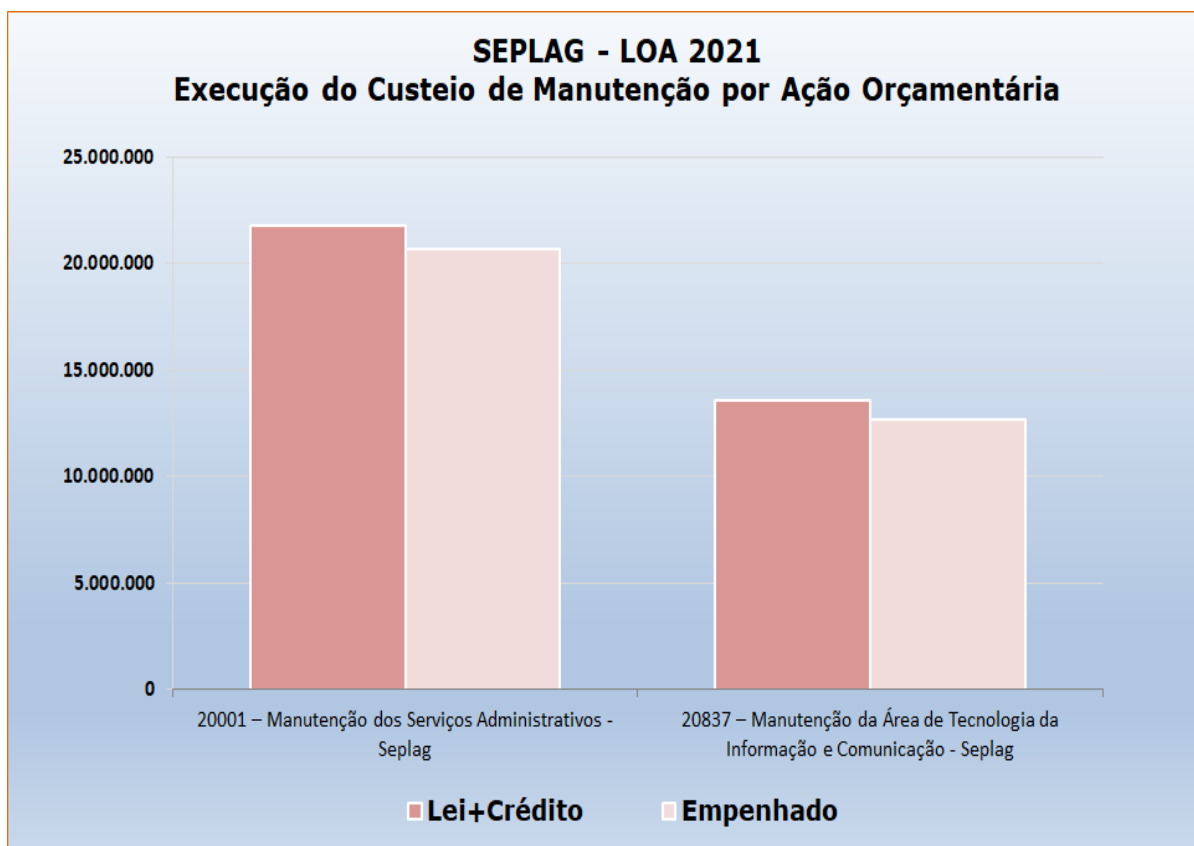
Do montante disponibilizado para o Custeio de Manutenção da Seplag em 2021, foram empenhados R\$ 33.346.092,18 (trinta e três milhões, trezentos e quarenta e seis mil, noventa e dois reais e dezoito centavos), o que corresponde a uma execução de 94% do total autorizado (em Lei + Crédito), sendo liquidado e pago cerca de 90% de tudo que foi empenhado.

Tabela 9 – Execução do Custeio de Manutenção por Ação Orçamentária – Seplag - 2021

Ação Orçamentária	Lei+Crédito	Empenhado	Pago	(b)/(a)	(c)/(b)
	(a)	(b)	(c)		
20001 – Manutenção dos Serviços Administrativos - Seplag	21.798.243,77	20.693.633,16	18.494.751,93	94,93%	89,37%
20837 – Manutenção da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação - Seplag	13.586.525,12	12.652.459,02	11.450.656,14	93,13%	90,50%
Total	35.384.768,89	33.346.092,18	29.945.408,07	94,24%	89,80%

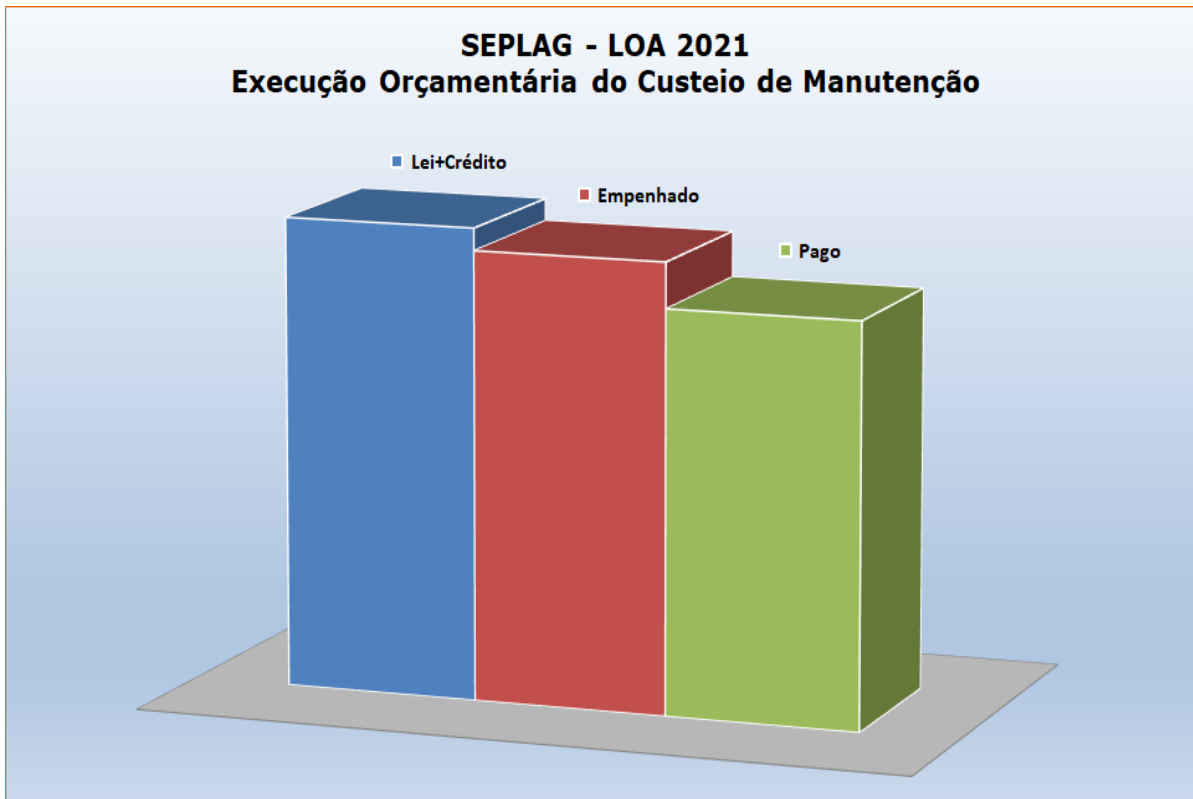
Fonte: Seplag / Coafi.

Gráfico 8 – Execução do Custeio de Manutenção por Ação Orçamentária – Seplag - 2021



Fonte: Seplag / Coafi.

Gráfico 9 – Execução Orçamentária do Custeio de Manutenção - Seplag - 2021



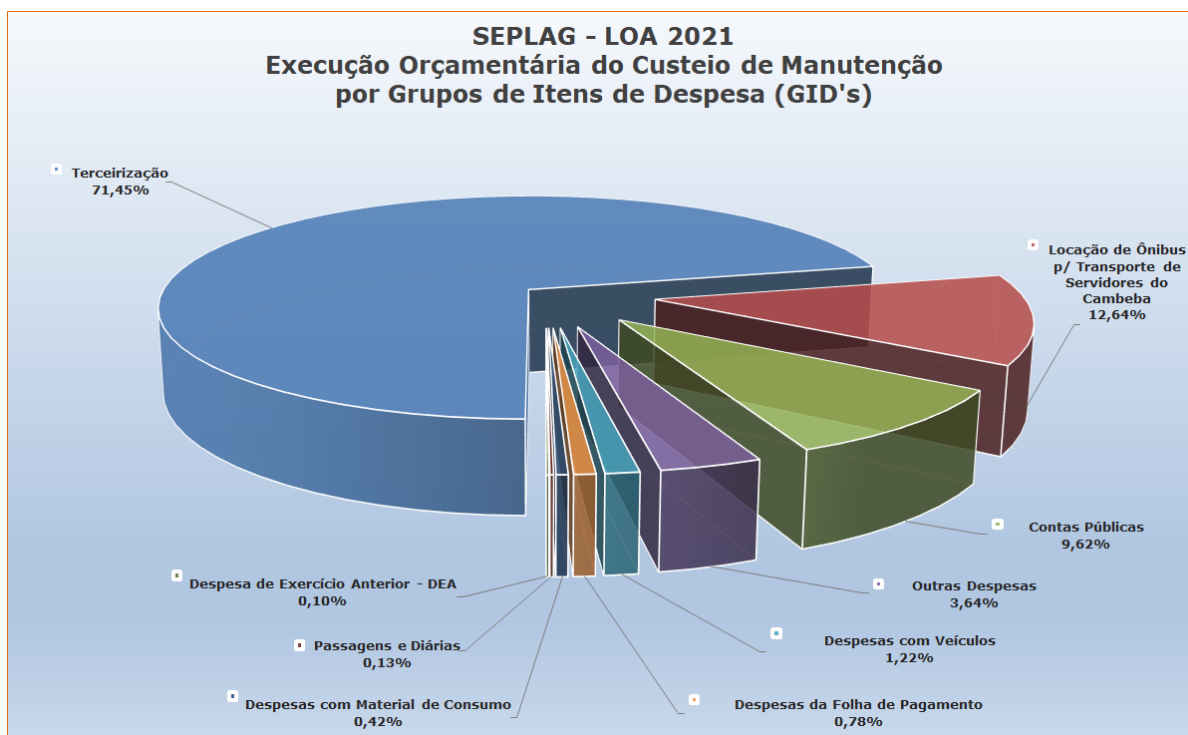
Fonte: Seplag / Coafi.

A essência da Seplag em realizar atividades-meio para o Estado, faz-se presente também nas despesas necessárias ao seu Custeio de Manutenção, que na sua maioria são voltadas à natureza administrativa do órgão.

Em 2021, os gastos mais representativos foram com Locação de Mão-de-Obra Terceirizada para as áreas de: apoio administrativo, limpeza e conservação, vigilância e de pessoal especializado em TI; seguido das despesas com a Locação de Ônibus para o Transporte dos Servidores que trabalham no Centro Administrativo do Cambé e das despesas relacionadas às Contas Públicas (Energia Elétrica, Água e Esgoto, Telefonia Fixa e Móvel, Internet e Serviços de Computação em Nuvem).

Juntos, representaram quase 94% do total dos gastos necessários à manutenção e funcionamento do órgão Seplag, no exercício em apreço. Os demais gastos com veículos, material de consumo, passagens e diárias, despesas da folha de pagamento pagas pelo custeio de manutenção e outras despesas, significaram algo em torno de 6%.

Gráfico 10 – Execução do Custeio de Manutenção por Grupos de Itens de Despesas – Seplag - 2021



Fonte: Seplag / Coafi.

Tabela 10 – Execução do Custeio de Manutenção por Grupos de Itens de Despesas – Seplag - 2021

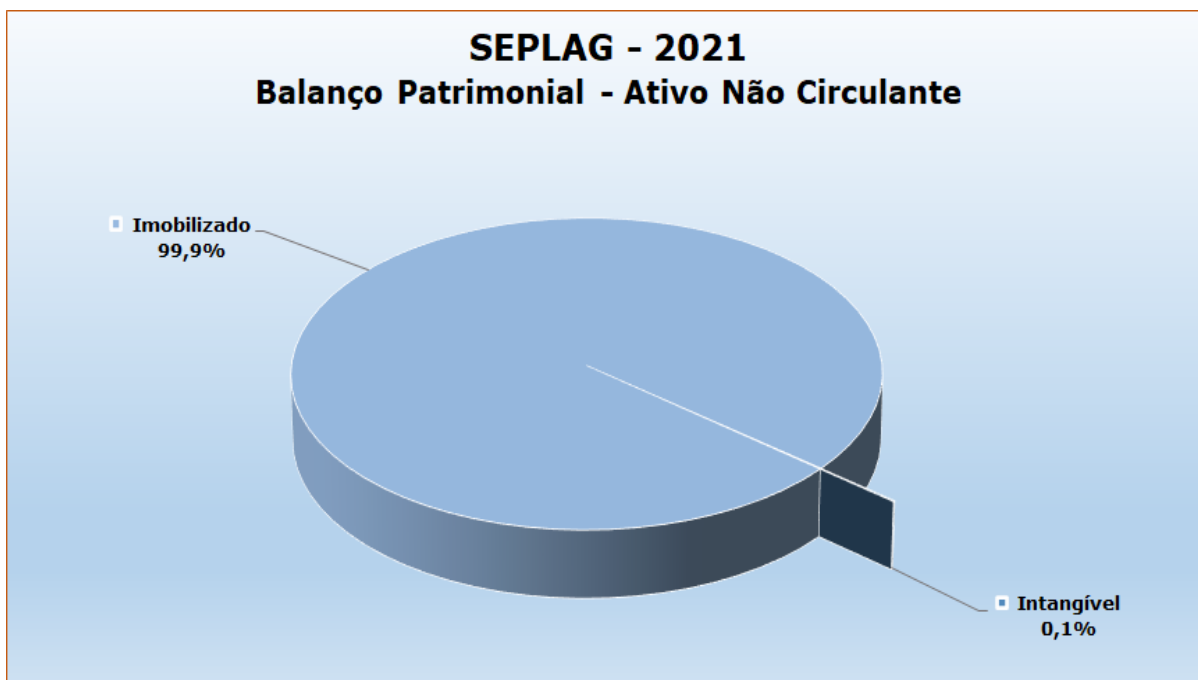
Grupos de Itens de Despesas – GID	Empenhado em 2021	
	R\$	%
Terceirização	23.827.189,69	71,45%
Locação de Ônibus p/ Transporte de Servidores do Cambeba	4.214.490,76	12,64%
Contas Públicas	3.209.194,25	9,62%
Outras Despesas	1.214.254,87	3,64%
Despesas com Veículos	407.033,79	1,22%
Despesas da Folha de Pagamento pagas pelo Custeio (Benefícios)	259.113,00	0,78%
Despesas com Material de Consumo	140.651,19	0,42%
Passagens e Diárias	41.802,68	0,13%
Despesa de Exercício Anterior - DEA	32.361,95	0,10%
Total	33.346.092,18	100,00%

Fonte: Seplag / Coafi.

Recursos Patrimoniais

No Balanço Patrimonial da Seplag - Exercício de 2021, os bens de permanência duradoura, destinados ao funcionamento normal do órgão, assim como os direitos exercidos com essa finalidade, registrados no grupo do seu **Ativo Não Circulante**, importam no valor total de R\$263.604.659,11 (duzentos e sessenta e três milhões, seiscentos e quatro mil, seiscentos e cinquenta e nove reais, e onze centavos). Desse montante, praticamente tudo, cerca de 99,9% refere-se ao seu **Imobilizado**, ao passo que apenas algo em torno de 0,1% remete ao que está registrado como **Intangível**.

Gráfico 11 – Seplag - Balanço Patrimonial 2021 - Ativo Não Circulante – Seplag - 2021

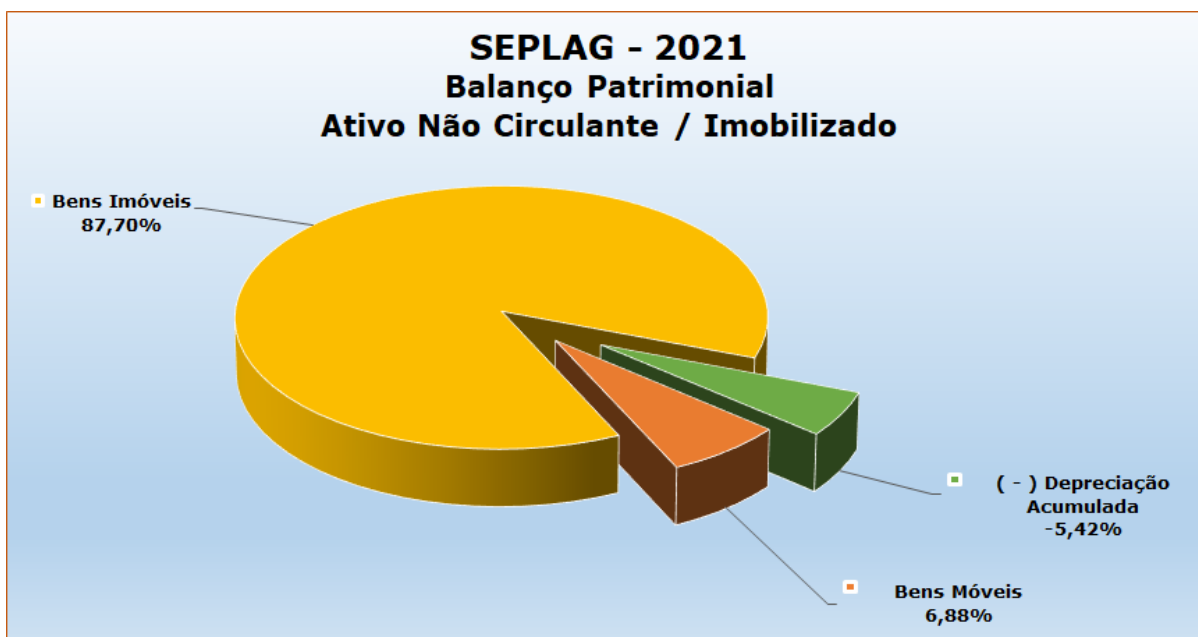


Fonte: Seplag / Coafi.

Em 2021, o órgão Seplag contou com um patrimônio imobilizado cuja valoração resultou no montante de R\$ 263.363.082,63 (duzentos e sessenta e três milhões, trezentos e sessenta e três mil, oitenta e dois reais, e sessenta e três centavos).

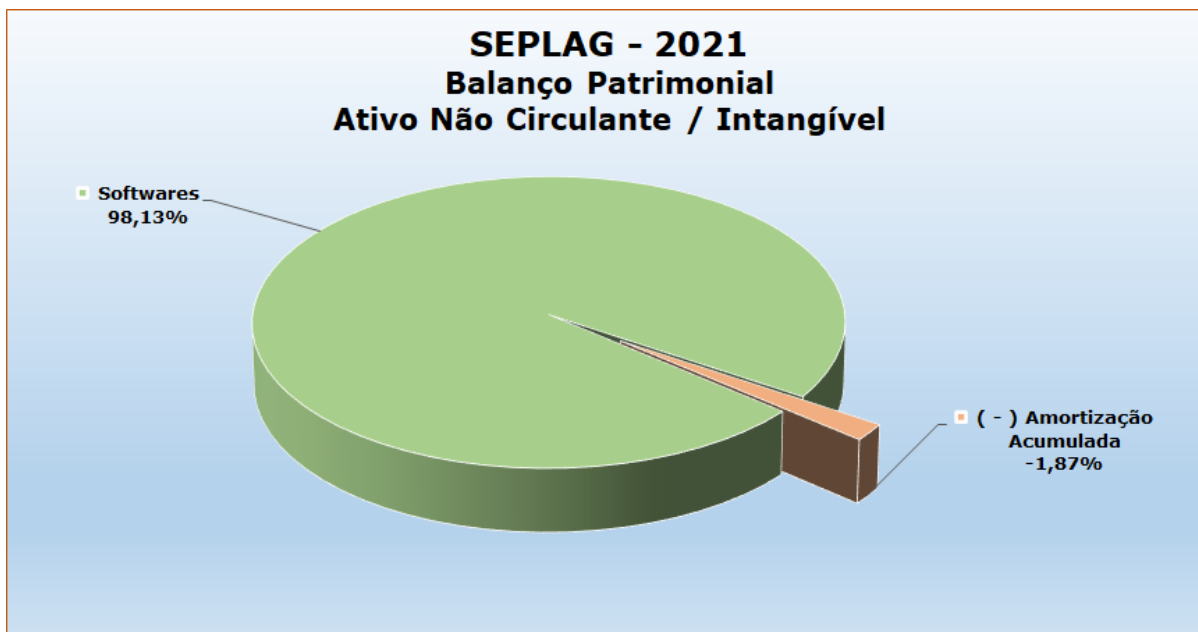
Desse total, 87,70% referem-se ao montante dos **Bens Imóveis**, enquanto que 6,88% representam a soma dos **Bens Móveis**, descontada uma **Depreciação Acumulada** de 5,42%. Já o **intangível**, importou na soma de R\$ 241.576,48 (duzentos e quarenta e um mil, quinhentos e setenta e seis reais e quarenta e oito centavos), contando apenas com o registro de **Softwares**, representando 98,13% do total, descontada uma **Amortização Acumulada** de 1,87%.

Gráfico 12 – Seplag - Balanço Patrimonial 2021 - Ativo Não Circulante / Imobilizado – Seplag - 2021



Fonte: Seplag / Coafi.

Gráfico 13 – Seplag / Balanço Patrimonial 2021 - Ativo Não Circulante / Intangível – Seplag - 2021



Fonte: Seplag / Coafi.

Tabela 11 – Seplag - Balanço Patrimonial - Posição em 31/12/2021

Bens Patrimoniais	Valor (R\$)
Bens Móveis	20.328.356,86
Bens Imóveis	259.045.438,18
(-) Depreciação Acumulada	(16.010.712,41)
Total do Imobilizado	263.363.082,63
Software	246.281,32
(-) Amortização Acumulada	(4.704,84)
Total do Intangível	241.576,48
Total do Ativo Não Circulante	263.604.659,11

Fonte: Seplag / Coafi.

9.1. Bens Imóveis

No rol dos bens imóveis do órgão, evidenciam-se os Bens de Uso Especial, como os prédios do Edifício Seplag e do Centro de Convivência do Servidor Público, e o Terreno onde encontram-se todas as edificações que compõem o Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, localizado no bairro Cambé, em Fortaleza/Ce.

Também fazem parte da sua relação de imóveis, alguns Bens Dominicais pertencentes ao Estado do Ceará que estão sob responsabilidade da Seplag, mas que não são utilizados na finalidade pública desse órgão (bens não afetados).

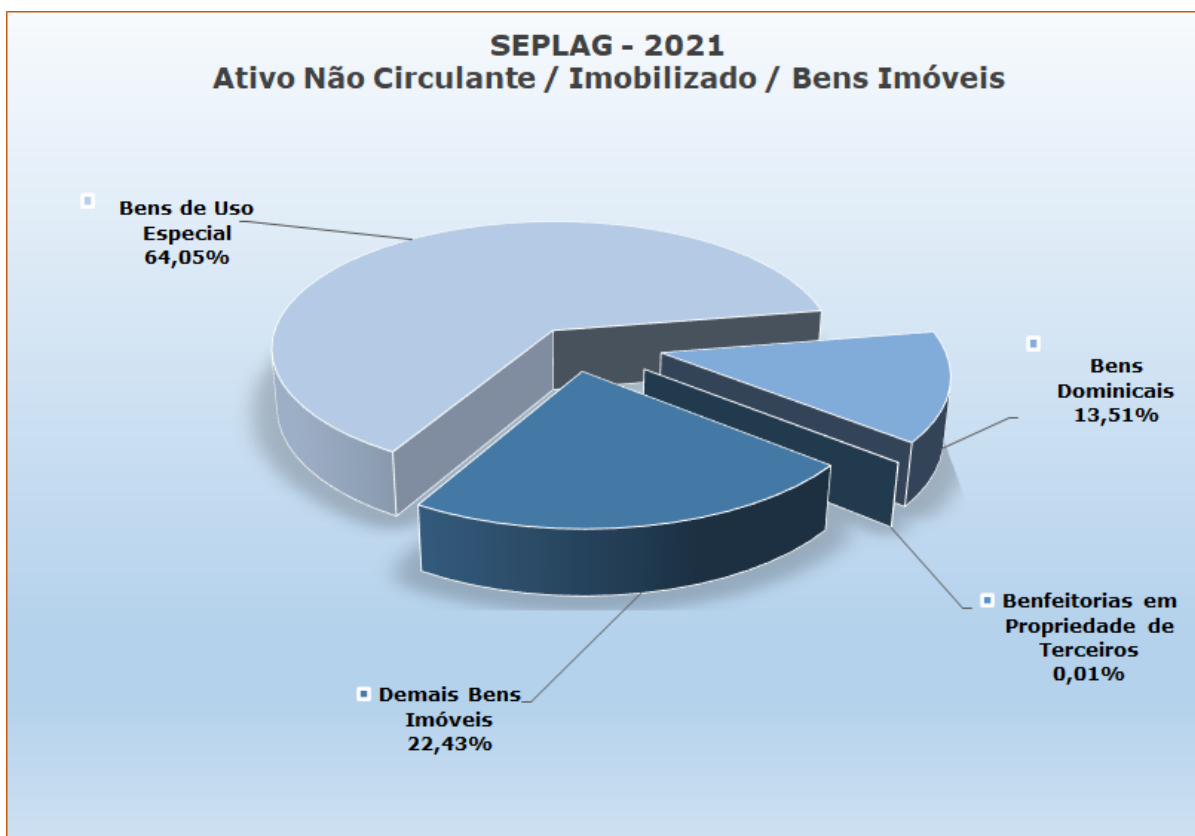
Cabe ainda destacar os Bens de Infraestrutura de TI do órgão, como o anel de fibra óptica própria redundante, com cerca de 5.105 km de extensão, distribuído pela capital e interior do Estado. De propriedade da Seplag e gerenciado pela Etice, esse “Backbone” é parte integrante do Cinturão Digital do Ceará que leva internet de alta velocidade com qualidade aos órgãos e entidades governamentais do Estado e de outros entes públicos.

Tabela 12 – Seplag / Bens Imóveis - Posição em 31/12/2021

	Conta Contábil	Valor (R\$)	% Representatividade	
Bens Imóveis	Bens de Uso Especial	165.917.625,96	64,05%	
	Edifícios	23.061.528,17	8,90%	
	Terrenos	140.600.000,00	54,28%	
	Outros Bens Imóveis	2.256.097,79	0,87%	
	Bens Dominicais	35.000.246,00	13,51%	
	Edifícios	12.252.500,00	4,73%	
	Apartamentos	2.972.000,00	1,15%	
	Casas	4.380.761,00	1,69%	
	Fazendas	257.000,00	0,10%	
	Galpões	1.726.000,00	0,67%	
	Lojas	52.000,00	0,02%	
	Terrenos	13.359.985,00	5,16%	
	Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	36.499,00	0,01%	
	Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	36.499,00	0,01%	
	Demais Bens Imóveis	58.091.067,22	22,43%	
	Infraestrutura de Tecnologia da Informação	58.091.067,22	22,43%	
	Total	259045.438,18	100,00%	
	Depreciação Acumulada de Bens Imóveis		(2.389.383,70)	-

Fonte: Seplag / Coafi.

Gráfico 14 – Seplag - Balanço Patrimonial 2021 - Bens Imóveis



Fonte: Seplag / Coafi.

9.2. Bens Móveis

Em relação aos bens móveis, merece destaque o montante vinculado à conta dos Bens de Informática que compõem a infraestrutura tecnológica da Seplag. São esses equipamentos de Tecnologia de Informação e Comunicação - TIC que auxiliam no funcionamento dos sistemas informatizados da Seplag e que são de uso corporativo pelo Poder Executivo do Governo Estadual no desempenho administrativo, orçamentário e financeiro de suas ações.

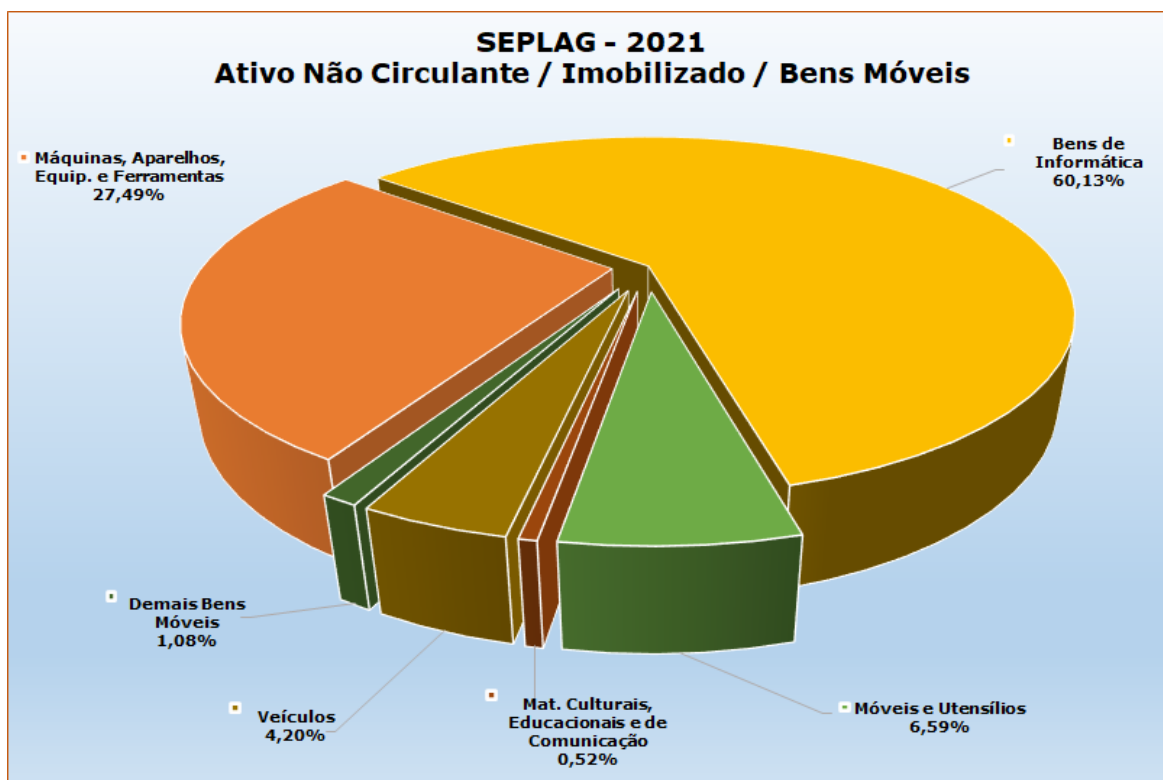
Também é expressiva a soma que representa os bens móveis vinculados às contas de Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas, e de Móveis e Utensílios de que dispõe o órgão para a realização de suas atividades.

Tabela 13 – Seplag / Bens Móveis - Posição em 31/12/2021

Bens Móveis	Conta Contábil	Valor (R\$)	% Representatividade
	Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	5.588.723,34	27,49%
	Bens de Informática	12.223.182,02	60,13%
	Móveis e Utensílios	1.339.624,58	6,59%
	Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	105.066,01	0,52%
	Veículos	853.220,79	4,20%
	Demais Bens Móveis	218.540,12	1,08%
	Total	20.328.356,86	100,00%
Depreciação Acumulada de Bens Móveis		(13.621.328,71)	-

Fonte: Seplag / Coafi.

Gráfico 15 – Seplag / Balanço Patrimonial 2021 - Bens Móveis



Fonte: Seplag / Coafi.

Transferências Voluntárias

Em 2021, a Seplag não realizou transferência de recursos a título de subvenção, auxílio ou contribuição mediante convênios de despesa, acordos, ajustes, termos de parceria ou instrumentos congêneres.

Estratégias

Em 2021, a Seplag empreendeu esforços no sentido de alcançar os objetivos do Plano Estratégico 2021-2023.

No **objetivo estratégico (1) de Fortalecer a gestão e a governança da Seplag no âmbito institucional**, foram realizadas em 2021, ações voltadas para o desenvolvimento e o planejamento institucional.

No período de fevereiro a junho foi realizado o **Projeto de Atualização do Planejamento Estratégico da Seplag** para o horizonte temporal 2021 a 2023. O trabalho foi demandado pelo Dirigente Máximo, executado pela Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional e Planejamento (Codip) e a Coordenadoria de Modernização da Gestão (Comge), com a participação das áreas da Seplag. Os produtos foram validados pela Secretaria Executiva de Planejamento e Gestão Interna (Sexec-PGI).

A culminância do projeto foi em 22/06/2021, com a ampla divulgação do Planejamento Estratégico 2021-2023 para a força de trabalho da Seplag, por meio de vídeoconferência.

No período de abril a outubro de 2021 foi realizado o **Projeto de Aplicação do Modelo de Excelência em Gestão das Transferências da União (MEG-Tr)**, do Ministério da Economia. O trabalho foi liderado no órgão pela Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional e Planejamento (Codip), sob a coordenação corporativa da Coordenadoria de Captação de Recursos e Alianças com Público e Privado (Cocap) e da Coordenadoria de Modernização da Gestão (Comge), com participação de todas as áreas de assessoramento, programáticas e de execução instrumental da Seplag.

Foi aplicado um questionário de maturidade organizacional e elaborados 7 planos de melhoria da gestão.

No **Projeto de Implementação da Gestão por Processos na Seplag** foi realizado em outubro e novembro de 2021, um projeto piloto voltado para a gestão por processos organizacional, com o objetivo de elaborar o instrumento de coleta que possibilitará a identificação dos processos de negócio da Seplag, no trabalho realizado pela Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional e Planejamento (Codip) em parceria com a área programática Coordenadoria de Promoção de Políticas de Combate à Pobreza (Cpcop). Esta iniciativa está relacionada a um dos planos de melhoria da gestão do MEG-Tr.

O instrumento foi elaborado e será apresentado a Secretaria Executiva de Planejamento e Gestão Interna (Sexec-PGI) em 2022. Inclui o alinhamento dos Processos de Negócio com a cadeia de valor, com as competências do regulamento, com os Objetivos do Planejamento Estratégico e com as iniciativas-entregas do Plano Plurianual.

Em novembro de 2021, no contexto do **Projeto de Reestruturação Organizacional da Seplag**, a Alta Direção promoveu alteração da estrutura organizacional do órgão por meio do Decreto 34.325, de 05 de novembro de 2021, publicado no DOE 250 de 08 de novembro de 2021. Foi criada a Coordenadoria de Gestão Estratégica de Lideranças – Cogel e excluída da estrutura a Coordenadoria de Planejamento e Desenvolvimento de Pessoas (Codes), com parte das competências transferidas para a Coordenadoria de Gestão de Pessoas (Cogep).

Ao encontro do **objetivo estratégico (2) de Fortalecer a política de gestão e desenvolvimento de pessoas em nível institucional** foram desenvolvidas em 2021 ações relacionadas aos seguintes projetos estratégicos:

Em referência ao **Projeto de implementação das políticas relacionadas a qualidade de vida e bem-estar no trabalho** (Projeto Cuidar da Gente) a Seplag, em nível institucional, por meio da Célula de Desenvolvimento de Pessoas (Cedep) da Coordenadoria Administrativo-Financeira (Coafi), em parceria com a Assessoria de Comunicação (Ascom) deu continuidade ao Projeto Cuidar da Gente, que objetiva cuidar das pessoas e da ambiência organizacional.

Como continuidade da política de monitoramento da saúde ocupacional dos agentes públicos da Seplag, com foco no enfrentamento da pandemia do novo coronavírus, mantiveram-se as diretrizes de proteção pessoal e coletiva que pudessem impactar na conscientização sobre segurança e prevenção dos riscos sanitários em relação à Covid-19, a exemplo da(o):

- sanitização sistemática das salas do ambiente interno da Seplag, por meio de 4 (quatro) geradores de ozônio, de forma a promover a desinfecção do ar e das superfícies lisas;
- realização de campanha de marketing interno com material gráfico e banner virtual na inicialização dos computadores, sobre os cuidados no retorno às atividades presenciais;
- disponibilização de álcool em gel 70°, em corredores do prédio da secretaria;
- testagem de servidores e colaboradores sintomáticos e/ou contactantes com pessoas comprovadamente acometidas da Covid-19, tendo sido realizados 276 testes ao longo do ano, em parceria com a Secretaria da Saúde do Estado (Sesa); e
- afastamento profilático de servidores e colaboradores sintomáticos, os quais foram colocados em regime de teletrabalho.

No sentido do **Projeto de implementação de políticas de incentivo a formação na carreira** (Projeto Capacitações Seplag), em 2021, por meio da Coordenadoria Administrativo-Financeira (Coafi) / Célula de Desenvolvimento de Pessoas (Cedep) foi mantido o trabalho de busca ativa e identificação de ofertas de capacitação de forma gratuita e na modalidade à distância, divulgando as oportunidades para os servidores e colaboradores da Seplag pelo e-mail institucional, numa parceria com a Assessoria de Comunicação (Ascom).

As capacitações identificadas pela Cedep/Coafi foram ofertadas pelas escolas de governo, a exemplo da Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará (EGPCE); Escola Virtual Gov (EVG); Escola Nacional de Administração Pública (ENAP); Escola Superior de Contas e Gestão Pública, do TCE; e Instituto Plácido Castelo (IPC).

Dessas escolas, a única que a Cedep/Coafi teve acesso à informação de certificação foi a Escola de Gestão Pública do Ceará (EGPCE), por meio do Sistema Capacit. Segundo análise dos dados fornecidos pela Escola, no período de janeiro a dezembro de 2021 foram qualificadas 77 pessoas, entre servidores efetivos da Seplag, ocupantes de cargos comissionados exclusivos e servidores/empregados públicos de outros órgãos/entidades cedidos a esta secretaria, em cursos com carga horária igual ou superior a 20 horas-aula.

Durante o ano de 2021, ainda estivemos sob pandemia mundial pelo novo coronavírus, o que continuou representando impacto direto no investimento público para capacitações e dificuldade relacionada à impossibilidade de realizar encontros no formato presencial, em razão do risco de contágio da Covid-19.

No **Projeto de Implementação de políticas de incentivo a pós-graduação** (Projeto Capacitações Seplag) foram adotadas as seguintes medidas, no tocante a autorizações que envolvem participação em cursos graduação e pós-graduação:

- Publicação da Portaria 428/2021, no DOE 259 de 19 de novembro de 2021, que estabelece regras e fluxos internos para autorização de financiamento de cursos de pós-graduação, de formação e aperfeiçoamento profissional e demais eventos de capacitações, bem como autorização de afastamento para realização dos cursos;
- Prorrogação do afastamento, por mais 1 ano, do servidor Raimundo Avilton Meneses Júnior, para continuar frequentando integralmente o curso de Doutorado em Gestão de Empresas, da Faculdade de Economia (Feuc), na Universidade de Coimbra (Portugal), cujo afastamento inicial foi autorizado em 13 de agosto de 2020 com o financiamento do curso;
- Financiamento do curso de Pós-graduação “stricto sensu”, Doutorado em Gestão da Informação, na Universidade Fundação Fernando Pessoa, em Portugal, para a Servidora Ana Lúcia Lima Gadelha; e
- Afastamento parcial, com redução de duas horas na carga horária diária, ao servidor Fernando Antônio Feitosa Leitão, para estudos de curso de graduação.

No tocante ao **objetivo estratégico (3) de Fortalecer as carreiras de planejamento, orçamento e gestão** foram realizadas as seguintes ações em 2021:

Encaminhamento da Mensagem 8.818, de 22 de dezembro de 2021, e aprovação da Lei Complementar 262, de 20 de dezembro de 2021, publicada no DOE 003, de 05 de janeiro de 2022, que altera dispositivos das Leis 13.658 e 13.659, ambas de 20 de setembro de 2005, e alterações que aprovam os planos de cargos e carreiras do grupo ocupacional atividades de planejamento e gestão (APG) integrantes da Seplag, tendo em vista melhorias no plano de cargos e carreiras e nas remunerações dos servidores.

No sentido do **objetivo estratégico (4) de Modernizar e fortalecer a estrutura e gestão da tecnologia da informação e comunicação institucional** foram realizados em 2021 Projetos de Modernização de equipamentos e softwares de TIC do órgão, incluindo switches de rede, licenças de software *Business Intelligence* (BI), solução Lacuna; serviços do Google Workspace, renovação de licenças de antivírus e aquisição de equipamento de projeção wi-fi.

Em 2021, houve o **Projeto de Reestruturação das Categorias de Terceirização para Profissionais de TIC**, com a atualização do Catálogo de Padronização de Categorias, trabalho realizado pela Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (Cotec) em parceria com a Coordenadoria de Gestão dos Serviços Terceirizados (Coset).

O estudo de mercado para incluir novas categorias dessa área no catálogo de terceirização do Estado visa atender às necessidades da área de TIC com alta demanda por esses profissionais, em razão da crescente valorização impulsionada pelo uso de novas tecnologias.

A expectativa é contribuir para a permanência desses colaboradores terceirizados nos órgãos e entidades estaduais, e a contratação de novos profissionais para realizar os projetos estratégicos de TIC necessários ao governo.

Registre-se, também, o **Projeto de Reestruturação da infraestrutura de TIC para as coordenadorias fora da sede da Seplag** com a alocação de 10 (dez) novos computadores, sendo 5 (cinco) para a Coordenadoria de Perícia Médica (Copem) e 5 (cinco) para a Coordenadoria de Promoção de Qualidade de Vida do Aposentado (Copai).

No **Projeto de Provimento de equipamentos de TIC adequados para as coordenadorias** registrou-se a distribuição de 120 (cento e vinte) novos computadores para as coordenadorias situadas na Sede da Seplag. Todos os equipamentos haviam sido adquiridos em 2020.

Outras ações lideradas pela Cotec, em 2021, estiveram voltadas ao Aprimoramento e implementação do Sistema de Planejamento e Gestão (SPG) relacionado ao Fecop/Ccpis; e à Implantação de melhorias nos sistemas de gestão de compras corporativas (Licitaweb).

Em referência ao **objetivo estratégico (5) de Fortalecer a comunicação interna e externa** foram realizadas em 2021 as seguintes ações:

No **Projeto de Sistematização de Divulgação dos Assuntos da Seplag** foram realizadas as seguintes ações:

- Estabelecimento de 3 (três) fluxos internos para recebimento de pautas, distribuição de trabalhos, aprovação e publicação nos canais: Sítio Institucional; Intranet da Seplag; Redes Sociais (Facebook, Instagram e Youtube); e Portal do Governo.
- Definição de 2 (duas) práticas de gestão do planejamento diário de pautas e da forma de abordagem e divulgação de assuntos.

No **Projeto de Melhoria da Comunicação entre os Gestores e os Colaboradores da Seplag** foram realizadas ações voltadas para:

- Ampliação do contato da área de comunicação com a Alta Direção da Seplag (Dirigente Máximo e três Secretários Executivos) e as áreas de execução programática, instrumental e de assessoramento do órgão, em 2021, para atualizar postagens institucionais, com publicação de 216 notícias no site da Seplag e 96 na Intranet.
- Ampliação e fortalecimento dos perfis da Seplag por meio da atualização de postagens institucionais, com 277 posts no Instagram e Facebook e a realização de 28 vídeos no Youtube, em 2021, dando mais visibilidade aos projetos da Seplag para a sociedade, e proporcionando uma maior interação por meio de perguntas e demandas espontâneas na transmissão dos eventos, aproximando os servidores da Secretaria com o público.

Com relação ao **objetivo estratégico (6) de Aprimorar a gestão patrimonial, logística, financeira, compras e de infraestrutura institucional**, a Seplag, por meio da Coordenadoria Administrativo-Financeira (Coafi) / Célula de Logística Institucional (CeloI) desenvolveu a seguinte ação em 2021:

No **Projeto de Modernização da infraestrutura física e elétrica do Ed. Seplag e demais equipamentos**, foi realizada a aquisição de 32 (trinta e dois) aparelhos de ar-condicionado, para substituir parte dos equipamentos que não estavam em condições de uso.

No sentido do **objetivo estratégico (7) de Aprimorar a gestão estratégica de pessoas no Estado** registra-se em 2021 a seguinte ação:

No **Projeto de Implantação da regulamentação de planejamento e provimento de cargo efetivo no Poder Executivo do Estado do Ceará** a publicação da Lei 17.732, de 29 de outubro de 2021 no DOE 245, de 29 de outubro de 2021, dispoendo sobre a Comissão Central e as Comissões Coordenadoras de Concursos Públicos realizados no âmbito do Poder Executivo Estadual.

No intuito do **objetivo estratégico (8) de Promover o bem-estar e a qualidade de vida do servidor público, do aposentado e do pensionista**, a Seplag por meio da Coordenadoria de Promoção da Qualidade de Vida do Aposentado (Copai) desenvolveu as seguintes ações:

No **Projeto Ampliação da oferta de ações do programa de ação integrada para o aposentado – PAI** foram realizados 25.243 atendimentos, no período de janeiro a dezembro de 2021, que correspondem ao número de participações de cada aposentado e seu grupo familiar, em uma ou mais atividades, conforme o interesse.

- 4.454 atendimentos em 20 cursos oferecidos nos formatos presencial e online.
- 1.198 atendimentos nas 17 lives realizadas às terças-feiras, no formato online.
- 930 atendimentos no Projeto Revendo Amigos, realizado por meio de ligações telefônicas para os associados que não se adaptaram ao uso de smartphones, oferecendo suporte emocional e informações por meio da Equipe do PAI.
- 837 atendimentos no formato presencial com a Festa da Primavera (24 atendimentos); Espetáculo Telha de Vidro, marcando a reabertura do Theatro José de Alencar e outras casas de espetáculos (430 atendimentos); Aniversário do PAI (41 atendimentos) e apresentações do Pastoril pelo Grupo de Teatro Mosaico em vários eventos, inclusive o Centro Cultural BNB (342 atendimentos).

- 83 atendimentos psicológicos em Oficina promovida pelo Curso de Psicologia da Faculdade Ari de Sá, no formato presencial.
- 17.741 atendimentos por meio de acessos, sendo 17.559 no Instagram e 182 no Facebook.

Os atendimentos foram disponibilizados por meio de atividades em 4 (quatro) linhas:

- Pedagógica Educação e Aprendizagem: Curso Café, Filosofia e Literatura; Curso de Dança Flamenca Avançada; Curso de Dança Livre; Curso de Espanhol Inicial; Curso de Espanhol Básico; Curso de Espanhol Intermediário; Curso de Espanhol Conversação; Curso de Inglês Inicial; Curso de Inglês Básico; Curso de Inglês Intermediário; Curso de Inglês Conversação; Oficina Trocando de Mãos (artesanato).
- Pedagógica Saúde: Curso Memória Ativa; Curso Turbine sua Memória; Musicoterapia.
- Pedagógica Cultura: Teatro Mosaico do PAI.
- Pedagógica Socialização: Encontros de Socialização (palestras); Feira de Artesanato da Copai; Passeios e Excursões; celebrações de datas festivas e apresentações artísticas.

Em razão das medidas restritivas e dos problemas decorrentes da pandemia da Covid-19, a Copai, ciente da responsabilidade perante seu público-alvo, enfrentou o desafio de oferecer parte das suas atividades no formato online. Os participantes puderam optar por permanecer em seus lares e participar das atividades sem prejuízo do conteúdo e da qualidade.

O formato *online* demandou a estruturação de uma nova estratégia de atuação por meio do Projeto "Paidendicasa". Esse projeto iniciou-se com a Pandemia e se tornou o mais importante evento da coordenadoria. Representou uma ação de superação e inovação para toda a equipe da Copai e participantes do Programa PAI.

A estratégia se estendeu às redes sociais, onde o PAI mantém o Facebook, Instagram e o Whatsapp em plena atividade com divulgação prévia da programação e disponibilização de parte dos conteúdos para acesso dos participantes em horários diversificados.

O acesso por meio das mídias sociais também possibilitou que as atividades oferecidas pelo Programa PAI fossem realizadas pelo público em geral, ampliando, assim, o alcance da ação.

No **Projeto Ampliação do programa integrado de preparação para a aposentadoria – PIPA** foram realizados 5.431 atendimentos no período de janeiro a dezembro de 2021:

- 5.218 atendimentos por meio de comunicações no Projeto "Você Vive com Qual Idade?".
- 190 atendimentos por meio de palestras online - Projeto "Você Vive com Qual Idade?".
- 23 atendimentos por meio de live "A decisão de aposentar-se é uma decisão pessoal e compete a cada um".

Os atendimentos correspondem ao número de participações de cada servidor apto a se aposentar, em uma ou mais atividades, conforme o interesse.

Em virtude das medidas restritivas e dos problemas decorrentes da pandemia de Covid-19, a Copai, ciente da responsabilidade perante seu público-alvo, desenvolveu novo formato de ação do PIPA através do projeto “Você Vive com Qual Idade?”.

Iniciado desde o segundo semestre de 2020, o projeto constou do envio de e-mails para servidores em abono de permanência, com conteúdo relacionado à Saúde Física, Alimentação, Saúde Mental, Saúde Social, Tempo Livre/Trabalho, Direitos e Deveres e Educação Cibernética.

Foi registrado o envio de 7 pautas via *e-mail* a 5.218 servidores cadastrados, sendo recebidas 143 manifestações. Esse formato deu ao PIPA o alcance de, pela primeira vez, chegar aos servidores lotados no interior do estado.

De julho a setembro a Copai articulou-se com a Secretaria da Fazenda do estado do Ceará (Sefaz) para realizar uma versão condensada do Projeto PIPA compreendendo um ciclo de 4 (quatro) palestras oferecidas no formato online, em novembro, com 190 participações.

Em 18 de outubro deu-se a retomada do Projeto PIPA com a *live*: “A decisão de aposentar-se é uma decisão pessoal e compete a cada um”, onde foram apresentadas as novas diretrizes do projeto PIPA 2022. Na *live* de apresentação foram registradas 23 participações.

O **Projeto Implementação do programa de bem-estar no ambiente de trabalho no serviço público estadual** foi descontinuado na Seplag em razão da exclusão da Codes da estrutura do órgão, por meio do Decreto 34.325, de 05 de novembro de 2021, publicado no DOE 250 de 08 de novembro de 2022. A Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará vai assumir as ações de qualidade de vida e bem-estar a partir de 2022.

Pela mesma razão foi descontinuado na Seplag o **objetivo estratégico (9) de Desenvolver e implementar a política de saúde do trabalhador no serviço público estadual**.

Ao encontro do **objetivo estratégico (10) de Promover uma gestão integrada de políticas públicas sustentáveis de combate e redução da pobreza e da desigualdade social** a Seplag, em 2021, por meio da Coordenadoria de Promoção de Políticas de Combate à Pobreza (Cpcop), implementou duas frentes voltadas para o fortalecimento do controle sobre os projetos executados com recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – Fecop, no contexto do **Projeto de implantação de sistemática para monitoramento e avaliação dos projetos do Fecop**.

Num primeiro momento, superados os desafios do monitoramento físico dos projetos do Fecop, a Seplag alcançou os primeiros resultados da implantação dessa nova cultura organizacional, a traduzir o grau de desempenho obtido por cada projeto, pelo que foram submetidos um quantitativo de 57 (cinquenta e sete) projetos, envolvendo 12 (doze) Secretarias de Estado, observados os seguintes resultados de acompanhamento, a saber:

Dos 57 (cinquenta e sete) projetos aprovados pelo Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social (CCPIS), submetidos ao acompanhamento durante o período, 26 (vinte e seis) projetos foram aferidos em situação considerada “normal”, porquanto em execução plena de suas metas (100%), representando um percentual de desempenho correspondente a 45,61% (quarenta e cinco vírgula sessenta e um por cento) dos projetos.

Desse mesmo universo foram aferidos em situação “atrasada”, com execução de suas metas abaixo do previsto, 31 (trinta e um) projetos, representando 54,38% (cinquenta e quatro vírgula trinta e oito por cento). Desses, 3 (três) projetos apresentaram execuções com as metas zeradas, portanto, sem execução de metas; 15 (quinze) projetos apresentaram execuções com metas realizadas abaixo de 80% (oitenta por cento); 5 (cinco) projetos apresentaram execuções com metas concretizadas acima de 80% (oitenta por cento); e 8 (oito) projetos apresentaram execuções com metas consolidadas em 100% (cem por cento).

Dessa forma, observa-se que 34 (trinta e quatro) projetos - 26 (vinte e seis) em situação “normal” e 8 (oito) em situação “atrasada” - foram considerados satisfatórios, com 100% de execução de metas físicas.

Do total de projetos, 34 (trinta e quatro) representam um desempenho satisfatório, por se encontrarem num cenário acima da média (50%), qual seja, 59,65% (cinquenta e nove vírgula sessenta e cinco por cento), e 23 (vinte e três) apresentaram desempenho insatisfatório, abaixo da média (50%), representando 40,35% (quarenta vírgula trinta e cinco por cento).

Num segundo momento, a Seplag/Cpcop, em parceria com o Centro de Análise de Dados e Avaliação de Políticas Públicas (CAPP), do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), fomentou a realização da avaliação de projetos do referido Fundo Especial de Gestão, tanto na modalidade ex ante, como na modalidade ex post.

No que diz respeito à modalidade ex ante, foram avaliados todos os projetos apresentados pelas Secretarias de Estado, ao longo do ano, representando um total de 57 unidades. Por sua vez, na modalidade ex post, foram submetidos à avaliação um conjunto de 4 projetos, previamente selecionados pelo Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social (CCPIS).

Cumprir ressaltar que, tanto o monitoramento quanto a avaliação, encontram-se disciplinados no Decreto 29.910, de 29 de setembro de 2009, publicado no DOE 183 de 30 de setembro de 2009, e Decreto 33.320, de 24 de outubro de 2019, publicado no DOE 205 de 29 de outubro de 2019.

O registro de informações detalhadas está no Relatório de Desempenho Físico Financeiro do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP), no Processo de Prestação de Contas Anual do Fecop 2021, consolidado e apresentado, na forma e no prazo legal, aos órgãos de Controle Interno - Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE); e Externo - Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (ALCE) e Tribunal de Contas do Estado (TCE-CE).

No **Projeto de Aprimoramento e implementação do sistema SPG/Fecop/CCPIS** registra-se as melhorias realizadas com a parceria da Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (Cotec) da Seplag.

Em referência ao **objetivo estratégico (11) de Contribuir para a melhoria da eficiência na captação dos recursos públicos** foram realizadas as seguintes ações em 2021:

No **Projeto Aperfeiçoamento dos processos de contratação e monitoramento de operações de crédito** foi realizada uma proposta que objetiva a institucionalização do Grupo Técnico para Análise de Projeto Financiado por Operação de Crédito ou Colaboração Financeira (GTEC-CE).

Neste sentido, foi elaborada uma proposta de alteração do Decreto 32.173, de 22 de março de 2017, publicado no DOE 058, de 24 de março de 2017, para que o Grupo seja incluído como uma instância de assessoramento do Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal (Cogerf). A proposta foi encaminhada a Alta Gestão em dezembro de 2021 e se encontra em análise.

No **Projeto Proposição do processo de gestão corporativa de captação de recursos não onerosos e monitoramento corporativo dos convênios de receita e instrumentos congêneres** foi validado o Redesenho do processo de Gestão da captação de recursos não onerosos - transferências voluntárias da União por Ordem Bancária de Transferência Voluntária (OBTV).

Ao encontro do **objetivo estratégico (12) de Aprimorar a gestão dos investimentos e custeio público** foram realizadas as seguintes ações em 2021:

No **Projeto Implantação de melhoria no processo de gestão dos contratos de gestão** foram realizadas atividades de melhoria: (i) refinamento da implantação dos indicadores e implantação do plano de contas; (ii) implantação do estudo técnico detalhado e planilha de custos nos planos de trabalho; (iii) recomendação de utilização do chamamento público ou a justificativa para a dispensa de licitação; e (iv) atualização do modelo dos Pareceres para incorporar as melhorias.

No **Projeto Fortalecimento da gestão e monitoramento das despesas de custeio e de investimento** foram realizadas as seguintes ações:

- Em relação aos investimentos, registrou-se a realização do Projeto Sistema de Informações Webmapp 3.0, e o Acompanhamento das operações de crédito; e
- Em relação ao custeio, registrou-se o Monitoramento de gastos e o Controle da execução dos contratos de gestão.

No **objetivo estratégico (13) de Promover o planejamento estadual de modo participativo, integrado e regionalizado com foco em resultados** foram realizadas as seguintes ações em 2021:

No **Projeto Fortalecimento da participação cidadã na gestão do planejamento estadual** foi desenvolvido, em parceria com a Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE), o módulo de revisão do PPA 2020-2023 na plataforma Ceará Transparente, a fim de viabilizar a contribuição da sociedade na revisão das diretrizes regionais do PPA para 2022-2023.

Com realização de julho a setembro de 2021, registrou um total de 64 participações de 8 (oito) Regiões de Planejamento: Cariri, Centro Sul, Grande Fortaleza, Litoral Oeste/Vale do Curu, Maciço do Baturité, Sertão Central, Sertão de Canindé e Sertão de Sobral.

Com foco no **objetivo estratégico (14) de Aprimorar e fortalecer as alianças público-privadas** foram realizadas as seguintes ações em 2021:

No **Projeto Desenvolvimento de documentos referenciais** foram elaborados o modelo referencial de edital e o modelo referencial de contrato para projetos de Concessões e Parcerias Público-Privadas (PPP).

No contexto do **Projeto Aperfeiçoamento da programação visual e gestão de conteúdo do programa de alianças público-privada (PAPP)** foram levantadas informações para manter o site atualizado, realizando a gestão do conteúdo, restando o aperfeiçoamento da programação visual que será desenvolvida até 2023.

No sentido do **objetivo estratégico (15) de Promover a transformação digital no Estado do Ceará**, a Seplag por meio da Coordenadoria de Gestão Estratégica da TIC (Coget) realizou as seguintes ações em 2021:

No **Projeto Customização e Implementação do Portal Único de Serviços** teve início a implantação do Portal, que se encontra em andamento.

A Fase 1 do Projeto (Visão do Cidadão) foi entregue em setembro/2021. Encontra-se em andamento a finalização do cadastro dos serviços, a validação e a realização de treinamento, que será ministrado pela CGE, dando início à implantação nos órgãos.

Com relação à fase 2 (Ambiente do administrador do portal, responsável pela inserção de serviços) foram desenvolvidas e adicionadas as funcionalidades: painel administrativo (*dashboard*), gestão de documentos, seção de notícias, gestão de serviços em destaque, gestão de serviços por público-alvo, feedbacks e realização de ajustes e melhorias.

Também foram realizados ajustes técnicos para integração do Portal de Serviços com o Gov.BR do Governo Federal no ambiente de produção e aguarda-se o retorno do ministério da economia para finalizar a parte de configuração de sistemas.

No **Projeto Implantação de sistema de processo eletrônico** foi concluída a primeira fase de desenvolvimento do Sistema Único Integrado de Tramitação Eletrônica (Suíte), incluindo as funcionalidades de autuação, apensação, tramitação e arquivamento de processos.

A implantação do Sistema aconteceu de forma gradual sob a liderança da Coordenadoria de Modernização da Gestão do Estado (Comge) com funcionalidades/correções/melhorias sujeitas a homologação durante o ano de 2021.

Em junho, foi realizado piloto do Suíte na Seplag no ambiente de homologação e, em agosto, em ambiente de produção, logo após a publicação do Decreto 34.097, de 8 de junho de 2021, publicado no DOE 133, de 8 de junho de 2021.

De outubro a dezembro foram treinadas equipes dos seguintes órgãos: Seplag, Sedet, CE-Prevcom, Cearapev, CGE, EGP, Etice, Ipece, Issec, CBMCE, CC, Cohab, PGE e Sesa (sede). Essas equipes são as responsáveis pela replicação do treinamento no seu órgão/entidade de forma a viabilizar a implantação do processo eletrônico.

A estimativa é que, a partir de janeiro/2022, sejam treinados os órgãos: Sefaz, Cearapar, SSPDS, SCidades, Seas e SRH. A continuidade da implantação do sistema nos órgãos/entidades acontecerá

no decorrer de 2022, ao mesmo tempo em que novas funcionalidades serão desenvolvidas para otimizar a gestão dos processos eletrônicos.

Em dezembro/2021, foi aberto o processo 10622568/2021, que trata da contratação da empresa de consultoria EloGroup, via hub de TIC, para digitalizar processos de negócios corporativos de gestão do governo do Estado, coordenados pela Seplag. O contrato foi assinado pelo presidente da Etice e a empresa se prepara para iniciar os trabalhos em 2022.

No **Projeto Implantação do Centro de Inovação do Governo do Ceará** foram realizadas as seguintes ações:

- Instituído o Centro de Competência para Transformação Digital do Ceará (CCTD), por meio do Decreto 34.435, de 9 de dezembro de 2021, publicado no DOE 277, de 13 de dezembro de 2021.
- Tratativas da Seplag, ao longo de 2021, por meio da Coordenadoria de Gestão Estratégica de Tecnologia da Informação e Comunicação (Coget) com o Grupo de Trabalho do Centro de Competências para Transformação Digital do Ceará (CCTD), em reuniões cujas pautas foram voltadas à capacitação em Transformação Digital de gestores e profissionais de TIC dos órgãos e entidades do poder executivo do Estado, em parceria com a empresa Amazon Web Services (AWS) e Escola de Gestão Pública do Estado (EGPCE).

No sentido do **objetivo estratégico (16) de Promover a implementação das estratégias e políticas estaduais de tecnologia da informação e comunicação** foram desenvolvidas as seguintes ações em 2021:

No **Projeto Implantação de modelo de governança das áreas de TIC voltado para atender a transformação digital** foram atualizados em fevereiro de 2021 os planos estratégicos dos órgãos/entidades e realizado o monitoramento quadrimestral das metas de TIC de 2020 e 2021 dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual.

No **Projeto Atualização e implementação das políticas corporativas de TIC do Governo do Estado** registrou-se em 2021 a elaboração e publicação dos normativos:

- Lei Estadual 17.441, em 9 de abril de 2021, publicada no DOE 082, de 9 de abril de 2021, referente ao modelo de governança de tecnologia da informação e comunicação (TIC) no âmbito do poder executivo estadual, alterando a Lei 16.921 de 08 de julho de 2019, publicado no DOE 127, de 9 de julho de 2019.
- Decreto 34.100, de 8 de junho de 2021, publicado no DOE 134, de 9 de junho de 2021, instituindo a Política de Segurança da Informação e Comunicação dos Ambientes de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) do Governo do Estado do Ceará e do Comitê Gestor de Segurança da Informação do Governo do Estado do Ceará (CGSI). Foi revogado o Decreto 29.227, de 13 de março de 2008, publicado no DOE 051, de 14 de março de 2008.
- Decreto 34.097, em 8 de junho de 2021, publicado no DOE 133, de 8 de junho de 2021, que dispõe sobre o Processo Eletrônico, o Número Único de Protocolo (NUP), o uso de assinatura eletrônica, e institui o Sistema Único Integrado de Tramitação Eletrônica (Suite) no âmbito do poder executivo do estado do Ceará, dando outras providências.

- Decreto 34.179, em 2 de agosto de 2021, publicado no DOE 179, de 4 de agosto de 2021, da Política de Software Livre relacionada ao Decreto 29.255, de 9 de abril de 2008, publicado no DOE 068, de 11 de abril de 2008.
- Decreto 34.435, de 9 de dezembro de 2021, publicado no DOE 277, de 13 de dezembro de 2021, instituindo o Centro de Competência para Transformação Digital do Ceará (CCTD).
- Portaria 451, de 16 de novembro de 2021, publicada no DOE 259, de 19 de novembro de 2021, instituindo no âmbito da Secretaria do Planejamento e Gestão (Seplag) o Grupo de Trabalho (GT-LGPD) com o objetivo de estabelecer diretrizes e procedimentos técnicos para adequação dos órgãos e entidades da Administração Pública do Poder Executivo estadual à Lei Nacional 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

No **Projeto Implantação de sistemática para capacitação das áreas de TIC do Governo do Estado em transformação digital** foi realizado entre os meses de agosto e dezembro de 2021 um pacote de cursos virtuais intitulado “Jornadas Digitais”, em parceria com a empresa *Amazon Web Services* (AWS) e a Escola de Gestão Pública do Estado (EGP), destinado ao público de Gestores e Profissionais de TIC do Poder Executivo do Estado.

No contexto do **objetivo estratégico (17) de Aprimorar a gestão corporativa das compras governamentais** foram realizadas as seguintes ações em 2021:

No **Projeto Implantação de melhorias nos sistemas de gestão de compras** destacou-se a:

- Simplificação do processo de inscrição e atualização cadastral dos fornecedores, por meio da integração com a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesimples); e
- Verificação na consulta ao Certificado de Registro Cadastral (CRC) se há sócios com participação em mais de uma empresa.
- Em relação ao Projeto Atualização da legislação de compras registra-se:
- Publicação, no DOE 277, de 13 de dezembro de 2021, do Decreto 34.450, de 9 de dezembro de 2021, que regulamenta o disposto no art. 20, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, para estabelecer o enquadramento dos bens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da administração pública estadual nas categorias de qualidade comum e de luxo, e dá outras providências.

No sentido do **Projeto Promoção da capacitação da rede de gestores de compras do Estado** foi realizado um ciclo de capacitação com 413 gestores e técnicos da área de compras dos órgãos e entidades do Estado, cujo objetivo foi dotar os participantes com conhecimentos para realizar aquisições, mediante a utilização dos sistemas corporativos de compras. O conteúdo programático do curso abordou a legislação, as regras de negócio dos sistemas, os tutoriais passo-a-passo e o Portal de Compras do Estado.

Registre-se, ainda, outras duas ações consideradas estratégicas para cumprimento da política pública de compras, em especial do Estatuto das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Estado do Ceará:

- a divulgação do Plano Anual de Compras, cujo objetivo é aperfeiçoar o processo de padronização e aquisição de itens; ampliar a transparência dos processos de contratação e comunicar ao mercado fornecedor o potencial de aquisição de toda Administração Pública;
- a execução do Programa de capacitação para fornecedores, em parceria com a Escola de Gestão Pública (EGPCE) e a Secretaria do Desenvolvimento Econômico e do Trabalho (Sedet), que teve como propósito contribuir para o aumento da participação dos MEIs, MEs e EPPs nas contratações do Governo do Estado do Ceará.

No sentido do **objetivo estratégico (18) de Modernizar a gestão logística e patrimonial do Estado do Ceará**, a Coordenadoria de Gestão Patrimonial e Recursos Logísticos (Copat) destacou as seguintes ações em 2021:

No **Projeto Implantação de sistema de transporte administrativo no âmbito do Poder Executivo Estadual-TAXIGOV**, foi minutado o Termo de Referência do certame licitatório cujo objeto é o registro de preço para futuros e eventuais serviços de empresa de táxi especializada na intermediação e administração eletrônica de transporte terrestre remunerado, mediante uso de solução tecnológica, para atender as necessidades dos órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado do Ceará no transporte de servidores, colaboradores e terceiros autorizados em atividades administrativas no âmbito de Fortaleza e Região Metropolitana.

Com relação ao **Projeto Promoção da capacitação de gestores e colaboradores da rede de gestão patrimonial** foi realizado curso, na modalidade EAD, com abordagem alusiva à Materiais Permanentes, com cerca de 3.500 inscritos.

Adicionalmente, foram realizados 4 (quatro) Leilões de Bens Móveis Inservíveis e Antieconômicos, com arrecadação aos cofres do Tesouro Estadual da ordem de R\$16.983.050,00 (dezesseis milhões, novecentos e oitenta e três mil e cinquenta reais).

Ao encontro do **objetivo estratégico (19) de Promover a modernização da gestão institucional do Poder Executivo** registrou-se em 2021 as seguintes ações:

No **Projeto Regulamentação e orientação de reestruturação organizacional para os órgãos/entidades do Poder Executivo** foi realizado em junho de 2021 pela Seplag/Comge o lançamento do Guia de Modelagem de Estrutura Organizacional, que se encontra publicado no sítio institucional da Seplag, disponível em https://www.seplag.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/14/2021/07/GUIA-DE-MODELAGEM_9-7-21.pdf.

Execução dos Programas

Na dimensão estratégica do Plano Plurianual 2020-2023, o órgão Seplag está relacionado ao *Eixo Ceará da Gestão Democrática para Resultados* e ao *Eixo Ceará da Gestão do Conhecimento*.

12.1. Eixo Ceará da Gestão Democrática para Resultados

A gestão democrática está pautada no planejamento estratégico, inclusivo e participativo, com vistas à pactuação de resultados exequíveis, mensuráveis e transparentes.

O êxito da implementação do modelo de gestão democrática para resultados pressupõe a integração de eixos estratégicos, processos, recursos, programas e produtos com os resultados, e a internalização e o compartilhamento de mecanismos de monitoramento e avaliação.

O resultado estratégico desse Eixo é “população atendida com serviços públicos estaduais planejados e geridos de forma eficiente, eficaz e efetiva, atendendo às necessidades e demandas regionais, com transparência, controle social, equidade e sustentabilidade fiscal”.

No Eixo Ceará da Gestão Democrática para Resultados, há três indicadores estratégicos relacionados à Seplag: Índice de eficiência nos gastos do setor público estadual (IEGSP); Índice de concentração regional dos investimentos (ICI); e Taxa de investimento público pela Receita Corrente Líquida (RCL).

A seguir apresenta-se o desempenho desses indicadores na série 2016-2021. Ressalte-se que esses indicadores são acompanhados pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece) em parceria com a Seplag, responsável pela política.

Tabela 14 - Indicadores do Eixo Gestão Democrática para Resultados - 2016-2021

Indicador Eixo	Und. Medida	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Índice de eficiência nos gastos do setor público estadual (IEGSP)	R\$ por trabalhador	34,3	32,5	37,5	37,2	44,2	43,5
Índice de concentração regional dos investimentos (ICI)	adimensional	0,9344	0,9363	1,053	1,0933	1,1486	1,1769
Taxa de investimento público pela Receita Corrente Líquida (RCL)	percentual	12,18	13,87	15,20	10,59	11,29	13,86

Fonte: Ipece.

Notas:

O meio de verificação é o Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA).

IEGSP - A série histórica de 2016 até dezembro de 2021 foi atualizada em razão de ajustes em gastos no setor Administração Pública, no Poder Executivo Estadual, cujos dados são provenientes da base de dados do Siof, decorrentes da dinâmica da execução orçamentária. Também houve alteração nos dados dos vínculos empregatícios no Setor Administração Pública, em razão de prováveis mudanças metodológicas na RAIS e Caged.

Comentários sobre os indicadores do Eixo Gestão Democrática para Resultados

Índice de Eficiência nos Gastos do Setor Público Estadual (IEGSP)

O Índice de Eficiência nos Gastos do Setor Público Estadual (IEGSP), expresso pela unidade de medida R\$ por trabalhador, representa a razão entre as despesas empenhadas do governo do Estado, provenientes do Sistema Integrado Orçamentário e Financeiro (SIOF) pelo número de vínculos empregatícios no setor de Administração Pública, oriundos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), da Secretaria de Trabalho (ST), do Ministério da Economia (ME).

Quanto maior o resultado desse índice melhor, pois significa que o governo do Ceará está realizando menos gastos por servidor público ativo.

No caso de 2021, os vínculos empregatícios no setor de Administração Pública do Estado do Ceará foram estimados a partir do estoque (RAIS) de 2020, adicionado ao saldo acumulado (Caged) até dezembro de 2021.

Houve atualização na base de dados, de 2016 até 2021, tanto em relação aos gastos do setor de Administração Pública, no âmbito do Poder Executivo Estadual, em razão de ajustes na base do Siof, decorrentes da dinâmica da execução orçamentária, como em relação aos vínculos empregatícios desse setor, o que alterou a série histórica do IEGSP, suscitado por prováveis mudanças metodológicas na RAIS e/ou Caged.

Pelos resultados apresentados, é possível verificar que no governo do Ceará houve um aumento da eficiência nos gastos do setor de Administração Pública, de 2017 a 2020 (+11,7 p.p.), com leve queda em 2021 de -0,7 p.p., em relação a 2020.

O ritmo crescente de aposentadorias de servidores e empregados públicos (saídas), diferenciado do ritmo de novas entradas no setor de Administração Pública no Estado do Ceará, é um dos aspectos prováveis do comportamento do indicador.

Ademais, a leitura do indicador sugere parcimônia no período de 2020 e 2021, tendo em vista que o comentário do indicador não considerou os impactos causados pela pandemia da COVID-19 sobre as despesas do setor da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, nem sobre os vínculos empregatícios desse mesmo setor.

Índice de Concentração Regional dos Investimentos (ICI)

O *Índice de Concentração Regional dos Investimentos (ICI)* representa a razão entre os investimentos públicos per capita da Região da Grande Fortaleza e os investimentos públicos per capita do Estado do Ceará. Trata-se de um índice sintético, adimensional, que possibilita averiguar a concentração dos investimentos públicos em uma perspectiva regional.

Dado que a atividade econômica e a densidade populacional no Ceará são concentradas na Grande Fortaleza, o investimento público consiste em um importante instrumento que pode contribuir, no médio prazo, para o processo de interiorização do desenvolvimento nas demais regiões de planejamento do estado.

Quando o valor do ICI é menor que 1 significa que os investimentos públicos per capita da Região Grande Fortaleza estão menos concentrados ao compará-los aos investimentos públicos per capita do Estado do Ceará. E quando o ICI é maior que 1 ocorre o inverso.

Assim, o índice apresenta uma perspectiva relativizada da concentração regional dos investimentos públicos no entendimento de que regiões que possuem maior parcela da população também recebem significativa parte dos investimentos.

Em 2021, o ICI foi igual a 1,1769, superior à expectativa de realização programada no PPA em +0,0469 p.p., corroborando para que os investimentos públicos nesse ano fossem maiores na Grande Fortaleza do que no Estado.

Em termos per capita, teve-se um investimento público na Grande Fortaleza de R\$434,50 por habitante, enquanto no Ceará registrou-se um valor de R\$369,18. Esses resultados foram maiores do que em 2020, de R\$ 304,72 e R\$ 265,30, respectivamente.

Apesar dos constantes investimentos realizados pelo Governo do Ceará no Interior do Estado, percebe-se uma retomada na concentração dos investimentos públicos na região Grande Fortaleza a partir de 2018 e que vem aumentando ano a ano.

Isto pode se dar, provavelmente, pela captação de investimentos para alavancar o desenvolvimento econômico do Estado relacionados aos projetos estratégicos, intitulados de “trinca de hubs”: Hub Aéreo, Hub Portuário e Hub de Dados.

Taxa de Investimento Público pela Receita Corrente Líquida (RCL)

A *Taxa de Investimento Público pela Receita Corrente Líquida (RCL)* representa a capacidade de investimento do Estado, utilizando o mesmo limite de arrecadação própria.

Expresso em percentual, representa a razão entre o valor empenhado com gastos de investimento realizados pelo Ceará e o valor total da Receita Corrente Líquida do Estado.

Para o período 2016 a 2021, foram utilizados os valores de Investimentos Empenhados provenientes do Sistema Integrado Orçamentário e Financeiro (SIOF), que tem como gestora a Secretaria do Planejamento e Gestão do Ceará (Seplag) e da RCL, os dados do Sistema da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que tem como gestora a Secretaria da Fazenda do Ceará (Sefaz).

Cabe ressaltar que houve uma atualização na série histórica, para os anos de 2018 (15,20%) e 2020 (11,29%).

Pelos resultados apresentados, é possível verificar que o governo do Ceará aumentou os gastos com investimento no período de 2016 a 2018 (+3,02 p.p.), tendo uma queda muito acentuada (-4,61 p.p.) em 2019, para 10,59%.

De 2019 para 2020 houve um pequeno crescimento de 0,70 p.p. e, em 2021, outro crescimento de 2,57 p.p. em relação a 2020, apesar dos efeitos da COVID-19.

É importante destacar que de 2015 a 2020, o estado do Ceará vem mantendo a liderança sobre todas as Unidades da Federação no indicador “Taxa de Investimento”, com o 1º lugar, valor igual a 100,0. Em 2021, o estado do Ceará ficou em 2º lugar, neste indicador, e ficou na 8ª posição no Pilar “Solidez Fiscal” no Ranking de Competitividade dos Estados, elaborado pelo Centro de Liderança Pública (CLP).

Na dimensão estratégica do Eixo da Gestão Democrática para Resultados do PPA 2020-2023 estão relacionadas às políticas que tratam de *três* Temas do PPA 2020-2023: *Planejamento e Modernização da Gestão; Gestão e Desenvolvimento de Pessoas; e Administração Geral.*

12.1.1. Tema Planejamento e Modernização da Gestão

No Eixo Ceará da Gestão Democrática para Resultados, ao qual está relacionado o Tema Planejamento e Modernização da Gestão, o órgão Seplag atuou em 2021 na implementação de políticas públicas corporativas relacionadas à:

- planejamento, orçamento e gestão;
- captação de recursos;
- alianças público-privadas;
- enfrentamento à pobreza;
- gestão de serviços terceirizados;
- gestão estratégica de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- modernização administrativa;
- patrimônio e logística corporativos; e
- compras governamentais.

Essas políticas foram desenvolvidas por meio de onze áreas finalísticas, de execução programática, com atuação corporativa junto aos órgãos e entidades do poder executivo estadual:

- Coordenadoria Especial de Gestão Estratégica do Planejamento e Orçamento (Coplo);
- Coordenadoria de Planejamento e Gestão para Resultados (Cpger);
- Coordenadoria de Gestão Orçamentária (Cogeo);
- Coordenadoria de Gestão Financeira e de Projetos (Cofip);
- Coordenadoria de Captação de Recursos e Alianças com Público e Privado (Cocap);
- Coordenadoria de Promoção de Políticas de Combate à Pobreza (Cpcop);
- Coordenadoria de Gestão dos Serviços Terceirizados (Coset);
- Coordenadoria de Modernização da Gestão do Estado (Comge);
- Coordenadoria de Gestão de Compras (Cogec);
- Coordenadoria de Gestão Patrimonial e Recursos Logísticos (Copat); e
- Coordenadoria de Gestão Estratégica da Tecnologia da Informação e Comunicação (Coget).

No PPA 2020-2023, essas políticas são executadas por meio do órgão Seplag, nos programas de Governo 242 – *Sistema de Planejamento Orientado para Resultados*, 243 – *Modernização da Gestão Corporativa*, e 244 – *Governo Digital do Ceará*.

Também estão no tema Planejamento e Modernização da Gestão a entidade vinculada, Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), e os órgãos Secretaria das Cidades (SCidades), Vice-Governadoria (Vicegov) e Secretaria da Fazenda (Sefaz).

O resultado do tema é “planejamento e gestão pública estadual inovadora, eficiente e efetiva, respeitando os compromissos pactuados para o atendimento das necessidades e demandas sociais das regiões do estado”. O indicador temático é o *Índice de Equilíbrio da Execução Financeira (IEEF)*.

Tabela 15 - Indicador do Tema Planejamento e Modernização da Gestão – 2021

Indicador Tema	Und. Medida	Periodicidade	Valor referência (ano)	2021		% realizado frente ao programado para o período
				Meta	Real	
Índice de Equilíbrio da Execução Financeira (IEEF)	adimensional	anual	0,22 (2018)	0,35	0,27	77,14

Fonte: Seplag/Coordenadoria de Planejamento e Gestão para Resultados (Cpger). Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA).

Comentário sobre o indicador do Tema Planejamento e Modernização da Gestão

Índice de Equilíbrio da Execução Financeira (IEEF)

O *Índice de Equilíbrio da Execução Financeira (IEEF)*, adimensional, objetiva mostrar o nível de assertividade do planejamento governamental, na medida em que confronta a realização física e financeira das entregas ofertadas em relação às metas estabelecidas no processo de planejamento (Plano Plurianual e Lei Orçamentária Anual).

Inspirado no Indicador de Avaliação do Planejamento, um dos componentes do Índice de Efetividade da Gestão Estadual (IEGE) – Planejamento, utilizado pelo Tribunal de Contas do Estado, o IEEF passou por uma mudança em sua fórmula de cálculo a partir de 2020, uma vez que a partir do PPA vigente (2020-2023) foi possível obter-se o valor da execução financeira por entrega do PPA, o que antes só era possível observar no nível das iniciativas.

O IEEF é obtido pela divisão entre o número de entregas do PPA, cuja relação entre a razão da execução física (meta realizada dividida pela meta programada) e a razão da execução financeira (despesa empenhada dividida pela despesa autorizada na LOA) esteja no intervalo entre 0,7 e 1,3 (70% e 130% em relação às metas planejadas) e o número total de entregas dos programas finalísticos previstas no PPA, excluídas as que não tiveram execução orçamentária no ano.

Esse intervalo de execução entre 0,7 e 1,3 (70% e 130%) em relação à programação inicial física e financeira estabelecida para o ano é considerado aceitável pela metodologia adotada no tocante à capacidade de execução e assertividade na definição das metas.

Merece ressaltar que o cenário instável decorrente da pandemia do coronavírus afetou de modo significativo o planejamento e a execução das políticas governamentais em 2020.

O Índice de Equilíbrio da Execução Financeira começou a mostrar sinais de melhora em 2021, comparativamente a 2018, atingindo o valor de 0,27. Ainda que a meta estabelecida para o ano não tenha sido alcançada, a melhoria do resultado é um sinal positivo diante do propósito de se avançar na assertividade do planejamento estadual.

De um total de 456 entregas que compuseram o universo analisado, 121 apresentaram a razão entre a execução física e a execução financeira no intervalo entre 0,7 e 1,3, resultando em um

índice de 0,27. Em outras palavras, 27% das 456 entregas que tiveram execução orçamentária em 2021 obtiveram equilíbrio no desempenho da execução física e financeira, considerando o que fora planejado para o ano.

As entregas ofertadas no âmbito do tema Saúde foram as que mais se destacaram dentre as que atingiram o parâmetro de desempenho desejável, representando 11,57% desse total, seguido pelos temas Infraestrutura e Mobilidade (8,26%), Justiça (8,26%), Segurança Pública (7,44%), Agricultura Familiar e Agronegócio (6,61%) e Ciência, Tecnologia e Inovação (5,79%), que juntos abrangem quase 50% das entregas que ficaram no intervalo esperado de equilíbrio da execução financeira.

12.1.1.1. Programa 242 – Sistema de Planejamento Orientado para Resultados

O Programa 242 - Sistema de Planejamento Orientado para Resultados tem o objetivo de ampliar a eficiência e a eficácia do planejamento estadual no âmbito das políticas públicas, provendo o Estado de informações relevantes e gerenciais para a tomada de decisões, e estabelecendo alianças e cooperações com o público e o privado, de modo a contribuir com o desenvolvimento econômico do Estado do Ceará, a melhoria da gestão e da prestação dos serviços públicos disponibilizados à população cearense.

O público-alvo é composto de órgãos e entidades públicos, instituições privadas e sociedade civil organizada.

O Programa 242 possui três indicadores: Órgãos estaduais adotando o modelo de Gestão para Resultados; Índice de execução financeira das parcerias público-privadas; e Participação cidadã no planejamento governamental constitucional.

A seguir, apresenta-se a análise do desempenho desses indicadores programáticos.

Tabela 16 - Indicadores do Programa 242 – Sistema de Planejamento Orientado para Resultados – 2021

Indicador Programa	Und. Medida	Periodicidade	Valor referência (ano)	2021		% do realizado frente ao programado para o período
				Meta	Real	
Órgãos estaduais adotando o modelo de gestão pública para resultados.	percentual	anual	50,8 (2018)	75	71,88	95,84
Participação cidadã no planejamento governamental constitucional	número	anual	1.470 (2019)	2.240	64	2,86
Execução financeira das parcerias público-privadas	percentual	anual	88 (2018)	88	84	95,45

Fonte: Seplag.
Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA).

Comentários sobre os indicadores do Programa 242 – Sistema de Planejamento Orientado para Resultados

Órgãos estaduais adotando o modelo de Gestão Pública para Resultados

O indicador *Órgãos estaduais adotando o modelo de Gestão Pública para Resultados* mensura a adoção e a manutenção do modelo de Gestão para Resultados (GpR) pelas secretarias e vinculadas do Poder Executivo Estadual, considerando a pactuação anual de compromissos por meio do Acordo de Resultados, instrumento gerencial de planejamento.

O indicador concluiu o ano de 2021 com 71,88% dos órgãos adotando o modelo de gestão para resultados. Em 2021 foram pactuados 17 Acordos de Resultados, contemplando 46 órgãos, considerando o universo de 64 órgãos estaduais do Poder Executivo, na gestão 2019-2022.

Os 17 Acordos de Resultados contemplaram os seguintes órgãos: 1. SAP; 2. CGD; 3. CGE; 4. Sesa e vinculada (ESP); 5. Seinfra e vinculadas (Cegás, Metrofor e Detran); 6. SRH e vinculadas (Funceme, Sohidra e Cogerh); 7. Seduc; 8. Sedet e vinculadas (Adagri, Adece, ZPE, CIPP e Jucec); 9. Secult; 10. SCidades e vinculadas (SOP e Cagece); 11. Secitece e vinculadas (Uva, Urca, Uece, Funcap e Nute); 12. SDA e vinculadas (Ematerce e Idace); 13. Sema e vinculada (Semace); 14. Setur; 15. SSPDS e vinculadas (Supesp, PMCE, PCCE, CBMCE, Pefoce e Aesp); 16. SPS e vinculada (SEAS); e 17. Sejuv.

O organograma do poder executivo estadual pode ser acessado no sítio institucional do Governo, disponível em: https://www.ceara.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/004-poder_executivo_17361_21-12-2...pdf

Os Acordos de Resultados pactuados podem ser acessados no site da Seplag: <https://www.seplag.ce.gov.br/planejamento/menu-gestao-para-resultados/acordos-de-resultados/>.

Participação cidadã no planejamento governamental

O indicador *Participação cidadã no planejamento governamental* mensura a participação da sociedade nos encontros regionais promovidos anualmente pelo Governo, por meio da Seplag, na formulação, monitoramento e avaliação do Plano Plurianual.

Em 2021, diante da impossibilidade de realização dos encontros presenciais, ainda pelos efeitos causados da Covid-19, o governo estadual utilizou-se da estratégia digital na tentativa de atingir o maior número possível de participantes nas 14 Regiões de Planejamento do estado.

Mesmo com todos os esforços e parcerias, o evento realizado com a Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE) e a Casa Civil, por meio da assessora especial de Acolhimento aos Movimentos Sociais (Assemov), não atingiu o número esperado de participação, finalizando o processo com apenas 64 pessoas que participaram efetivamente do processo de revisão do PPA 2020-2023 na plataforma Ceará Transparente, o que representa uma execução de 2,86% da meta programada para 2021.

Execução financeira das parcerias público-privadas

O indicador *Execução financeira das parcerias público-privadas* corresponde ao percentual de recursos realizados no ano em projetos de parcerias público-privadas, em relação à previsão anual de pagamentos para esse tipo de parceria.

Em 2021, o percentual de execução financeira das Parcerias Público Privadas (PPPs) registrou execução de 84%, o que corresponde a 95,45% da meta programada para o ano.

A execução foi apurada a partir dos valores pagos até dezembro de 2021 na ação orçamentária 20453 - Manutenção das Unidades de Atendimento ao Cidadão - Vapt Vupt, da Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS), relacionada à PPP Vapt Vupt, no Programa de Governo 133 – Proteção à Vida e Acesso a Justiça Social e Cidadania.

Durante o ano de 2021, estimava-se o pagamento de R\$58.458.298,48 (cinquenta e oito milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil, duzentos e noventa e oito reais, e quarenta e oito centavos), dos quais R\$53.416.753,24 (cinquenta e três milhões, quatrocentos e dezesseis mil, setecentos e cinquenta e três reais e vinte e quatro centavos) destinados a PPP Vapt Vupt, e o pagamento de R\$5.041.545,24 (cinco milhões, quarenta e um mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e vinte e quatro centavos) para a PPP Arena Multiuso.

Porém só foram pagos os valores da PPP Vapt Vupt, de R\$48.925.141,92 (quarenta e oito milhões, novecentos e vinte e cinco mil, cento e quarenta e um reais e noventa e dois centavos) referentes à operação das unidades, até novembro de 2021.

Com relação à PPP Arena Multiuso, o projeto não chegou a ser licitado, o que prejudicou o atendimento da meta do indicador em sua totalidade.

Principais Realizações do Programa 242 - Sistema de Planejamento Orientado para Resultados – 2021, do órgão executor Seplag:

- Realização de 700 assessorias a órgãos de Poderes do Estado, relacionadas à Programação Operativa Anual 2021, à Lei de Diretrizes Orçamentárias 2022, à Lei Orçamentária Anual 2022, aos Relatórios de Monitoramento e à Lei de Revisão do PPA 2020-2023, à Pactuação e ao Monitoramento dos Acordos de Resultados 2021, e à Mensagem à Assembleia Legislativa 2021;
- Publicação de 11 instrumentos de planejamento e gestão, com destaque para a Lei de Diretrizes Orçamentárias 2022, a Lei Orçamentária Anual 2022, a Mensagem à Assembleia Legislativa 2021, o Decreto de Adequação do PPA 2020-2023 para o ano 2021, a Lei de Revisão do PPA 2020-2023, os Relatórios de Monitoramento do PPA 2020-2023 para os anos de 2020 e 2021 (neste caso, janeiro-março) e os Relatórios de Monitoramento da LDO 2020 e 2021 (neste caso, janeiro-setembro);
- Realização de 1 evento participativo de planejamento, em formato virtual via Plataforma Ceará Transparente, relativo à Revisão do PPA 2020-2023, abrangendo as 14 regiões de planejamento do estado do Ceará;
- Realização de adesão da Prefeitura Municipal de Fortaleza ao Modelo de Gestão para Resultados, em especial relativo aos Acordos de Resultados;
- Publicação de 17 acordos de resultados no site da Secretaria do Planejamento e Gestão, pactuados com 47 órgãos do estado do Ceará (secretarias e vinculadas), formalizados entre o Governador do Estado do Ceará e Secretários de Estado, com a interveniência da Secretaria do Planejamento e Gestão e da Secretaria da Fazenda, englobando a melhoria de indicadores econômicos e sociais, concretização de entregas e utilização racional dos recursos públicos;
- Realização de 95 assessorias a órgãos e entidades do Estado nas áreas de captação de recursos e alianças entre os setores público e privado, contratos de gestão, especialmente na celebração dos acordos e no acompanhamento e/ou no monitoramento de sua execução;
- Realização de assessoria ao Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social (CCPIS), responsável pela aprovação de 57 projetos (assistenciais e estruturantes) de combate à pobreza;
- Publicação de 2 Relatórios de Desempenho Físico-Financeiro do Fundo Estadual de Combate à Pobreza - Fecop no site da Seplag/Fecop, relativos ao segundo semestre de 2020 e ao primeiro semestre de 2021.

12.1.1.2. Programa 243 – Modernização da Gestão Corporativa

O Programa 243 – Modernização da Gestão Corporativa tem por objetivo ampliar a modernização nos processos e serviços compartilhados no tocante a aquisições corporativas, contratações de serviços, gestão patrimonial e logística.

O público-alvo é composto por órgãos e entidades da administração pública estadual.

O Programa 243 possui quatro indicadores: *Taxa crescimento do número de itens registrados em atas corporativas*; *Assessoramento em reestruturações organizacionais realizados no ano (NARO)*; *Assessoramento realizado nas ferramentas de gestão no ano (NAFG)*; e *Índice de efetividade da gestão dos contratos de serviços terceirizados (IEGCT)*. A seguir, apresenta-se a análise do desempenho desses indicadores.

Tabela 17 - Indicadores do Programa 243 – Modernização da Gestão Corporativa – 2021

Indicador Programa	Und. Medida	Periodicidade	Valor referência (ano)	2021		% do realizado frente ao programado para o período
				Meta	Real	
Taxa crescimento do número de itens registrados em atas corporativas	percentual	anual	7,69 (2019)	10,00	72,41	724,10
Assessoramento em reestruturações organizacionais realizados no ano (NARO)	número	anual	0 (2019)	13	38	292,31
Assessoramento realizado nas ferramentas de gestão no ano (NAFG)	número	anual	0 (2019)	10	15	150
Efetividade da gestão dos contratos de serviços terceirizados (IEGCT)	percentual	anual	89,31 (2018)	91,11	96,68	106,11

Fonte: Seplag, Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA).

Comentários sobre os indicadores do Programa 243 – Modernização da Gestão Corporativa

Taxa crescimento do número de itens registrados em atas corporativas

O indicador *Taxa crescimento do número de itens registrados em atas corporativas* mede o percentual de crescimento de itens registrados em atas corporativas sob a responsabilidade da Seplag, no ano de apuração 2021, em relação a 2020.

O aumento expressivo na taxa de crescimento do número de itens registrados em atas corporativas em relação ao ano de 2020 se deve a superação das condições desfavoráveis enfrentadas naquele ano.

Os principais motivos que afetaram o realizado do indicador em 2020 foram a pandemia da Covid-19 e seus efeitos sobre a economia e nas condições de trabalho da equipe. Em relação ao mercado, verificou-se elevação de preços e desabastecimento de alguns itens, fazendo com que muitos licitantes desistissem de suas propostas ou apresentassem preços acima dos valores estimados.

No tocante ao trabalho da equipe da Seplag/Cogec e demais áreas envolvidas na fase interna da licitação, a adoção da modalidade de teletrabalho prejudicou um pouco a instrução dos processos.

Porém, com a mitigação dos efeitos da pandemia da Covid-19, a relativa estabilização do mercado, os ajustes de procedimentos das licitações e o retorno ao trabalho presencial, foi possível dar mais agilidade e efetividade à instrução dos processos.

Dessa forma, a Seplag/Cogec conseguiu registrar e disponibilizar, para aquisição pelos órgãos e entidades, 250 itens em atas de registro de preços, no ano de 2021, representando um aumento de 72,41% em relação à quantidade registrada no ano de 2020, quando havia sido registrado 145 itens em ata.

Assessoramento em reestruturações organizacionais realizados no ano (NARO)

O indicador Assessoramento em reestruturações organizacionais realizados no ano (NARO) mede o desempenho do assessoramento realizado pela área corporativa da Seplag, responsável pelas avaliações e adequações das estruturas organizacionais.

As reestruturações organizacionais contribuem para o alinhamento dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual às suas competências finalísticas previstas em Lei, bem como aos macroprocessos da arquitetura organizacional, tendo em vista o alcance dos resultados da organização.

Em 2021, foram realizados 38 processos de assessoramento aos órgãos/entidades que ensejaram a elaboração da legislação pertinente (leis e decretos de alteração de estrutura ou regulamentos) com execução de 292,31% da meta programada, que era de 13 assessoramentos.

Assessoramento realizado nas ferramentas de gestão no ano (NAFG)

O indicador *Assessoramento realizado nas ferramentas de gestão no ano (NAFG)* mede o desempenho do assessoramento realizado pela área corporativa da Seplag, responsável pela definição e disseminação do uso de ferramentas de gestão nos órgãos e entidades do Poder Executivo (metodologias de planejamento estratégico e de gestão por processos).

A meta programada para 2021 foi de 10 assessoramentos. Por se tratar de assessoramento no uso de ferramentas de gestão, embora exista prospecção junto aos órgãos/entidades, a decisão de implantar é discricionária dos gestores.

Foram realizados 15 assessoramentos, sendo 3 de planejamento estratégico, 1 redesenho de processos, 3 em gestão por processos e 8 no Modelo de Excelência da Gestão - MEG TR, que é o instrumento de avaliação da gestão dos órgãos e entidades cadastrados na Plataforma +Brasil, liderado pelo Ministério da Economia, de forma que a execução foi superada em 50%, comparativamente ao programado.

Índice de Efetividade da gestão dos contratos de serviços terceirizados (IEGCT)

O indicador *Índice de Efetividade da gestão dos contratos de serviços terceirizados (IEGCT)* mede a relação da prestação de serviços de terceirização e as obrigações contratuais (orçamentária e financeira) por parte do Estado.

Os valores dos contratos de serviços terceirizados, em recursos do tesouro estadual, com referência às vagas formalizadas, alcançaram o montante de R\$1.166.701.836,72 (um bilhão, cento e sessenta e seis milhões, setecentos e um mil, oitocentos e trinta e seis reais e setenta e dois centavos).

Desse valor, foram empenhados R\$1.127.993.592,69 (um bilhão, cento e vinte e sete milhões, novecentos e noventa e três mil, quinhentos e noventa e dois reais e sessenta e nove centavos), correspondendo a uma efetividade de 96,68%, em relação ao empenhado e formalizado, superando a meta programada de 91,11%.

Principais Realizações do Programa 243 - Modernização da Gestão Corporativa – 2021, do órgão executor Seplag:

- Realização de 56 assessorias técnicas nos processos de gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário e de gestão da logística corporativa aos órgãos e entidades do Poder Executivo, em consonância com as diretrizes estratégicas do Estado;
- Elaboração do Plano Anual de Compras, a partir do Planejamento das Aquisições do Estado, que visa identificar as estimativas de aquisição de bens, materiais e serviços pelos órgãos e entidades, objetivando definir e coordenar estratégias que assegurem maior eficiência na gestão dos gastos da Administração Pública, em especial, por meio das compras corporativas;
- Implementação de novos procedimentos para os processos licitatórios de terceirização por meio da Instrução Normativa Conjunta 002/2021 Seplag/CGE/Sefaz, que disciplina o uso da conta corrente vinculada – bloqueada para movimentação, a que se refere à Lei 15.950, de 14 de janeiro de 2016, publicada no DOE 011, de 18 de janeiro de 2016, a qual dispõe sobre mecanismo de controle do patrimônio público do Estado do Ceará, sobre provisões de encargos trabalhistas a serem pagos às empresas contratadas para prestar serviços de forma contínua, no âmbito dos poderes e concessionárias de serviços públicos do estado do Ceará;
- Realização de 15 assessorias técnicas: 3 em planejamento estratégico, 1 Redesenho de Processos, 3 em Gestão por Processos e 8 no Modelo de Excelência da Gestão MEG-Tr;

- Realização de 38 assessorias técnicas nos processos de avaliação e adequação de estruturas organizacionais referente às demandas dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo, em consonância com as diretrizes estratégicas do Estado;
- Realização de 56 assessorias técnicas no tocante à gestão dos serviços terceirizados; e
- Realização de 785 assessorias às Unidades Contratantes que integram a Rede de Compras do Estado pertinentes às regras de negócio e melhorias nos sistemas corporativos de compras.

12.1.1.3. Programa 244 – Governo Digital do Ceará

O Programa 244 – Governo Digital do Ceará tem por objetivo realizar a transformação digital da gestão pública estadual, por meio de tecnologias inovadoras e disruptivas, para melhorar o acesso aos serviços públicos, ampliar a disponibilidade e o compartilhamento de dados governamentais e fomentar a participação e controle social.

O público-alvo é composto por Cidadãos, Órgãos/Entidades do Governo, e Instituições Privadas.

O Programa 244 possui três indicadores: Órgãos realizando transformação digital; Serviços públicos disponibilizados com inserção de tecnologias inovadoras; e Serviços públicos disponibilizados com integração de soluções.

Tabela 18 - Indicadores do Programa 244 – Governo Digital do Ceará – 2021

Indicador Programa	Und. Medida	Periodicidade	Valor referência (ano)	2021		% do realizado frente ao programado para o período
				Meta	Real	
Órgãos realizando transformação digital.	percentual	semestral	0 (2019)	15,60	29,70	190,38
Serviços públicos disponibilizados com inserção de tecnologias inovadoras.	percentual	semestral	0 (2019)	-	-	-
Serviços públicos disponibilizados com integração de soluções.	percentual	semestral	0 (2019)	-	-	-

Fonte: Seplag. Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA).

Comentários sobre os indicadores do Programa 244 – Governo Digital do Ceará

Órgãos realizando transformação digital

O indicador “Órgãos realizando transformação digital”, tem como objetivo identificar a adesão dos órgãos do governo do Estado do Ceará à transformação digital, contemplando a oferta de serviços públicos digitais para a população; a implementação e integração de soluções com tecnologias inovadoras; e o compartilhamento de dados governamentais.

O cálculo para este indicador é a quantidade de órgãos/entidades do governo com adesão à transformação digital, dividida pelo total de órgãos/entidades do poder executivo do Estado.

A Coget realizou pesquisa, por e-mail, junto à Rede de Gestores de TIC do Governo do Estado, relacionada ao período de janeiro a dezembro de 2021, e evidenciou que alguns órgãos do Governo do Estado aderiram ao desafio de implementar ações voltadas à transformação digital, como digitalização de processos internos; oferta de serviços públicos digitais ao cidadão; a implementação e integração de soluções com tecnologias inovadoras; e o compartilhamento de dados governamentais (alguma base compartilhada com outros órgãos, esferas e poderes).

Até dezembro de 2021, dos 64 órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado do Ceará, 19 estão aderindo à transformação digital, perfazendo execução de 29,70%. São eles:

1. Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará(AESP)
2. Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará(ARCE)
3. Casa Civil/laboratório Iris;
4. Central de Abastecimento do Ceará (Ceasa-CE);
5. Cia. de Gás do Ceará (Cegás);
6. Complexo Portuário do Pecém (CIPP)
7. Departamento Estadual de Trânsito (Detran-CE);
8. Escola de Gestão Pública (EGPCE)
9. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (Ematerce)
10. Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap)
11. Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos(Funceme)
12. Fundação de Teleducação do Ceará (Funtelc)
13. Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará (Issec)
14. Núcleo de Tecnologia e Qualidade Industrial do Ceará (Nutec)
15. Secretaria das Cidades (SCidades)
16. Secretaria do Esporte e Juventude (Sejuv)
17. Secretaria da Administração Penitenciária do Ceará (SAP)
18. Secretaria do Planejamento e Gestão (Seplag); e
19. Secretaria de Obras Públicas (SOP).

Dessa forma, considera-se o desempenho do indicador favorável em relação à meta programada para o ano de 2021, de 15,60%.

Serviços públicos disponibilizados com inserção de tecnologias inovadoras.

Este indicador tem o objetivo de identificar os serviços públicos disponibilizados pelo governo que utilizam tecnologias inovadoras como: dispositivos móveis, robotização, atendimento virtual e outros, para facilitar a acessibilidade e a multiplicidade do acesso pelo usuário.

O cálculo para este indicador é a quantidade de serviços públicos disponibilizados por meio de tecnologias de dispositivos móveis, robotização e atendimento virtual, divididos pelo total de serviços públicos ofertados pelo Estado x 100.

Por se tratar de indicador referente à utilização de tecnologias disruptivas, foram planejadas metas para acompanhamento somente a partir do 1º semestre de 2022.

Serviços públicos disponibilizados com integração de soluções.

Este indicador tem o objetivo de identificar o percentual dos serviços públicos disponibilizados pelo governo que contemplam integração de soluções dos diversos órgãos e entidades. Essa integração se refere à interconexão entre sistemas informatizados, para cooperarem funcionando como um sistema único, através de compartilhamento de dados e informações.

O cálculo para este indicador é a quantidade de serviços públicos disponibilizados com integração de soluções, divididos pelo total de serviços públicos ofertados pelo Estado x 100.

Uma vez que as atividades de integração dos serviços públicos foram programadas para ocorrerem em 2022, as metas para este indicador foram planejadas para acompanhamento somente a partir do 1º semestre de 2022.

12.1.2. Tema Gestão e Desenvolvimento de Pessoas

No Tema Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, o órgão Seplag atuou em 2021 na implementação de políticas públicas corporativas, de alcance nos órgãos e entidades da administração, relacionadas a:

- planejamento de pessoas;
- desenvolvimento de pessoas;
- gestão de pessoas;
- qualidade de vida do aposentado; e
- perícia médica.

Essas políticas foram desenvolvidas por meio de quatro áreas finalísticas de execução programática:

- Coordenadoria de Planejamento e Desenvolvimento de Pessoas (Codes);
- Coordenadoria de Gestão de Pessoas (Cogep);
- Coordenadoria de Promoção da Qualidade de Vida do Aposentado (Copai); e
- Coordenadoria de Perícia Médica (Copem).

Além do órgão Seplag, também estão inseridos neste tema a entidade vinculada, Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará (Issec), e o órgão vinculado, Escola de Gestão Pública (EGPCE).

O resultado do tema é “população atendida com excelência, justiça e imparcialidade, por agentes públicos qualificados, valorizados, dimensionados e alocados de forma efetiva e equitativa”. O indicador temático é o *Índice de Rotatividade*.

O referido indicador, proposto na ocasião pela Coordenadoria de Planejamento e Desenvolvimento de Pessoas (Codes) não foi calculado. As principais causas que explicam o não acompanhamento do desempenho do indicador Índice de Rotatividade, do tema Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, estiveram relacionadas à insuficiência de técnicos na Coordenadoria para desenvolver um projeto no sentido de estabelecer um processo gerencial para mensuração do referido indicador.

Além do mais, em novembro de 2021, essa Coordenadoria foi excluída da estrutura organizacional da Seplag, e as competências passaram para a Coordenadoria de Gestão de Pessoas (Cogep).

No processo de revisão do PPA 2020-2023, ocorrido em 2021, foi sugerida a exclusão deste indicador e encaminhada à área corporativa da Seplag, Coordenadoria de Planejamento e Gestão para Resultados (Cpger), que coordena o processo de revisão do PPA, proposta elaborada pela área especialista, Coordenadoria de Gestão de Pessoas (Cogep), de inclusão para um indicador que expresse a vacância em cargos dos quadros efetivos do poder executivo estadual.

No tema Gestão e Desenvolvimento de Pessoas há dois Programas de Governo relacionados à Seplag: 221 – Saúde e Previdência Social do Servidor Público Estadual; e 222 – Gestão e Desenvolvimento Estratégico de Pessoas.

12.1.2.1. Programa 221 – Saúde e Previdência Social do Servidor Público Estadual

O Programa 221 – Saúde e Previdência Social do Servidor Público Estadual objetiva ampliar a eficiência e a eficácia na oferta de serviços previdenciários, socioassistenciais, periciais e de valorização dos servidores públicos estaduais ativos e inativos.

O público-alvo é composto por servidores públicos civis e militares, ativos e inativos, e seus dependentes.

O Programa 221 possui quatro indicadores: Atendimentos realizados por meio do Programa de Ação Integrada (PAI) e do Projeto Integrado de Preparação para a Aposentadoria (PIPA); Variação dos atendimentos realizados por meio do Issec; Índice anual de análise de processos virtuais pelo órgão gestor do RPPS/SUPSEC e o Retorno dos processos virtuais de aposentadoria para diligência após análise jurídica.

O primeiro indicador é acompanhado pela Seplag; o segundo indicador é acompanhado pelo Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará (Issec). O terceiro e quarto indicadores são acompanhados pela Fundação de Previdência Social dos Servidores do Estado do Ceará (Cearaprev).

A seguir, apresenta-se a análise do desempenho do indicador do Programa 211, acompanhado pelo órgão Seplag.

Tabela 19 - Indicador do Programa 221 - Saúde e Previdência Social do Servidor Público Estadual- 2021

Indicador Programa	Und. Medida	Periodicidade	Valor referência (ano)	2021		% do realizado frente ao programa do para o período
				Meta	Real	
Atendimentos realizados por meio do Programa de Ação Integrada (PAI) e do Projeto Integrado de Preparação para a Aposentadoria (PIPA)	número	mensal	28.898 (2018)	10.500	30.674	292,13

Fonte: Seplag. Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA).

Comentário sobre o indicador do Programa 221 - Saúde e Previdência Social do Servidor Público Estadual

Atendimentos realizados por meio do Programa de Ação Integrada (PAI) e do Projeto Integrado de Preparação para a Aposentadoria (PIPA)

O indicador *Atendimentos realizados por meio do Programa de Ação Integrada (PAI) e do Projeto Integrado de Preparação para a Aposentadoria (PIPA)* tem o objetivo de medir o número de atendimentos realizados por meio do Programa de Ação Integrada para o Aposentado (PAI) e pelo Projeto Integrado de Preparação para a Aposentadoria (PIPA).

Nos anos anteriores à pandemia da Covid-19, o atendimento era realizado de forma presencial. Com a pandemia os atendimentos passaram a ser virtuais.

Em 2021, o indicador apresentou realizado de 30.674, sendo: 25.243 atendimentos pelo PAI, e 5.431 atendimentos pelo PIPA, frente ao programado de 10.500 atendimentos (7.000 do PAI e 3.500 pelo PIPA), com execução de 292, 13% no exercício.

No Projeto Ampliação da oferta de ações do programa de ação integrada para o aposentado – PAI foram realizados 25.243 atendimentos, no período de janeiro a dezembro de 2021, que correspondem ao número de participações de cada aposentado e seu grupo familiar, em uma ou mais atividades, conforme o interesse.

- 4.454 atendimentos em 20 cursos oferecidos nos formatos presencial e online;
- 1.198 atendimentos nas 17 lives realizadas às terças-feiras, no formato online;
- 930 atendimentos no Projeto Revendo Amigos, realizado por meio de ligações telefônicas para os associados que não se adaptaram ao uso de smartphones, oferecendo suporte emocional e informações por meio da Equipe do PAI;

- 837 atendimentos no formato presencial com a Festa da Primavera (24 atendimentos); Espetáculo Telha de Vidro, marcando a reabertura do Theatro José de Alencar e outras casas de espetáculos (430 atendimentos); Aniversário do PAI (41 atendimentos) e apresentações do Pastoril pelo Grupo de Teatro Mosaico em vários eventos, inclusive o Centro Cultural BNB (342 atendimentos);
- 83 atendimentos psicológicos em Oficina promovida pelo Curso de Psicologia da Faculdade Ari de Sá, no formato presencial; e
- 17.741 atendimentos por meio de acessos, sendo 17.559 no Instagram e 182 no Facebook.

Os atendimentos foram disponibilizados por meio de atividades em linhas: Pedagógica Educação e Aprendizagem; Pedagógica Saúde; Pedagógica Cultura; e na linha Pedagógica Socialização.

No Projeto Ampliação do programa integrado de preparação para a aposentadoria (PIPA) foram realizados 5.431 atendimentos no período de janeiro a dezembro de 2021:

- 5.218 atendimentos por meio de comunicações via e-mails no Projeto “Você Vive com Qual Idade?”;
- 190 atendimentos por meio de palestras online - Projeto “Você Vive com Qual Idade?”;
- 23 atendimentos por meio de live “A decisão de aposentar-se é uma decisão pessoal e compete a cada um”.

Os atendimentos correspondem ao número de participações de cada servidor apto a se aposentar, em uma ou mais atividades, conforme o interesse.

Em virtude das medidas restritivas e dos problemas decorrentes da pandemia de Covid-19, a Copai, ciente da responsabilidade perante seu público-alvo, desenvolveu novo formato de ação do PIPA através do projeto “Você Vive com Qual Idade?”.

Iniciado desde o segundo semestre de 2020, o projeto constou do envio de e-mails para os servidores em abono de permanência, com o seguinte conteúdo: Saúde Física, Alimentação, Saúde Mental, Saúde Social, Tempo Livre/Trabalho, Direitos e Deveres e Educação Cibernética.

Foi registrado o envio de 7 pautas via e-mail a 5.218 servidores cadastrados, sendo recebidas 143 manifestações. Esse formato deu ao PIPA o alcance de, pela primeira vez, chegar aos servidores lotados no interior do estado.

De julho a setembro, a Copai articulou-se com a Secretaria da Fazenda do estado do Ceará (Sefaz) para realizar uma versão condensada do Projeto PIPA, compreendendo um ciclo de 4 (quatro) palestras oferecidas no formato online, em novembro, com 190 participações.

Em 18 de outubro deu-se a retomada do Projeto PIPA com a live: “A decisão de aposentar-se é uma decisão pessoal e compete a cada um”, onde foram apresentadas as novas diretrizes do projeto PIPA 2022. Na live de apresentação foram registradas 23 participações.

Principais Realizações do Programa 221 - Saúde e Previdência Social do Servidor Público Estadual – 2021 do executor Seplag:

- Realização de 25.243 atendimentos a servidores públicos em atividades/eventos do Programa de Ação Integrada para o Aposentado – PAI (Copai);
- Realização de 5.431 atendimentos por meio do Projeto Integrado de Preparação para a Aposentadoria – PIPA (Copai);
- Realização de 39.539 atendimentos a servidores públicos civis e militares, e seus dependentes, na unidade de Perícia Médica Oficial do Estado, em Fortaleza (Copem).

12.1.2.2. Programa 222 – Gestão e Desenvolvimento Estratégico de Pessoas

O Programa 222 – Gestão e Desenvolvimento Estratégico de Pessoas tem o objetivo de promover o dimensionamento, alocação, reconhecimento e desenvolvimento das pessoas nos órgãos públicos estaduais para uma melhor oferta do serviço público.

O público-alvo é composto por órgãos, entidades e servidores públicos civis e militares do Estado do Ceará.

O Programa 222 possui dois indicadores: *Certificação em vagas ocupadas na modalidade à distância e Ocupação de vagas ofertadas na modalidade presencial.*

Esses dois indicadores são acompanhados pela Escola de Gestão Pública (EGPCE).

Principais Realizações do Programa 222 - Gestão e Desenvolvimento Estratégico de Pessoas em 2021, pelo órgão executor Seplag:

- Autorização do pagamento de 15 folhas, uma além do planejado referente a folha suplementar do Rateio do Fundeb, paga em dezembro aos profissionais da Secretaria de Educação - Assessoramento para todos os 57 órgãos e entidades cadastrados no Sistema de Gestão de Pessoas (SGP), por meio da Coordenadoria de Gestão de Pessoas (Cogep) da Secretaria do Planejamento e Gestão (Seplag);
- Realização de 27 estudos relacionados à melhoria no plano de cargos dos órgãos Seplag, Ipece, Polícia Civil, Polícia Militar, Pefoce, Corpo de Bombeiros Militar, Semace, Seduc, SPS, Secult, SCidades, Issec, SSPDS, Sefaz, SRH, Sohidra, PGE, Jucec, SDA, SAP, Detran, CEE, Funece, Urca, Uva, Nutec e Idace;
- Realização de 20 eventos coordenados pela Seplag na semana do Servidor Público;
- Realização de 332 assessorias na área de gestão e desenvolvimento estratégico de pessoas aos órgãos e entidades da Administração Direta, Autárquica e Fundacional, pela Seplag (Codes, até novembro e Cogep, a partir de novembro);

- Realização de 5 processos seletivos finalizados para preenchimento de vagas em cargos comissionados nos órgãos SESA (2), Pefoce (1), SEAS (1) e Vicegov (1). Ao todo, foram ofertadas 12 (doze) vagas, sendo preenchidas 9 (nove) e formação de cadastro de reserva.

12.1.3. Tema Administração Geral

O tema aborda sobre a forma como a totalidade dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, direta e indireta, dos três poderes, promovem a sua gestão administrativa.

O resultado do tema é “administração pública estadual gerenciada com eficiência e eficácia”, medido na Seplag por meio do indicador *Participação do gasto administrativo geral no orçamento estadual*.

Tabela 20 - Indicador do Tema Administração Geral – 2021

Indicador Tema	Und. Medida	Periodicidade	Valor referência (ano)	2021		% do realizado frente ao programado para o período
				Meta	Real	
Participação do gasto administrativo geral no orçamento estadual.	percentual	mensal	63,18 (2018)	62,00	42,79	69,02

Fonte: Seplag. Coordenadoria de Planejamento e Gestão para Resultados (Cpger).

Comentário sobre o indicador do Tema Administração Geral

Participação do gasto administrativo geral no orçamento estadual

O indicador *Participação do gasto administrativo geral no orçamento estadual* mede se o Estado está reduzindo os gastos administrativos gerais, registrados nos programas administrativos (voltados para o funcionamento da máquina administrativa) e especiais (que não geram bens ou serviços), para priorizar os recursos nos programas finalísticos.

A redução do percentual de 2018, de 63,18% para 44,18%, em 2020, e em seguida para 42,79, em 2021, mostra o resultado do esforço, neste PPA 2020-2023, de se identificar melhor o custo dos serviços finalísticos prestados à sociedade.

Anteriormente, a manutenção dos equipamentos finalísticos, bem como a despesa com o pessoal que presta serviço nesses equipamentos, ficava alocada no programa administrativo do Estado, o que ocasionava um peso desproporcional a esse programa em relação àqueles voltados para a oferta de serviços à sociedade.

Desse modo, registra-se uma queda contínua além do esperado no valor do indicador a partir dessa migração das despesas de custeio e com pessoal dos programas administrativos para os

programas finalísticos, retratando melhor o custo que o estado possui com a geração de bens e serviços para a população, de modo geral.

12.1.3.1. Programa 211 – Gestão Administrativa do Ceará

O Programa de Governo 211 - Gestão Administrativa do Ceará está relacionado ao órgão Seplag no tema Administração Geral.

O Programa tem o objetivo de promover com eficiência a gestão administrativa dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, direta e indireta, de todos os Poderes.

O público-alvo é composto por instituições da Administração Pública Estadual, direta e indireta, dos três poderes, dos quais a Seplag é um dos órgãos/entidades/fundos executores de entregas.

O Programa 211 possui um indicador: *Participação das despesas das áreas administrativas no orçamento estadual*. A seguir, apresenta-se a análise do desempenho.

Tabela 21 - Indicador do Programa de Governo 211 – Gestão Administrativa do Ceará – 2021

Indicador Programa	Und. Medida	Periodicidade	Valor referência (ano)	2021		% do realizado frente ao programado para o período
				Meta	Real	
Participação das despesas das áreas administrativas no orçamento estadual	percentual	mensal	31,34 (2018)	30,50	9,67	31,70

Fonte: Seplag. Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA).


Comentário sobre o indicador do Programa Gestão Administrativa do Ceará

Participação das despesas das áreas administrativas no orçamento estadual

O indicador *Participação das despesas das áreas administrativas no orçamento estadual* tem o objetivo de medir se o Estado está reduzindo as despesas com as áreas administrativas, áreas-meio, para priorizar os recursos nas atividades finalísticas.

É calculado pela razão entre o valor empenhado das despesas dos programas administrativos de um dado exercício e o valor total empenhado nesse mesmo exercício. É expresso em percentual.

O ano de 2018 foi a referência arbitrada pela então Coordenadoria de Planejamento, Orçamento e Gestão (Cplog), responsável pelo dado, para programar as metas para o período do PPA 2020-2023. A meta programada para 2021 foi 30,50% com o realizado de 9,67%.



Ao longo dos últimos anos, o Ceará tem empreendido esforços para otimizar os gastos administrativos, voltados às atividades-meio, frente à contínua demanda por investimentos em gastos considerados finalísticos, que abrangem os bens e serviços ofertados à sociedade.

Aliado a isso, houve um esforço continuado da gestão no controle das despesas administrativas e na modernização da máquina pública, visando expandir a capacidade de investimento e do custeio finalístico das atividades voltadas à oferta de bens e serviços para a sociedade.

Vale ressaltar que em 2021 ainda se vivenciou um período de isolamento social em razão da pandemia da Covid-19 com extensão das atividades de teletrabalho, ocasionando uma redução significativa nas despesas administrativas, dado o afastamento temporário de parte da força de trabalho dos equipamentos públicos administrativos para realizar trabalho remoto.

No órgão executor Seplag, o Programa 211 – Gestão Administrativa do Ceará está relacionado a execução de políticas no âmbito da gestão interna do órgão.

- desenvolvimento de pessoas institucional;
- administrativo (patrimônio, logística e compras) institucional;
- gestão orçamentária e financeira institucional;
- planejamento e desenvolvimento institucional;
- tecnologia da informação e comunicação.

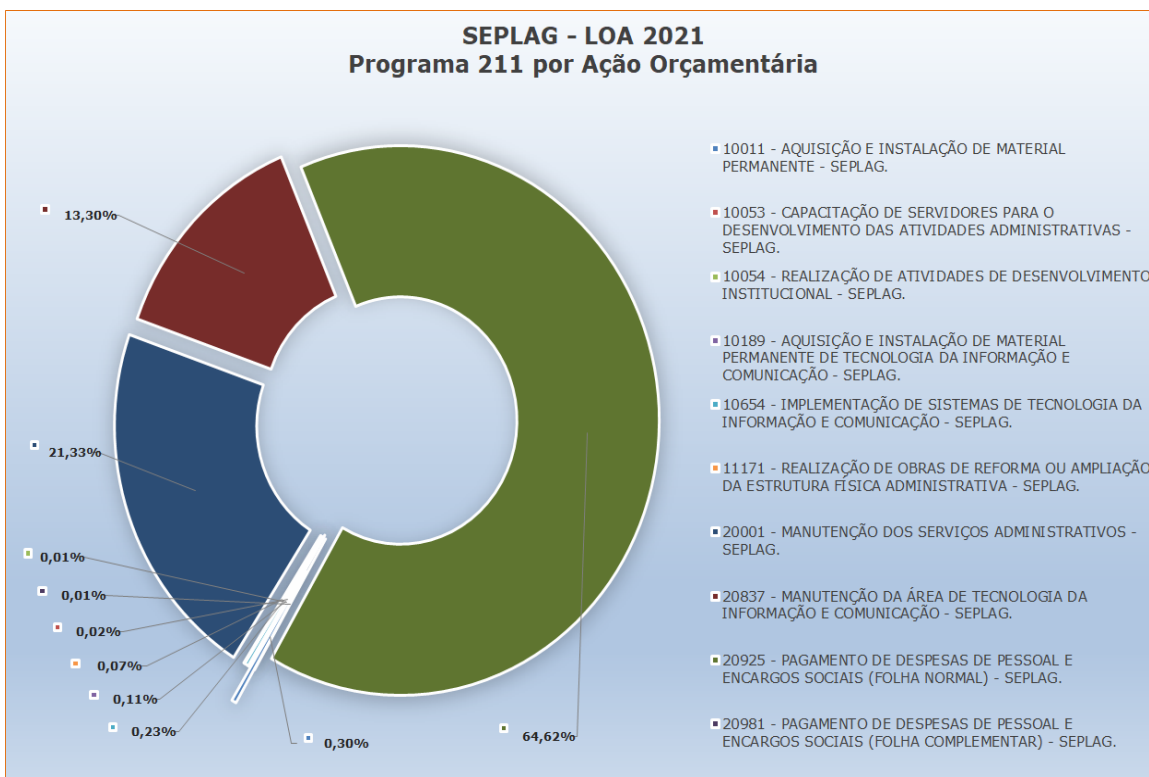
Essas políticas são desenvolvidas por meio de três áreas de execução instrumental:

- Coordenadoria Administrativo-Financeira (Coafi);
- Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (Cotec); e
- Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional e Planejamento (Codip).

No exercício de 2021, os recursos orçamentários do Programa 211 foram reservados, cerca de 99,25%, para os gastos com as atividades voltadas ao funcionamento do órgão, como as despesas com pessoal e encargos sociais (64,62%), seguido do que foi destinado às despesas para a manutenção dos serviços administrativos (21,33%) e dos serviços de TIC (13,30%).

O restante, em torno de 0,75%, foi designado à consecução dos Projetos que remetem a investimentos (Ações orçamentárias: 10011, 10053, 10054, 10189, 10654 e 11171):

Gráfico 16 – Programa 211 – Gestão Adm. Ceará – por Ação Orçamentária – órgão executor Seplag



Fonte: Seplag / Coafi.

Visto que os recursos do Programa 211 (todos, recursos ordinários da fonte tesouro) foram destinados, quase que integralmente, às despesas necessárias à manutenção das atividades contínuas que garantem o funcionamento do órgão, temos que essa responsabilidade faz com que o programa busque otimizar e maximizar a execução dos recursos que lhes são disponibilizados, o que restou evidenciado ao realizar quase 97% do orçamento total autorizado, em Lei+Crédito, para o exercício de 2021

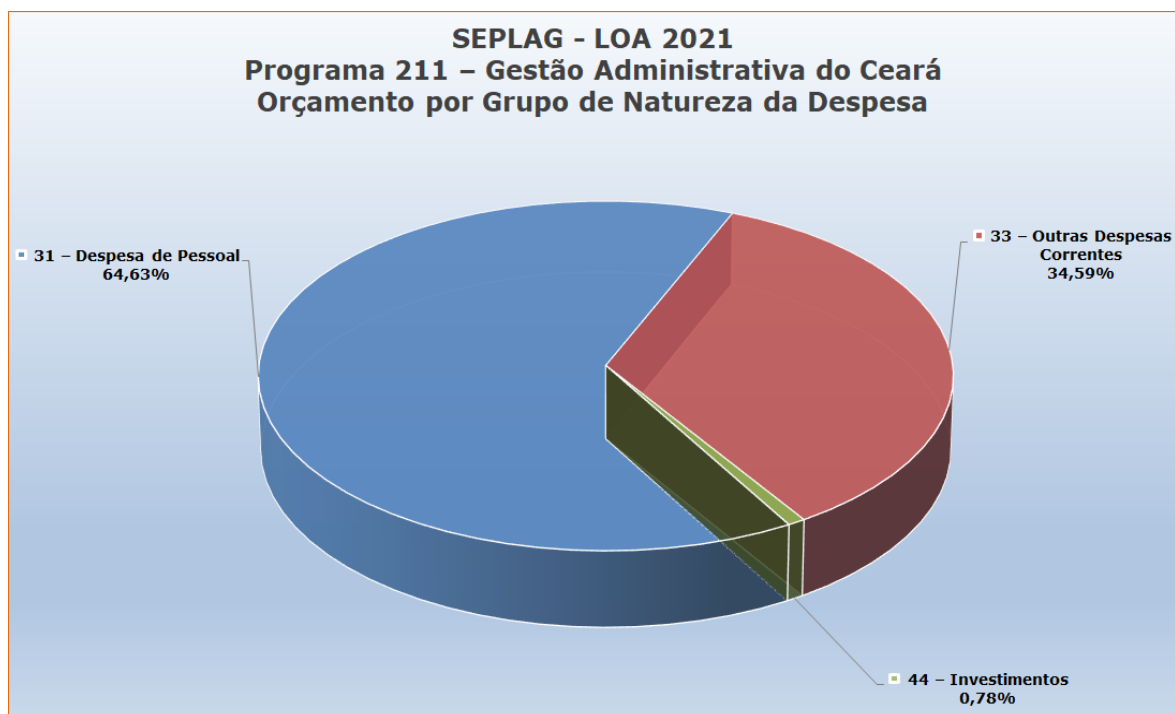
Tabela 22 – Execução do Programa 211 – Gestão Administrativa do Ceará - por Ação Orçamentária - órgão executor Seplag

Ações Orçamentárias	Lei+Crédito (a)	Empenhado (b)	Pago (c)	(b)/(a)	(c)/(b)
10011 - Aquisição e Instalação de Material Permanente - Seplag.	303.000,00	202.197,78	0,00	66,73%	0,00%
10053 - Capacitação de Servidores para o Desenvolvimento das Atividades Administrativas - Seplag.	20.000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
10054 - Realização de Atividades de Desenvolvimento Institucional - Seplag.	6.000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
10189 - Aquisição e Instalação de Material Permanente de Tecnologia da Informação e Comunicação - Seplag.	109.875,20	89.875,20	89.875,20	81,80%	100,00%
10654 - Implementação de Sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação - Seplag.	238.900,00	237.630,80	237.630,80	99,47%	100,00%
11171 - Realização de Obras de Reforma ou Ampliação da Estrutura Física Administrativa - Seplag.	74.380,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
20001 - Manutenção dos Serviços Administrativos - Seplag.	21.798.243,77	20.693.633,16	18.494.751,93	94,93%	89,37%
20837 - Manutenção da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação - Seplag.	13.586.525,12	12.652.459,02	11.450.656,14	93,13%	90,50%
20925 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Normal) - Seplag.	66.030.737,73	64.969.842,07	64.748.624,26	98,39%	99,66%
20981 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (Folha Complementar) - Seplag.	10.000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Total	102.177.661,82	98.845.638,03	95.021.538,33	96,74%	96,13%

Fonte: Seplag / Coafi.

No orçamento da Seplag de 2021, sob a ótica do Grupo de Natureza de Despesa (GND), observa-se que do total dos recursos do Programa, 64,63% foram destinados aos gastos com pessoal (GND - 31), enquanto 34,59% foram alocados para gastos com outras despesas correntes (GND - 33), ao passo que foram consignados 0,78% para os gastos com investimentos (GND - 44).

Gráfico 17 – Programa 211 – Gestão Administrativa do Ceará - por Grupo de Natureza da Despesa - órgão executor Seplag



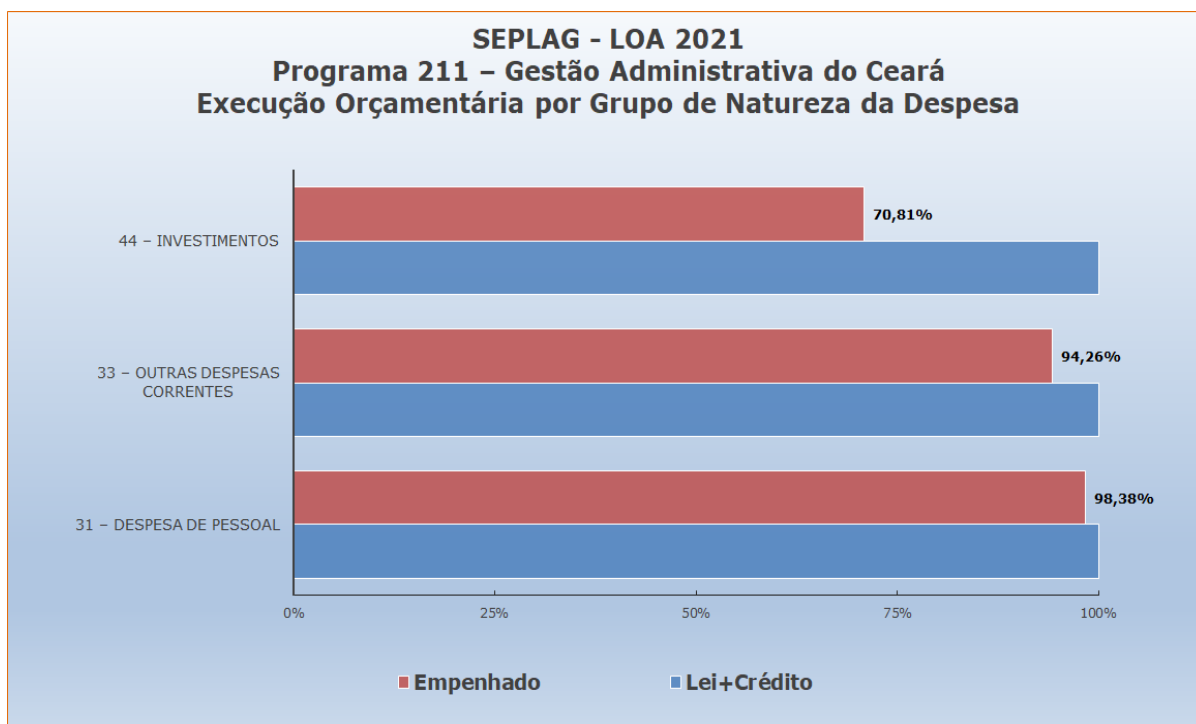
Fonte: Seplag / Coafi.

Tabela 23 – Execução do Programa 211 – Gestão Administrativa do Ceará – por Grupo de Natureza da Despesa – órgão executor Seplag

Grupo de Natureza da Despesa	Lei+Crédito (a)	Empenhado (b)	Pago (c)	(b)/(a)	(c)/(b)
31 - Despesa de Pessoal	66.040.737,73	64.969.842,07	64.748.624,26	98,38%	99,66%
33 - Outras Despesas Correntes	35.340.768,89	33.312.058,70	29.911.374,59	94,26%	89,79%
44 - Investimentos	796.155,20	563.737,26	361.539,48	70,81%	64,13%
Total	102.177.661,82	98.845.638,03	95.021.538,33	96,74%	96,13%

Fonte: Seplag / Coafi.

Gráfico 18 – Execução Orçamentária do Programa 211 – Gestão Adm. do Ceará - por Grupo de Natureza da Despesa – órgão executor Seplag



Fonte: Seplag / Coafi.

Pontuando novamente a natureza administrativa da Seplag, é notória a preponderância do Programa 211 sobre os demais programas governamentais do órgão. Pelo mesmo aspecto, e, visto a abrangência das atividades-meio desempenhadas por esse órgão, é compreensível a representatividade do montante de recursos destinados aos gastos com pessoal (GND-31), que no exercício de 2021 implicaram 64,63% do orçamento total (ver Gráfico 17).

Dada a importância das despesas do grupo 31, a realização desses recursos no exercício em apreço também é marcante, resultando na execução de 98,38% do orçamento ali aportado.

Dentre as despesas desse grupo, destacam-se os gastos, em 2021, nas rubricas destinadas ao pagamento de Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil (Servidores da Seplag), no valor de R\$52.122.539,38 (cinquenta e dois milhões, cento e vinte e dois mil, quinhentos e trinta e nove reais e trinta e oito centavos) e ao pagamento de Obrigações Patronais - Regime Próprio de Previdência Social/Sistema Único de Previdência Social do Estado do Ceará (RPPS/SUPSEC), no valor de R\$11.162.360,30 (onze milhões, cento e sessenta e dois mil, trezentos e sessenta reais e trinta centavos).

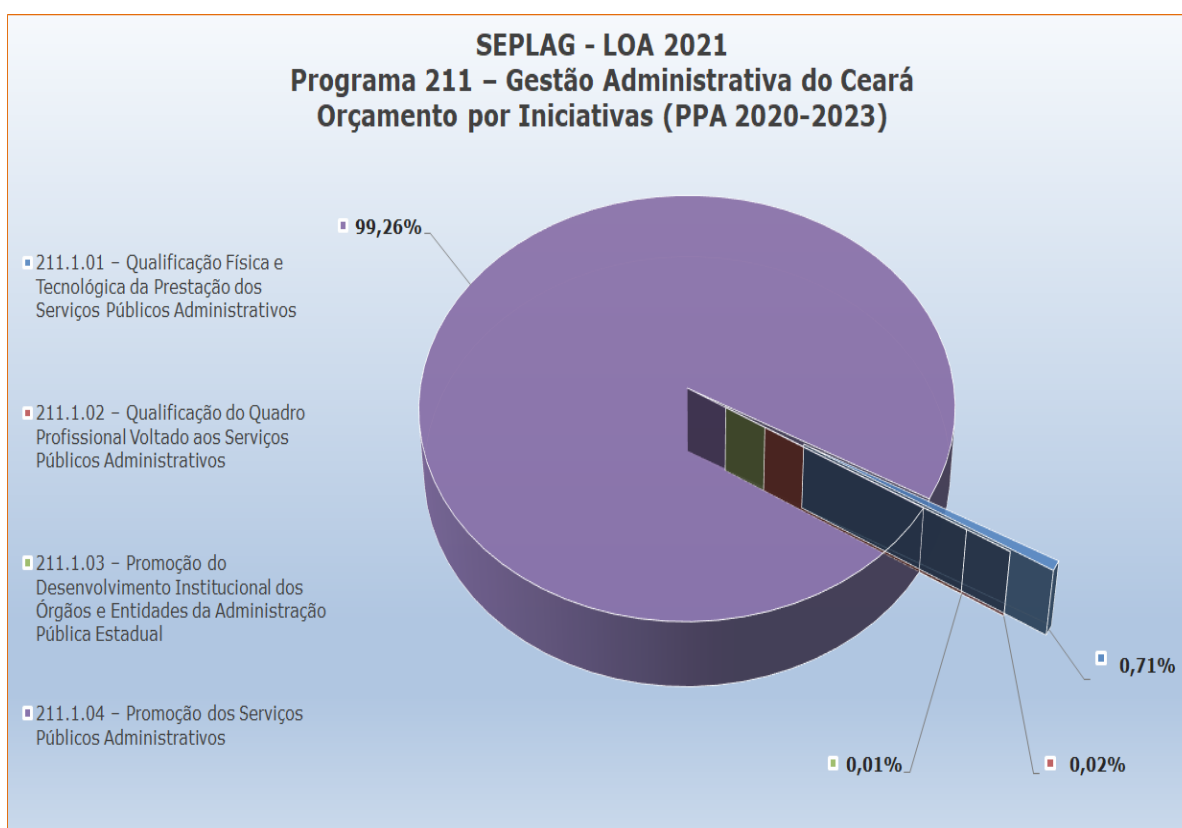
Inclui, ainda, o pagamento de despesas com ressarcimento de pessoal requisitado e obrigação patronal dos servidores oriundos do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

A distribuição dos recursos orçamentários do Programa 211 da Seplag, por Iniciativa (PPA 2020-2023), também revela a preponderância das ações voltadas à Promoção dos Serviços Públicos

Administrativos (Iniciativa – 211.1.04), através da gestão e manutenção das atividades administrativas do órgão, concentrando quase 99,3% do total dos recursos que foram disponibilizados ao programa, em Lei + Créditos, no exercício de 2021.]

O restante, cerca de 0,7%, foram destinados, praticamente, à Qualificação Física e Tecnológica da Prestação de Serviços Públicos Administrativos (Iniciativa – 211.1.01), visando a melhoria na prestação das atividades-meio, tanto no que tange à estrutura, quanto à modernização tecnológica do órgão, conforme visto a seguir.

Gráfico 19 – Orçamento do Programa 211 – Gestão Administrativa do Ceará - por Iniciativas – órgão executor Seplag



Fonte: Seplag / Coafi.

Tabela 24 – Execução do Programa 211 – Gestão Adm. do Ceará - por Iniciativas – órgão executor Seplag

Iniciativas PPA 2020-2023	Lei+Crédito (a)	Empenhado (b)	Pago (c)	(b)/(a)	(c)/(b)
211.1.01 – Qualificação Física e Tecnológica da Prestação dos Serviços Públicos Administrativos	726.155,20	529.703,78	327.506,00	72,95%	61,83%
211.1.02 – Qualificação do Quadro Profissional Voltado aos Serviços Públicos Administrativos	20.000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
211.1.03 – Promoção do Desenvolvimento Institucional dos Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual	6.000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
211.1.04 – Promoção dos Serviços Públicos Administrativos	101.425.506,62	98.315.934,25	94.694.032,33	96,93%	96,32%
Total	102.177.661,82	98.845.638,03	95.021.538,33	96,74%	96,13%

Fonte: Seplag / Coafi.

Em 2021, as Ações Orçamentárias que compõem o Programa 211 (ver Tabela 22) estão vinculadas a uma das Iniciativas (ver Tabela 24). Por sua vez, cada Ação Orçamentária está atrelada a uma Entrega/Produto do PPA 2020-2023, referenciados a seguir.

Iniciativa: 211.1.01 – Qualificação Física e Tecnológica da Prestação dos Serviços Públicos Administrativos

No PPA 2020-2023, essa iniciativa tem por entrega o produto: 1500 – Unidade Pública Administrativa Estruturada, quando o órgão passa por uma estruturação, quer seja física, reforma ou ampliação, quer seja tecnológica, como a melhoria do parque tecnológico, contemplando ainda a aquisição de material permanente, como mobiliário, veículos ou outros equipamentos que ampliam o patrimônio material da instituição.

Os recursos autorizados, no exercício em apreço, para as Ações Orçamentárias: 10011, 10189, 10654 e 11171, vinculadas à Iniciativa 211.1.01, foram, em parte, contingenciados mediante a suspensão temporária dos Projetos Mapp atrelados, devido às restrições financeiras resultantes da recessão econômica causada pela Covid-19, sendo priorizados gastos com investimentos estritamente necessários à consecução de algumas atividades essenciais do órgão Seplag.

Assim, em 2021, como insumos do produto previsto da Entrega 1500, de 1 (uma) unidade pública administrativa estruturada, foram realizadas as aquisições de:

- 32 (trinta e dois) aparelhos de ar-condicionado (em substituição, de parte desses equipamentos que não apresentava mais condições de uso);
- 16 (dezesseis) Switches de 48 portas 10/100/1000BASE T Gigabit;
- 30 (trinta) Licenças do Software Power BI; e,
- 01 (uma) Licença Perpétua do Software Lacuna (para assinatura de documentos em conformidade com ICP-Brasil, carimbo de tempo, validação de assinatura e login com certificado digital).

As demais atividades dos Projetos vinculados à Iniciativa 211.1.01, foram reprogramadas pelas áreas responsáveis, de modo que possam vir a ser realizadas em momento oportuno e conforme orientação da Gestão Superior da Seplag.

Iniciativa: 211.1.02 – Qualificação do Quadro Profissional Voltado aos Serviços Públicos Administrativos

Essa iniciativa tem por entrega o produto: 1498 – Servidor Público Qualificado, de modo que o mesmo passe por um processo de qualificação, inicial e continuada, para o pleno desenvolvimento de suas atividades nas áreas administrativas da instituição.

Em 2021, os recursos autorizados para tal finalidade foram alocados na Ação Orçamentária: 10053. Novamente, devido à crise econômica e a consequente escassez de recursos financeiros causados pela Covid-19, os projetos vinculados a essa iniciativa também tiveram suas execuções orçamentárias suspensas.

Entretanto, conforme mencionado anteriormente, a Célula de Desenvolvimento de Pessoas (Cedep), em parceria com a Escola de Gestão Pública do Ceará (EGPCE), identificou outras oportunidades de capacitações gratuitas realizadas na modalidade à distância, através de plataformas online de diversas instituições públicas e privadas.

Assim, tomando por base apenas as certificações emitidas pela EGP, mediante informações colhidas junto ao Sistema Capacit, gerenciado por aquela instituição, temos que a Seplag superou a meta pactuada no PPA 2020-2023 para o exercício de 2021, que foi de 22 (vinte e dois) servidores públicos qualificados, capacitando 77 (setenta e sete) servidores.

Quanto às atividades da Iniciativa 211.1.02, que demandam a execução de recursos orçamentários, tais projetos serão reprogramados pela Cedep, de modo que possam ser realizados em momento oportuno e conforme orientação da Gestão Superior da Seplag.

Iniciativa: 211.1.03 – Promoção do Desenvolvimento Institucional dos Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual

No intuito de promover o desenvolvimento institucional na Seplag foram realizadas 4 (quatro) ações em 2021, sem execução de recursos orçamentários-financeiros:

- No período de fevereiro a junho foi realizado o Projeto de Atualização do Planejamento Estratégico da Seplag para o horizonte temporal 2021 a 2023. O trabalho foi demandado pelo Dirigente Máximo, e executado pela Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional e Planejamento (Codip), com a Coordenadoria de Modernização da Gestão (Comge) e participação das áreas da Seplag. Os produtos foram validados pela Secretaria Executiva de Planejamento e Gestão Interna (Sexec-PGI). A divulgação do Planejamento Estratégico 2021-2023 para a força de trabalho foi em 22/06/2021, por meio de videoconferência;
- No período de abril a outubro de 2021 foi realizado o Projeto de Aplicação do Modelo de Excelência em Gestão das Transferências da União (MEG-Tr), do Ministério da Economia. O trabalho foi liderado no órgão pela Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional e Planejamento (Codip), sob a coordenação corporativa da Coordenadoria de Captação de Recursos e Alianças com Público e Privado (Cocap) e da Coordenadoria de Modernização da

Gestão (Comge), com participação de todas as áreas de assessoramento, programáticas e de execução instrumental da Seplag. Foi aplicado um questionário de maturidade organizacional e a elaborados 7 planos de melhoria da gestão;

- No período de outubro a novembro, no Projeto de Implementação da Gestão por Processos na Seplag, foi realizado um projeto piloto voltado para a gestão por processos organizacional, com o objetivo de elaborar o instrumento de coleta que possibilitará a identificação dos processos de negócio da Seplag, no trabalho realizado pela Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional e Planejamento (Codip) em parceria com a área programática Coordenadoria de Promoção de Políticas de Combate à Pobreza (Cpcop). Esta iniciativa está relacionada a um dos planos de melhoria da gestão do MEG-Tr. O instrumento inclui o alinhamento dos Processos de Negócio com a cadeia de valor, com as competências do regulamento, com os Objetivos do Planejamento Estratégico e com as iniciativas-entregas do Plano Plurianual;
- Em novembro, no Projeto de Reestruturação Organizacional da Seplag, a Alta Direção promoveu alteração da estrutura organizacional do órgão por meio do Decreto 34.325, de 05 de novembro de 2021, publicado no DOE 250 de 08 de novembro de 2021. Foi criada a Coordenadoria de Gestão Estratégica de Lideranças (Cogel) e excluída da estrutura a Coordenadoria de Planejamento e Desenvolvimento de Pessoas (Codes), com parte das competências transferidas para a Coordenadoria de Gestão de Pessoas (Cogep)

Iniciativa: 211.1.04 – Promoção dos Serviços Públicos Administrativos

De acordo com o PPA 2020-2023, essa iniciativa tem por entrega o produto: 1502 – Unidade Pública Administrativa Mantida. Essa especificação coaduna com a natureza da Seplag e a finalidade do Programa 211.

Tal condição, refletiu no fato da Entrega 1502 deter praticamente todo o recurso orçamentário que foi destinado ao Programa 211 em 2021, cerca de 99,3% (ver Gráfico 19), considerando que o produto dessa Entrega é primordial para garantir o pleno funcionamento das atividades administrativas do órgão Seplag.

Nessa Iniciativa, ficam abrigadas as Ações Orçamentárias: 20925 e 20981, e, 20001 e 20837, que contemplam, respectivamente, as despesas com pessoal e com o custeio de manutenção da Seplag, tanto para as que são apropriadas diretamente na Sede - Ed. Seplag, como também as que possam estar fisicamente fora dela, como é o caso da Coordenadoria de Perícia Médica (Copem) e da Coordenadoria de Promoção da Qualidade de Vida do Aposentado (Copai), e demais equipamentos a responsabilidade da Seplag, como, por exemplo, o Centro de Convivência do Servidor Público e a Capela (ambos situados no Centro Administrativo do Cambeba).

Os gastos vinculados na Iniciativa 211.1.04, representam todo o suporte financeiro e contábil, de gestão e desenvolvimento de pessoas, de logística e patrimônio, de aquisições e contratos, necessário à consecução das atividades desenvolvidas pelos programas finalísticos e administrativo do órgão Seplag.

O órgão teve uma execução de quase 97% do total dos recursos orçamentários alocados na Iniciativa 211.1.04 (ver Tabela 24), garantindo a manutenção anual das 3 (três) unidades públicas administrativas sob sua responsabilidade (Sede, Copem e Copai), conforme pactuado para o

exercício de 2021 em relação à Entrega 1502 – Unidade Pública Administrativa Mantida (PPA 2020-2023).

12.2. Eixo Ceará da Gestão do Conhecimento

O conhecimento incorporado por uma sociedade é determinante para seu desenvolvimento econômico, e inclui a distribuição de riqueza inclusiva às camadas historicamente excluídas.

Neste sentido, o governo tem o papel de assegurar as condições para a produção da riqueza e sua distribuição equitativa na sociedade.

O primeiro passo para a construção de uma sociedade do conhecimento está na educação básica de qualidade. Isto se traduz, nessa dimensão, em um desafio a ser enfrentado de forma conjunta, pelo Estado e pela Sociedade.

A atuação da Seplag está relacionada a esse Eixo, em razão de desafios relacionados à Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), relacionados ao Tema Ciência, Tecnologia e Inovação, igualmente decisivos como os desafios dos temas Ensino Superior, Educação Profissional e Cultura.

12.2.1. Tema Ciência, Tecnologia e Inovação

Nesse tema, estão envolvidos além da Seplag, os órgãos Secitece, Sesa, SCidades, Sedet, Seinfra, Seplag e respectivos órgãos ou fundos vinculados.

A produção do conhecimento científico acompanha o desenvolvimento social ao longo da história e direciona as necessidades humanas a encontrar a solução para vários de seus problemas e necessidades.

O conhecimento científico e sua utilização por meio da tecnologia tem seu efeito na produção de riqueza e no desenvolvimento econômico e social. E sua consequência na produção de riquezas é ainda mais impulsionada pela inovação.

Transformar conhecimento em riqueza e em desenvolvimento econômico-social contribui para denotar a apropriação dos benefícios do conhecimento pelos diversos setores da sociedade. Neste sentido, o Estado atua como patrocinador, mediante a execução de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação.

O resultado esperado neste tema estratégico é a geração de riqueza e desenvolvimento econômico, social e ambiental apoiado no sistema estadual de inovação, na produção e difusão científica e tecnológica.

Os dois indicadores que medem o alcance do referido resultado são *Proteção intelectual licenciada/ transferida*; e *Taxa de acessibilidade do serviço de telecomunicações*. São acompanhados, respectivamente, pela Secitece e Ipece.

Nesse tema está inserido o *Programa 413 – Tecnologia da Informação e Comunicação Estratégica do Ceará*, que é acompanhado pelo órgão Seplag, tendo a Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Ceará (Etice) como órgão executor.

12.2.1.1. Programa 413 - Tecnologia da Informação e Comunicação Estratégica do Ceará

O Programa 413 – Tecnologia da Informação e Comunicação Estratégica do Ceará tem o objetivo de ampliar o acesso de qualidade à informação e aos serviços digitais, utilizando novas tecnologias e fomentando o desenvolvimento socioeconômico por meio da TIC nas diversas regiões do Estado.

O público do programa são os órgãos e entidades governamentais e as instituições privadas.

Os indicadores do Programa Tecnologia da Informação e Gestão Estratégica do Ceará “*Ampliação no número de pontos do CDC atendidos com fibra ótica*” e “*Disponibilidade do Cinturão Digital do Ceará (CDC)*” são acompanhados pela Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Ceará (Etice).

Entre as Entregas do Programa 413, o “Cinturão Digital Modernizado”, que consiste no Cinturão Digital do Ceará (CDC) funcionando em ambiente adequado, climatizado e seguro, utilizando equipamentos e softwares modernos, mais robustos e com melhores condições de atender as necessidades dos clientes, é acompanhado pela Seplag.

A referida Entrega está relacionada à Iniciativa “Qualificação física e tecnológica para a oferta de serviços de transporte de dados e acesso à internet”.

No tocante ao aspecto físico está relacionada à melhoria dos locais onde os pontos de conexão do Cinturão Digital do Ceará (CDC) estão abrigados. Em relação ao aspecto tecnológico se refere à atualização ou modernização dos componentes existentes na sua infraestrutura, visando alta disponibilidade, velocidade e aumento da capacidade de tráfego.

Para atender a modernização do CDC no ano de 2021, foram considerados 3 projetos da Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará (Etice), por meio da iniciativa 413.1.03 – Qualificação física e tecnológica para a oferta de serviços de transporte de dados e acesso à internet:

Projeto de atualização do Núcleo do CDC

O objetivo é ampliar a capacidade de atendimento do núcleo (core e borda) da rede, que não comporta a necessidade crescente por serviço e aumento de banda. Execução do projeto: 50%.

Projeto de Upgrade do CDC no Interior, para validação das melhorias do CDC

Não houve avanços nesse projeto considerando que as ações de captação de recurso não resultaram em fonte de recursos definida. Execução do projeto: 7%.

Projeto para realizar a modernização e o Upgrade do CDC na Capital

Em andamento. Execução do projeto: 45%.

Secretaria do Planejamento e Gestão - Seplag

Responsável	Assinatura
Ronaldo Lima Moreira Borges Secretário do Planejamento e Gestão	
Flávio Ataliba Daltro Flexa Barreto Secretário Executivo de Planejamento e Orçamento	
Alyne Arruda de Alencar Coimbra Assessoria Jurídica – Asjur	
Luciano de Sousa Pontes Assessoria de Controle Interno e Ouvidoria – Ascoi	
Dhafine Mazza Nunes Assessoria de Comunicação – Ascom	
Regis Meireles Benevides Coordenadoria Especial de Gestão Estratégica do Planejamento e Orçamento - Coplo	
Maria Aparecida Gomes Rodrigues Façanha Coordenadoria de Planejamento e Gestão para Resultados – Cpger	
Luciana Capistrano da Fonsêca Moura Coordenadoria de Gestão Orçamentária – Cogeio	
Karine Machado Campos Fontenele Coordenadoria de Gestão Financeira de Projetos – Cofip	
Ticiania da Mota Gentil Parente Coordenadoria de Captação de Recursos e Alianças com Público e Privado – Cocap	
José de Lima Freitas Júnior Coordenadoria de Promoção de Políticas de Combate à Pobreza - Cpcop	
Fábio da Silva Miranda Coordenadoria de Gestão de Pessoas – Cogep	
Bruno Alexandre Braga Coordenadoria de Gestão de Pessoas – Cogep	
Raimundo Nonato Rodrigues Silva Coordenadoria de Gestão dos Serviços Terceirizados – Coset	
Guirlanda de Fátima Távora Ponte Coordenadoria de Promoção da Qualidade de Vida do Aposentado – Copai	
Francisco de Assis Barreto Dias de Carvalho Coordenadoria de Perícia Médica – Copem	

Responsável	Assinatura
Vanessa Machado Arraes Coordenadoria de Modernização da Gestão do Estado – Comge	
Valdir Augusto da Silva Coordenadoria de Gestão de Compras – Cogec	
André Theóphilo Lima Coordenadoria de Gestão Patrimonial e Recursos Logísticos – Copat	
Lícia Maria Viana Bezerra Coordenadoria de Gestão Estratégica da Tecnologia da Informação e Comunicação – Coget	
Silvana Martins Rodrigues Dourado Coordenadoria de Gestão Estratégica de Lideranças – Cogel	
João Alcides Guerra Coordenadoria da Tecnologia da Informação e Comunicação – Cotec	
Otávio Nunes de Vasconcelos Coordenadoria Administrativo-Financeira – Coafi	
Silviane Torres da Costa Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional e Planejamento – Codip	



CEARÁ

GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO